



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

MILWIA THAMIRIS ANJOS DE LIMA

MULHERES, VIOLÊNCIA E PANDEMIA: sobre(vivências) do trabalho acolhedor desenvolvido pela equipe do Centro de Referência da Mulher de Caruaru/PE, em um cenário pandêmico

RECIFE
2023

MILWIA THAMIRIS ANJOS DE LIMA

MULHERES, VIOLÊNCIA E PANDEMIA: sobre(vivências) do trabalho acolhedor desenvolvido pela equipe do Centro de Referência da Mulher de Caruaru/PE, em um cenário pandêmico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos, Processos Identitários, Alteridade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Dra. Soraya Maria Bernardino Barreto Januário.

RECIFE

2023

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Lima, Milwia Thamiris Anjos de.

Mulheres, violência e pandemia: sobre(vivências) do trabalho acolhedor desenvolvido pela equipe do Centro de Referência da Mulher de Caruaru/PE, em um cenário pandêmico / Milwia Thamiris Anjos de Lima. - Recife, 2024.

172 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de PósGraduação em Direitos Humanos, 2024.

Orientação: Soraya Maria Bernardino Barreto Januário.

1. narrativas de si; mulheres; 2. violência; pandemia; 3. acolhimento. I. Januário, Soraya Maria Bernardino Barreto. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CDD 341.481

MILWIA THAMIRIS ANJOS DE LIMA

MULHERES, VIOLÊNCIA E PANDEMIA: sobre(vivências) do trabalho acolhedor desenvolvido pela equipe do Centro de Referência da Mulher de Caruaru/PE, em um cenário pandêmico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos. Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Aprovado em: 29/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Soraya Maria Bernardino Barreto Januário (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Barrps (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Andrea Almeida Campos (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Para Maysa e Mayra, filhas do meu tio Van, que nos deixou de forma repentina há 4 meses atrás, mas que deixou a mais valiosa das heranças: o seu amor, que acalenta, alivia e acolhe, a saudade que sinto.

Para Miguel, meu sobrinho, que está sendo gerado no ventre da minha irmã Mirtes e que, em breve, chegará ao mundo, trazendo ainda mais amor para o nosso elo de irmandade.

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou o momento de dar graça. Na graça construo os meus agradecimentos e digo: sou grata pelas oportunidades que a vida me trouxe; sou grata por cada caminhar, suave ou doloroso, que passei.

Nesse momento de gratidão, trago à memória pessoas e momentos que contribuíram para que eu concluísse mais essa fase da vida acadêmica. Por isso, agradeço a oportunidade de trabalho que tive na Secretaria de Políticas para Mulher de Caruaru, que iniciou ainda com um voluntariado, em junho de 2019, e logo evoluiu para um vínculo efetivo, na coordenação do Centro de Referência da Mulher. Apesar dos pesares que me permearam nesse convite e aceite para o cargo que ocupei, por cerca de um ano, eu agradeço, pois por meio dele oportunidades vieram e foram transformadoras para a história da minha vida profissional e pessoal, claro. Sem falar que foi por ele que teve início toda a história que está por trás das narrativas dessa escrita.

Agradeço as companheiras de jornada do Centro de Referência da Mulher de Caruaru pelo partilhar no momento difícil e angustiante que foi a pandemia causada pela covid-19. Muitas de nós perdemos entes e toda a vivência desse período trouxe sequelas para nossa vida. Elvira, Almerinda, Laudelina, Júlia, Margarida e Ismene, obrigada por terem confiado em mim para compartilharem seus relatos; sem dúvidas, eles serão agentes transformadores que farão com que agentes públicos possam enxergar o que está por trás da linha de frente invisível da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Agradeço a mulheres importantes que contribuíram e ainda contribuem para a histórias das políticas públicas para as mulheres caruaruenses, por meio do trabalho desenvolvido na Secretaria de Políticas para Mulheres do município: Louise, Elba, Katherine, Perpétua, Juliana e Luana. Sem vocês e suas construções, essa história não existiria.

À querida Karinny Oliveira, um agradecimento especial por ter me oportunizado o exercício da minha função enquanto advogada voluntária do Centro de Referência da Mulher, lá no segundo semestre de 2019. Você é uma mulher inspiradora; obrigada por sua luta, força e entrega.

Às queridas Elba Ravane e Simone Gonzaga, obrigada por terem sido auxílio, orientação e força quando sonhei em entrar no PPGDH.

À querida Luana Marabuco, meu muito obrigada pela sua compreensão, destreza, carinho, paciência e amor. Você foi luz quando eu precisei, me trouxe de volta e, sem nem pensarmos, contribuiu para que essa pesquisa pudesse ser realizada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pela oportunidade a mim concedida; estar aqui é a realização de um sonho.

Gratidão especial a minha orientadora Soraya Januário por toda compreensão, confiança e generosidade empregada nas palavras que permearam cada momento de orientação. Professora, saiba que és referência acadêmica para mim; você me mostrou que os títulos não nos distanciam da nossa essência, pelo contrário, eles devem ser utilizados como ferramentas de aproximação, que estimulem mudanças necessárias.

Às companheiras de trabalho de agora, meu muito obrigada pelo suporte nos momentos de ausência e pela sensibilidade que sempre expressaram, especialmente para Elizabete, Hannah, Raiane, Elisângela e Iana.

Aos amigos e amigas, o agradecimento também vem acompanhado de compreensão e pelas boas energias que sempre senti de vocês, me desejando que tudo desse certo e me mostrando que eu era capaz. Obrigada, Adrielle, Alícia, Aêda, Djeyne, Aline, Camila, Renata, Samuel, Clívia, Carol, Pedro e Elairton.

Obrigada ao meu companheiro, José Felipe, que carinhosamente chamo de Zé, por ter me encorajado e sido paciência, amor e companhia, sobretudo nos momentos de solidão necessária para que essa escrita acontecesse.

Aos meus pais, agradeço-lhes pelo apoio. Vocês, que sequer possuem ensino fundamental completo e têm dificuldade para compreender o que é um mestrado, são sempre seres incentivadores das minhas escolhas acadêmicas e profissionais e por vezes acreditam mais em mim do que eu mesma.

À minha irmã, Mirtes, eu agradeço por ser minha referência direta e próxima de como sou capaz e de que posso trilhar um caminho diferente do que se espera para mim.

Às minhas referências paternas, meu irmão Miltinho e meu tio Maurivan (ambos *in memoriam*), agradeço por todos os ensinamentos que suas passagens em minha vida, ainda que breves, foram capazes de deixar e que estarão comigo onde eu estiver, como estou sentindo agora, enquanto escrevo.

Povoada

Quem falou que eu ando só?

Nessa terra, nesse chão de meu Deus

Sou uma mas não sou só

Povoada

Quem falou que eu ando só?

Tenho em mim mais de muitos

Sou uma mas não sou só

(Povoada, 2021)

RESUMO

As mulheres que, historicamente, vivenciam os fatores sociais da violência sob aspectos patriarcais e machistas tiveram, durante o contexto instaurado pela pandemia da covid-19, o agravamento dessa situação. Com o aumento dos índices de violência doméstica e familiar contra as mulheres, os serviços atuantes na Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (REVCM) também puderam sentir o aumento das demandas, como é o caso dos Centros de Referências da Mulher (CRM), equipamento pertencente a essa REVCM e que, comumente, é porta de entrada para mulheres vítimas que desejam romper o ciclo da violência. Nesse sentido, essa pesquisa se desenvolveu a partir da análise das narrativas da equipe técnica do Centro de Referência da Mulher de Caruaru, sob a égide de um trabalho desenvolvido por mulheres e para mulheres, com um recorte temporal marcado pela incidência da pandemia. Um cenário em que as mulheres exerciam o acolhimento como instrumento laboral, por meio de um ofício tido como essencial para as mulheres que precisavam do serviço, mas cuja essencialidade não era reconhecida no contexto da pandemia. Trata-se de uma pesquisa construída sob os aspectos das narrativas de si da autora, haja vista que esta, juntamente com as profissionais sujeitas da análise, também atuou no equipamento. Para tanto, a pesquisa partiu de dois aspectos: o primeiro foi a análise dos dados oriundos do quantitativo de atendimentos realizados no período anterior, que antecedeu a pandemia, e o segundo, e maior aspecto, se deu a partir da análise das narrativas de si, sob a perspectiva da epistemologia feminista, buscando compreender como o acolhimento de mulheres vítimas de violência reflete nas vidas pessoais e profissionais de quem acolhe no seu sentido laboral.

Palavras-chave: narrativas de si; mulheres; violência; pandemia; acolhimento.

ABSTRACT

Women who historically experience the social factors of violence from patriarchal and sexist aspects had this situation worsen during the context created by the COVID-19 pandemic. With the increase in rates of domestic and family violence against women, services operating in the Network to Combat Violence Against Women (REVCM) were also able to feel the increase in demands, such as Women's Reference Centers (CRM), a REVCM equipment which is a common gateway for female victims who wish to break the cycle of violence. In this sense, this research was based on the analysis of the narratives of the technical team at the Caruaru Women's Reference Center, a service developed by women for women. Thus, we had a work scenario marked by the incidence of the pandemic, where female subjects exercised sheltering as a work instrument through a job considered essential for women who needed the service but whose essentiality was not recognized in the pandemic context. This research is constructed on aspects of the author's self-narratives, given that she, together with the professionals analyzed, also worked on the equipment. To this purpose, the research was based on two aspects: the first was the analysis of data from the number of services provided in period that preceded the pandemic, and the second and largest aspect was the analysis of self-narratives, from the perspective of feminist epistemology, seeking to understand how sheltering women victims of violence reflects on the personal and professional lives of those who provide shelter in their work sense.

Keywords: self-narratives; women; violence; pandemic; sheltering.

RESUMEN

Las mujeres que, históricamente han experimentado los factores sociales de la violencia desde una perspectiva patriarcal y machista, han visto agravada esta situación durante el contexto establecido por la pandemia de covid-19. Con el aumento de los índices de violencia doméstica y familiar contra las mujeres, los servicios que actúan en la Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (REVCM) también han podido sentir el aumento de la demanda, como es el caso de los Centros de Referências da Mulher (CRM), instrumentos pertenecientes a esta REVCM, y que a menudo es la puerta de entrada para las mujeres víctimas que desean romper el ciclo de la violencia. En este sentido, esta investigación se basó en el análisis de las narrativas del equipo técnico del Centro de Referência da Mulher de Caruaru, un trabajo desarrollado por mujeres para mujeres. Así, hubo un escenario laboral marcado por la incidencia de la pandemia, donde mujeres, que practican la acogida como herramienta laboral, a través de un oficio considerado esencial para las mujeres que necesitaban el servicio, pero que este lugar de esencialidad no implicaba los otros requisitos esencialistas de la pandemia. Se trata de una investigación construida a partir de aspectos de la autonarrativa de la autora, una vez que, junto con las profesionales analizadas, también trabajó en el instrumento. Para ello, la investigación se desarrolló sobre la base de dos aspectos, el primero fue el análisis de los datos procedentes del cuantitativo de las asistencias realizadas en el periodo anterior y previo a la pandemia, y el segundo y mayor aspecto, se basó en el análisis de autonarrativas, desde la perspectiva de la epistemología feminista, buscando comprender cómo la acogida a mujeres víctimas de violencia, se refleja en la vida personal y profesional de quienes practican la acogida en sentido laboral.

Palabras clave: autonarrativas; mujeres; violencia; pandemia; acogida.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadros

Quadro 1 — Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.....	45
Quadro 2 — Perfil das entrevistadas.....	74

Tabelas

Tabela 1 — Reprodução dos dados obtidos através de solicitação via e-SIC (Anexo A)	66
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIDH	Corte Interamericana de Direitos
CMM	Conselho Municipal da Mulher (Caruaru)
CNDM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COI	Centro de Operações Integradas
COMVIDA	Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CRM	Centros de Referências da Mulher
CRMMB	Centro de Referência da Mulher Maria Bonita
DEAM	Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MPU	Medida Protetiva de Urgência
NTUCRM	Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONDH	Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos
OPM	Organismos de Proteção à Mulher
PNH	Política Nacional de Humanização
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PPA	Plano Plurianual
PPGDH	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos
POP	Procedimento Operacional Padrão

RAMV	Rede de Atendimento às Mulheres
REVCM	Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
SEDH	Secretaria de Estado e Direitos Humanos
SINDJUFE/MS	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Mato Grosso do Sul
SINASEFE/MS	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso do Sul
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TJPE	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VVDF	Vara de Violência Doméstica e Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: os porquês desta escrita, contextualizando os aspectos metodológicos e epistemológicos	14
1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PANDEMIA E AS MÚLTIPLAS VIOLAÇÕES POR TRÁS DO ISOLAMENTO	22
1.1 A violência contra a mulher, os dispositivos legais brasileiros e os aspectos que permeiam o feminino	23
1.2 Como uma pandemia pode influenciar na regressão dos direitos das mulheres quando o medo não é só do vírus	29
2 OS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER: porta de entrada para o enfrentamento à violência contra a mulher	43
2.1 A política pública sob a perspectiva da construção coletiva e feminista	46
2.2 A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e a figura dos Centros de Referência da Mulher (CRMs)	53
2.3 Centro de Referência da Mulher De Caruaru: o acolhimento como instrumento laboral	61
2.3.1 O que o aumento do número de atendimentos pode nos dizer	65
3 MULHERES QUE ACOLHEM MULHERES	67
3.1 Considerações metodológicas necessárias	70
3.2 Categorizando as análises	74
3.2.1 Sobre(vivências) do acolhimento, quando os caracteres técnicos e sociais se (con)fundem.....	76
3.2.2 A experiência profissional como “virada de chave” em suas vidas pessoais ...	82
3.2.3 O agravamento da responsabilidade profissional, a pandemia e o seu caráter transformador	84
3.2.4 O quesito alteração comportamental e o cuidado	89
3.2.5 Ouvir e escutar como sinônimos de esperança.....	96
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: e de nós, quem cuida?	99
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	123
APÊNDICE B – Quadro categorizado das respostas das entrevistadas	125
ANEXO A – Dados de atendimentos obtidos por solicitação via e-SIC	168

INTRODUÇÃO: os porquês desta escrita, contextualizando os aspectos metodológicos e epistemológicos

Acredito que a melhor forma de introduzir essa pesquisa é contando aqui como o caminhar da vida acadêmica e profissional me levou a esse ponto da escrita. É bem verdade que transcrever ocorridos pessoais, que possuem tanta proximidade, é um grande desafio, sobretudo pela existência de um certo *pré*-conceito que vem sempre que é preciso apresentar explicações/justificativas sobre o tema. Sempre que falo que o trabalho “terá como ponto de partida as narrativas de si, ou seja, minhas próprias narrativas, um pouco do meu eu, do que vivi/passei, mas também do que as minhas companheiras de trabalho direto à época, compartilharam comigo...”, os questionamentos sobre a neutralidade são presentes.

Por essa razão, as narrativas de si serão utilizadas enquanto ferramenta de pesquisa sob o aspecto metodológico. Acredito que essa abordagem proporciona a recuperação das memórias, das vivências experienciadas como únicas, mas que também podem ser compreendidas como procedimentos de um processo que promove um encontro “consigo mesmo” e que busca o desvelamento sobre “como me tornei no que sou” (Josso, 1988).

Para análise e norteamto dessas narrativas, concentro-me nas epistemologias feministas, as quais foram conceituadas e pautadas durante toda esta escrita. Para Sandra Harding (1993), tais epistemologias provocaram uma ruptura com a ciência positiva androcêntrica que se arvora de neutra; assim, livres de positivismo, a experiência e a emoção das mulheres tornam-se elementos para a produção de conhecimento científico. Para Saffioti (2001, p. 130):

Se as abordagens feministas são denominadas de ideológicas por esta autora, a ciência dos homens, a ciência oficial é neutra. Ora, nem no campo das ciências naturais se acredita nesta história de carochinha. No domínio da epistemologia, a contribuição feminista tem sido valiosa, criticando a razão cartesiana e, nesta direção, ampliando os horizontes das(os) estudiosas(os).

Trata-se de uma pesquisa desafiadora, porque a maioria das escritas sobre o tema traz as questões relacionadas à vítima de violência, mas quase nunca se fala sobre quem está por trás dos cuidados dessas vítimas. Então, foi partindo do questionamento “E de nós, quem cuida?” que toda essa pesquisa começou. Por isso, acredito que essa pesquisa ocupa um lugar de subversão e contra-hegemonia (Louro, 2014). Falar em primeira pessoa afirma o meu lugar de pesquisadora feminista, uma

vez que contrapõe o universalismo e a neutralidade, sujeitos comuns nas pesquisas acadêmicas (Haraway, 2009; Marchesin, 2022).

Com isso, contribuo com os dizeres de Butler (2020), pois aqui ocupo um lugar de parcialidade e não o nego; assumo, assim, a cientificidade de uma escrita que tem por paradeiro o corpo, o tempo e o espaço, ao mesmo tempo que manifesta a identidade do ser mulher como um despertar para o que fui interpelada.

Embora ocupe o lugar de pesquisadora, para chegar aqui, estive vivenciando os problemas trazidos pela pandemia causada pela covid-19, pois o vírus não deflagrou *apenas*¹ a doença: para além do aspecto da saúde coletiva, agravou também os problemas oriundos das desigualdades sociais e de gênero, o que gerou a intensificação da violência contra a mulher. Esse é um problema antigo e recorrente na sociedade: desde o ano de 1975 organismos internacionais começaram a se mobilizar contra esse tipo de violência, período em que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher (Blay, 2003).

Com o crescimento desse tipo de violência durante a pandemia, cresceu também a demanda dos equipamentos participantes da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (REVCM). Nesse sentido, a pesquisa terá como objeto de estudo as narrativas de mulheres que acolhem mulheres, como é o caso da equipe técnica do Centro de Referência da Mulher de Caruaru/PE, que é formada, exclusivamente, por mulheres.

Destaco que, de agosto de 2019 a junho de 2021, desenvolvi atividades laborais no referido equipamento. Nos seis primeiros meses, exerci a função de assistente jurídica voluntária, haja vista minha profissão (advogada), mas, logo em janeiro de 2020, passei a exercer a função de coordenadora do órgão. Foi então que, passados pouco mais de dois meses de coordenação, deflagra-se a pandemia.

Nesse contexto, a atuação do equipamento, que já era intensa, tornou-se ainda mais, pois foram dias em alerta, o que se comprova pelos números dos atendimentos: só no ano de 2020, o equipamento fechou o ano com a realização de 2.022 atendimentos, mais que o dobro do ano anterior, que foi de 871. O mesmo cenário se repetiu nos anos seguintes: 2021, com 3.048, e 2022, com 4.023 atendimentos. Ou seja, é possível visualizar o aumento de cerca de 100% ao compararmos o ano de

¹ Incluo essa nota para justificar que a utilização dessa palavra não quer diminuir o impacto da doença.

2019, anterior à pandemia, com o período marcado pela incidência do vírus e seus respectivos reflexos (vide Tabela 1).

Movido pelo interesse de ouvir “mulheres que acolheram mulheres vítimas de violência durante a pandemia”, o presente trabalho teve o objetivo de extrair, a partir dos relatos das suas vivências profissionais a resposta para o seguinte problema de pesquisa: **quais são os desdobramentos que acolher mulheres vítimas de violência pode trazer para a vida pessoal e profissional de quem acolhe, sobretudo em um cenário pandêmico?**

Eis, então, o questionamento que se espera responder por meio da pesquisa desenvolvida nesta dissertação — uma pesquisa que almeja, sobretudo, escutar, compreender e ser objeto transformador de inquietações levantadas pelas sujeitas sociais que estão envolvidas nos problemas apontados nesta análise.

Trago destaque para o ponto inicial de observância desta pesquisa, que é o fenômeno da violência contra a mulher no período da pandemia. Para isso, utilizo as narrativas utilizadas quando as profissionais entrevistadas, que compõem a equipe técnica do Centro de Referência da Mulher (CRM), responderam aos questionamentos realizados (Apêndice A), observando suas experiências enquanto sujeitas responsáveis pelo acolhimento de mulheres vítimas de violência em um cenário pandêmico, e a possível repercussão dessa atuação em suas vidas profissionais e até mesmo pessoais.

Portanto, o trabalho tem como objetivo específico o caráter observador da evolução da violência contra a mulher, em sentido negativo, a partir do aumento dos acolhimentos realizados no CRM, e de como esse aumento contribuiu para que fossem obtidas as respostas trazidas em cada questionamento realizado.

Outrossim, pretendeu-se também dar visibilidade às sujeitas ocupantes da linha de frente invisível do enfrentamento, a partir das escutas oriundas de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas e que deram origem às narrativas profissionais, objeto das análises realizadas. Observou-se como as entrevistadas se sentem enquanto profissionais atuantes na REVCN; compreendeu-se se foi possível perceber alterações na dinâmica da violência contra a mulher durante o período da pandemia, bem como se houve mudança na forma de ingresso na Rede de Atendimento às Mulheres (RAM); por fim, buscou-se identificar não só por meio das respostas obtidas, mas também das narrativas de si, possíveis desdobramentos que o exercício do acolhimento enquanto instrumento de trabalho, sobretudo no período

da pandemia, ocasionou na vida de mulheres que acolhem mulheres vítimas de violência.

Por intermédio desses respectivos olhares, objetivou-se, ainda, sugerir a criação de políticas públicas direcionadas não só para mulheres vítimas de violência, mas também para aquelas mulheres que, embora compartilhem dos mesmos propósitos, vinculados a uma vida livre de violência contra as mulheres, ocupam lugares distintos, onde, por vezes, a cobrança, a responsabilização inadequada e a culpabilização convergem das teorias feministas que versam, por exemplo, sobre sororidade, definida como aliança feminista entre mulheres, dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo (Garcia; Sousa, 2015).

Por meio das narrativas obtidas nas respostas explanadas pelas entrevistadas, obtiveram-se relatos sobre as suas experiências enquanto sujeitas mulheres em exercício efetivo na linha de frente invisível da REVCM. Tais relatos complementam as narrativas da própria pesquisadora, como já dito acima, por meio das narrativas de si, uma vez que havia um ambiente de trabalho compartilhado.

Para dar enfoque ao descrito, coloco-me como mulher cis feminista, reconheço-me como agente da minha própria história na produção de conhecimento e em constante transformação e expansão do meu olhar para as diferenças (Harding, 1993) que me constituem e que também constituem outras mulheres no corpo e na linguagem (Haraway, 2009). Eis, então, um corpo em invenção de narrativas e de memórias (Evaristo, 2020). Por isso, optei por escrever em primeira pessoa, colocando-me como sujeita participante da problemática e oportunizando o saber a partir das narrativas de si.

Todavia, destaco que as escritivências de Conceição Evaristo (2020) exerceram influências nos meus pensamentos e na forma como aqui me coloco. Para tanto, destaco um trecho da sua obra *Becos da memória*:

As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento do fato, há um espaço de profundidade, é ali que explode a invenção. Neste sentido venho afirmando: Nada que está narrado em *Becos da memória* é verdade, nada que está narrado em *Becos da memória* é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de *Becos* está uma vivência, que foi minha e dos meus. Escrever *Becos* foi perseguir uma escritivência. Por isso também busco a primeira narração, a quem veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar a minha. (Evaristo, 2020, p. 11).

Ainda no tocante à coleta dos dados da análise, justifico que a escolha do método de entrevistas semiestruturadas se deu pela necessidade de trazer questionamentos direcionados ao lapso temporal analisado, que foi o período da pandemia. Assim, houve um roteiro prévio, mas também se abriu espaço para que esta pesquisadora/entrevistadora fizesse algumas perguntas complementares, a título de adequação ao roteiro da entrevista, bem como se permitiu que as entrevistadas ampliassem o escopo de suas respostas.

Além disso, como se tratou de entrevistadas com perfis diferentes, uma vez que a equipe que compõe o centro é multidisciplinar, composta por advogadas, psicólogas e assistentes sociais, obtive narrativas diferentes com relação à atuação; assim, o olhar da psicóloga sobre o problema é diferente do olhar da assistente social, do olhar da advogada etc. Destaco que essa afirmação será compreendida no capítulo 3, que aborda as análises das narrativas, pois, muito embora tenhamos perguntas iguais, as respostas divergem de acordo com o olhar da atuação de cada profissional.

A escolha das sujeitas para realização das entrevistas possibilitou a exploração do objeto de estudo a partir das narrativas de quem vivenciou o problema social que aqui se propõe a analisar. Acredito que o contato próximo existente entre a entrevistadora e as participantes favoreceu a obtenção de uma análise concreta dos aspectos que permeiam a compreensão do fenômeno da violência contra mulher, sob o olhar de quem vivenciou o propósito do acolhimento de mulheres vítimas no período da pandemia.

As análises das informações coletadas foram realizadas por meio de duas etapas. A primeira se deu por meio da análise dos dados referentes ao quantitativo de atendimentos realizados pelo CRM na pandemia e no período que a antecedeu, objetivando compreender se houve alteração na dinâmica da violência contra a mulher no município de Caruaru. Já a segunda foi por meio da escuta das profissionais do CRM, as quais, sobretudo no período da pandemia, ocuparam um lugar de acolhimento para com as mulheres vítimas de violência. A referida análise levará em consideração a narrativa que, para Bastos e Biar (2015, p. 99), é “uma prática discursivo-interacional, social e situada, que organiza a experiência humana e constrói sentidos culturalmente relevantes”.

Assim, considerando que o objeto principal desse estudo são as vivências das sujeitas mulheres que tiveram o acolhimento como instrumento laboral durante a

pandemia, esse aspecto nos direciona para uma abordagem qualitativa, que, para Deslandes, Minayo e Lima (2008, p. 21-22), responde a questões muito particulares:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, a partir do conteúdo originário das entrevistas, buscou-se compreender alguns aspectos que o labor do acolhimento para com mulheres de violência provoca nas vidas pessoais de quem, profissionalmente, exerce o cuidado.

Vale ressaltar que o CRM Caruaru foi o local eleito para essa pesquisa por ser um dos primeiros Centros de Referência criados no Estado e que se mantém em pleno funcionamento, mesmo com a alternância de governos. Além disso, as sujeitas que foram escolhidas para desenvolvimento desta pesquisa são mulheres, técnicas, que fazem e/ou fizeram parte da equipe do CRM, considerando a sua multidisciplinariedade, uma vez que teremos, entre as entrevistadas, advogadas, psicólogas e assistentes sociais.

Teremos, nesse ponto, como objeto de análise as narrativas de si como contribuição ativa, a escrita em primeira pessoa e as vivências desta pesquisadora, uma vez que, como dito, esta exerceu a atividade de advogada voluntária no Centro durante agosto e dezembro de 2019 e o coordenou de janeiro de 2020 a junho de 2021, razão pela qual incluirá seus próprios olhares na pesquisa. Para tanto, utiliza como ferramenta metodológica as narrativas de si, na busca por se inserir no mundo com histórias de vida (Evaristo, 2020).

Esta pesquisa tem por base o relato, mediante entrevistas semiestruturadas, de mulheres no tocante ao exercício da sua relação de trabalho, razão pela qual não se fez necessária a submissão ao Comitê de Ética, conforme fundamenta o art. 1º, parágrafo único, inciso VII, da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)².

² Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: [...]

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito.

Tem-se, então, um estudo descritivo do tipo relato de experiência, que visa descrever uma experiência vivida pelas profissionais que se propuseram a relatar as suas vivências, bem como as narrativas da minha vivência, uma vez que compartilhamos, durante a pandemia, o mesmo ambiente de trabalho.

Por conseguinte, essa pesquisa seguirá por três seções, a fim de desenvolver compreensões para os objetivos acima mencionados. Na primeira seção, que tem como título “o fenômeno da violência contra a mulher na pandemia e as múltiplas violações por trás do isolamento”, trarei fundamentações sobre a violência contra a mulher, o agravamento do problema em decorrência do isolamento social e como a união desses fatores pode contribuir para a regressão de direitos; em seguida, trataremos sobre o desafio do *ser* mulher na pandemia, quando o medo não é só do vírus, isto é, o medo que se sobrepõe aos perigos de se infectar.

Já a segunda parte, denominada “Os Centros de Referência da Mulher: porta de entrada no enfrentamento à violência contra as mulheres”, traz contribuições acerca do caminho que a política pública no Brasil tem percorrido, buscando compreender a importância dos movimentos de mulheres feministas na construção e na consolidação desses direitos. Nesse caminhar, compreenderemos a atuação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e a importância dos CRMs nessa Rede, uma vez que estes, muitas vezes, são a porta de entrada para o rompimento do ciclo da violência.

Ainda sob a perspectiva do CRM, encontraremos o acolhimento, figura essencial da rede, sobretudo quando é formado por mulheres, que tem por objetivo o cuidado para com outra. Ao final deste capítulo, observaremos os números de atendimentos do equipamento no ano anterior à pandemia e nos dois anos de interferência desta, objetivando compreender o que o aumento desses dados pode nos dizer.

Por fim, a terceira e última fase desta dissertação tem por tema “Mulheres que acolhem mulheres” e objetiva a análise das narrativas de si, a partir das falas que as técnicas do CRM trouxeram durante o momento da entrevista. Destaca-se que as entrevistas narrativas se enquadram em um plano de investigação de caráter quantitativo-qualitativo — quantitativo porque apresenta os dados de atendimento do CRM no período anterior e posterior à pandemia; qualitativo porque analisará, a partir da análise do conteúdo em comum das narrativas, epistemologias feministas que possam se relacionar com as categorias de análise.

Isso ocorre porque a pesquisa narrativa é feita de igual para igual e a consciência disso possibilita entender que existe uma objetividade relativa, isto é, a pesquisadora traz suas próprias questões para pesquisa. Essa é uma das principais certezas que desvinculam a presente pesquisa das correntes “tradicionais” ou “clássicas” do estudo narrativo, intituladas “estruturais”, que quase imaginam a narrativa como uma disciplina na qual não existe subjetividade, apenas objetividade.

A partir dessas análises, pretende-se colaborar para que a pesquisa científica contribua com o aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, sob o olhar de quem vivenciou de perto — ou por que não dizer de frente? — a dinâmica da violência no período de pandemia. Novamente, trago destaque ao que acredito ser o objeto principal desta escrita, que é dar visibilidade a essas profissionais, uma vez que, embora muitas delas já vinham desenvolvendo um trabalho de cuidado e acolhimento para com a outra, no período em que se recomendava o cuidado para consigo e com os seus em razão do risco iminente ocasionada por um vírus que atormentava globalmente a sociedade, essas profissionais não se abstiveram do exercício do acolhimento, o qual muitas vezes sobrepôs-se ao acolhimento e ao cuidado para consigo.

1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PANDEMIA E AS MÚLTIPLAS VIOLAÇÕES POR TRÁS DO ISOLAMENTO

Em relatório elaborado para apresentar as estimativas globais e regionais de violência contra as mulheres, a Organização Mundial de Saúde (OMS) apontou que 30% das mulheres do mundo já vivenciaram situações de violência doméstica do tipo física e/ou sexual (OMS, 2013). Esse percentual contribui para a compreensão de como a violência contra a mulher pode se assemelhar a uma pandemia, haja vista sua lamentável magnitude. Conforme refletiu Angelika Rettberg (2020), a violência é um fenômeno de longa data na América Latina; assim, devem ser fortalecidos mecanismos para evitar que a violência se aprofunde em decorrência da pandemia de covid-19.

Com a deflagração da pandemia causada pela covid-19 em março de 2020, a violência contra a mulher, que já era tida como um fenômeno de grande repercussão nacional e mundial, teve sua incidência agravada. A implantação de medidas severas de isolamento social para impedir a propagação da covid-19 fez com que grande parte da população mundial ficasse em isolamento obrigatório. Foi, então, que os índices de violência contra as mulheres alavancaram, especialmente a violência doméstica, perpetrada por parceiros/as íntimos/as (Violência [...], 2020).

Esse fator aponta que, infelizmente, o lar, lugar do isolamento social, medida de segurança e saúde imposta como política para o enfrentamento à covid-19, é, na verdade, local facilitador de práticas violentas, ou seja, de insegurança para as mulheres (Januário; Marchesin, 2020).

Segundo o Dossiê Especial Covid-19, “*Violência contra Mulheres e a Pandemia do Covid-19: Insuficiência de Dados Oficiais e de Respostas do Estado Brasileiro*”, que objetivou estudar os dados indicativos nos dois primeiros meses (23 de março a 23 de maio de 2020) de incidência da doença no Brasil, os impactos não demoraram a surgir. No Rio de Janeiro, por exemplo, já no primeiro final de semana após o pronunciamento oficial que decretou o primeiro bloqueio total (*lockdown*), houve um aumento de 50% dos casos de violência doméstica (Mazzi, 2020). Todavia, em Santa Catarina, o efeito apresentado segundo os dados oficiais foi inverso, apresentando uma baixa de 65% das denúncias realizadas presencialmente das delegacias (Bettger et al., 2020). Esse fato, porém, não representa a redução nos casos de violência, mas sim um alerta para possibilidade de subnotificação, uma vez que o isolamento da

mulher, por vezes, passa a ser local propagador de violência, ao passo que garante ao responsável pela agressão maior controle e dominação sobre a mulher, o que torna ainda mais desfavorável à denúncia (Baggenstoss; Li; Bordon, 2020).

Percebe-se, então, que, durante o período pandêmico, embora os registros oficiais de boletins de ocorrência tenham demonstrado diminuição, os casos de feminicídio apresentaram um aumento de cerca de 22,2% no país, entre os meses de março e abril de 2020, quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Assim, é com os casos de feminicídios em crescimento que se comprova a indicação do aumento da violência doméstica e familiar, já que o feminicídio é o golpe fatal dessa conduta criminal (Sousa; Santos; Antonietti, 2021).

1.1 A violência contra a mulher, os dispositivos legais brasileiros e os aspectos que permeiam o feminino

A violência contra a mulher constitui grave violação de direitos humanos e historicamente vem se estruturando na cultura machista e patriarcal da sociedade, perpetuando-se por toda a história. Com o início do período de pandemia de covid-19 iniciado no ano de 2020 no Brasil, os reflexos negativos para além da saúde vêm sendo demonstrados; nesse contexto, os aspectos ligados à desigualdade social, presente em razão da persistente desigualdade de gênero, também intensificaram a violência contra mulher.

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, assinada em Belém do Pará, no ano de 1994, trata-se de violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado.

Com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), criaram-se mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme dispõe o art. 226, § 8º da Constituição Federal, bem como os tratados internacionais em que o Brasil é signatário, como a Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

O art. 5º da Lei nº 11.340/2006³ dispõe que a violência doméstica e familiar contra a mulher se configura como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006a).

Ainda de acordo com o art. 7º da referida lei, esses tipos de violência podem ser compreendidos da seguinte forma:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006a).

Com relação a avanços legislativos em prol dos direitos das mulheres brasileiras, temos a importante inclusão do crime de Feminicídio no Código Penal Brasileiro (Lei nº 13.104/2015). Esse progresso representa um comprometimento importante e significativo na atuação dos entes públicos responsáveis pelo desenvolvimento de mecanismos responsáveis por ofertar melhores meios para o

³ Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou em vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (Brasil, 2006a).

Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; todavia, estes ainda não são suficientes para coibir as práticas.

Percebe-se, então, que, muito embora mudanças importantes e significativas nos direitos das mulheres vêm sendo construídas, mudando a história do país, tais avanços parecem ter sido ignorados diante da insurgência da pandemia, o que contribuiu para o aumento das incidências de violências contra as mulheres. É um fenômeno global, que pode atingir todos os tipos de mulheres, em suas diversas condições e por meio de maneiras distintas, corroborando para o aprofundamento das desigualdades sociais existentes.

Dados iniciais indicavam que a pandemia teve consequências sociais e econômicas devastadoras para mulheres e meninas, podendo, inclusive, reverter o progresso limitado feito na igualdade de gênero e nos direitos das mulheres nas últimas décadas (Pasinato; Yamamoto; Ferracini, 2020). Para **Simone de Beauvoir (1949)**, “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

No Brasil, esse cenário colaborou para que as mulheres vítimas de violência enfrentassem dificuldades adicionais para romper com as situações de violência nas quais estivessem inseridas. Atribuem-se a isso os cortes orçamentários governamentais realizados (Pires, 2020) e as restrições impostas pela quarentena obrigatória.

Dados sobre os desdobramentos oriundos do isolamento nos casos de violência doméstica e familiar já indicavam esse aumento preliminarmente, por vezes mediante notícias vinculadas na mídia ou até mesmo por relatórios de organizações internacionais. Esses indicativos já apontavam para a probabilidade do aumento desse tipo de violência. Segundo a ONU Mulheres (Violência [...], 2020), em países como Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido (Mohan, 2020) e Estados Unidos (Almeron, 2020):

[...] autoridades governamentais, ativistas dos direitos das mulheres e parcerias da sociedade civil denunciaram crescentes denúncias de violência doméstica durante a crise e aumento da demanda para abrigo de emergência. As linhas de apoio em Singapura e Chipre registraram um aumento de chamadas em mais de 30% (Violência [...], 2020).

No Brasil, de acordo com os dados informados pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), houve um aumento médio de 14,1% no número de

denúncias feitas ao Ligue 180 nos primeiros quatro meses de 2020 em relação ao ano passado (Denúncias [...], 2020). No país, o necessário isolamento social para o enfrentamento à pandemia escancara uma dura realidade: as mulheres brasileiras, embora chefiem cerca de 28,9 milhões de famílias, não se sentem seguras em seus lares (Vieira; Garcia; Maciel, 2020).

O fato de muitas mulheres estarem confinadas em seus lares com seus/suas agressores/as possibilita a prática de diversos tipos de violência contra a mulher no ambiente doméstico. Esse fator revela a vinculação do gênero à violência, diretamente ligada à cultura machista e patriarcal enraizada na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, Joan Scott (1995, p. 84) descreve:

A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem-posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica.

Oportunamente, deve-se considerar que pandemia e isolamento social não são exclusivamente responsáveis pelos altos índices de violência; esses aspectos são responsáveis apenas por intensificar o contexto de violência que essas mulheres estão inseridas. A estrutura machista na qual a sociedade brasileira é constituída potencializa a violência, fator que também enfatiza a desigualdade de gênero, raça e classe social. Por isso, torna-se importante o estudo da interseccionalidade presente na junção dos fenômenos da violência doméstica e pandemia. Para Emanuelle Goes e Enilda Nascimento (2012, p. 291):

Os diferenciais de gênero, classe, raça/cor, orientação sexual entre outros criam “vulnerabilidades exclusivas” ou como a autora refere em outro momento “vulnerabilidade interseccional”. Isso porque diferentes vulnerabilidades se entrecruzam para formar “vulnerabilidades exclusivas” que podem ser definidas como condições diferenciadas do ponto de vista dos direitos humanos. Tais condições podem estar invisibilizadas dadas às condições de marginalidade que vivem certos grupos, especialmente mulheres.

Nessa breve análise, é possível identificar que a violência pode se manifestar de diferentes formas e em diferentes contextos; assim, é preciso visibilizá-la, e é nesse sentido que, ao longo dos anos, o movimento feminista tem contribuído nessa compreensão.

Nesse sentido, nota-se que o necessário isolamento social para o enfrentamento à pandemia escancarou uma dura realidade: as mulheres brasileiras

não se sentem seguras em seus lares (Cavenaghi, Diniz, 2018). Percebe-se, então, que desfrutar de um lar tranquilo e seguro, que deveria ser um direito básico garantido a todas e todas, na prática, não passa de uma utopia, haja vista que se tornou um “privilégio”; para desfrutá-lo, indicativos sociais relacionados ao gênero, classe e raça, são determinantes.

São muitos os motivos ensejadores para que a mulher sofra violência doméstica no Brasil, como a dependência financeira e afetiva, o medo de denunciar e sofrer retaliações fatais (feminicídio), a insegurança na criação sozinha dos/as filhos/as, a ausência de apoio familiar e até mesmo a negação da sociedade. Esses motivos exemplificados, bem como outros que não foram citados, são reforçados e apoiados no machismo estrutural e na cultura patriarcal, que faz com que seja perpetuada socialmente a naturalização da violência sofrida pelas mulheres (Brasil, 2017).

A presença de uma estrutura machista e patriarcal impõe assimetrias e hierarquizações de papéis sociais ao homem e a mulher, principalmente em se tratando de construções sociais que atribuem o trabalho de cuidado na criação e responsabilização dos/as filhos/as à mulher. A respeito disso, Heleieth Saffioti (1987, p. 8) diz:

Não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira. [...] A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta.

Conforme citado, o fundamento principal da desigualdade entre homens e mulheres vem contextualizando-se no decorrer da história da sociedade. É também por essa razão que discussões sobre gênero e patriarcado nos dão sustentação teórica para compreender o fenômeno social da violência contra a mulher no Brasil (Amorim, 2015). **Simone de Beauvoir (1949, p. 243)** atribui a esse processo histórico-cultural uma posição social que a chama de “Outro”:

A história mostrou-nos que os homens detiveram sempre todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a

mulher em estado de dependência; os seus códigos estabeleceram-se contra ela; e foi assim que ela se constituiu concretamente como Outro.

Esse aspecto do *Outro* nos ajuda a compreender como as categorias atribuídas, distintamente, a homens e mulheres permeiam as condições do feminino até os dias atuais. Para Veronica Azeredo (2010), a condição do feminino é construída dentro das estruturas de dominação socioespaciais, que determinam o modo como é representado o lugar na família, bem como suas formas de responsabilização. Para a autora, é necessário lembrar que o padrão dominante de família instituído nas sociedades industrializadas “dio a las mujeres el espacio de los cuidados domésticos y afectivos” (Azeredo, 2010, p. 580), e aos homens a esfera pública e o poder.

Segundo Marcela Lagarde de los Ríos (1993), a condição de mulher é definida como cativo, denominação atribuída ao *status* das mulheres na sociedade patriarcal, que define politicamente as mulheres em sua relação com o poder. A autora enfatiza que elas têm sido historicamente privadas da possibilidade de escolher e decidir sobre suas próprias vidas e sobre o mundo. Nesse sentido, vejamos o que diz Marcela Lagarde (1993, p. 36-37):

El poder define genéricamente la condición de las mujeres. Y la condición de las mujeres es opresiva por la dependencia vital, la sujeción, la subalternidad y la servidumbre voluntaria de las mujeres en relación con el mundo (los otros, las instituciones, los imponderables, la sociedad, el Estado, las fuerzas ocultas, esotéricas y tangibles). [...] Esta incapacidad de las mujeres para constituirse en sujeto constituye la impotencia aprendida. He llamado cautiverio a la expresión político-cultural de la condición de la mujer. Las mujeres están cautivas de su condición genérica en el mundo patriarcal.

A partir dessas análises, pode-se perceber como a vida das mulheres é constantemente marcada por privações e como o fator gênero é determinante. Nicholson (2000), ao escrever *Interpretando o Gênero*, trouxe o seguinte exemplo, “um patriarcalista no início do século XVII como Sir Robert Filmer pôde usar a Bíblia para justificar a subordinação das mulheres aos homens [...]” e, na mesma citação, menciona que o filósofo Locke utilizou as diferenças entre os corpos masculinos e femininos com a finalidade de legitimar a desigualdade. Por essa análise, podemos observar que a perpetuação do poder percorre caminhos que encontram raízes na religião e filosofia, por exemplo.

Nota-se, ainda, como a estrutura de poder patriarcal manifesta-se por meio de diversos mecanismos ainda na sociedade contemporânea. Para Saffioti (2004, p. 104):

[...] a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e de morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade.

Infelizmente, a cultura patriarcal permanece e assombra diariamente o cotidiano das mulheres. Condutas machistas perpetuam-se e parecem ultrapassar gerações, contribuindo para que continuemos sendo vítimas dessa estrutura. Isso acontece mesmo após o Brasil ter assumido compromissos com a pauta da prevenção, combate e erradicação da violência contra a mulher, como aconteceu com a promulgação da Lei Maria da Penha, que compreendeu como a violência ocorre, por vezes, em decorrência das relações de gênero fundadas em uma ordem historicamente patriarcal (Bandeira; Melo, 2014).

1.2 Como uma pandemia pode influenciar na regressão dos direitos das mulheres quando o medo não é só do vírus

Os direitos das mulheres, de modo geral, fazem parte da construção conjunta dos princípios basilares dos direitos humanos e de toda sua fundamentalidade. Todavia, é oportuno ponderar como uma crise sanitária pode provocar a regressão de direitos garantidores, que tiveram sua construção e efetivação pautados em muita persistência coletiva, ultrapassando diversas gerações e contextos sociais.

Pesquisas demonstram que, desde a introdução de medidas de isolamento social para impedir a propagação da covid-19, mais de quatro bilhões de pessoas em todo o mundo se abrigaram em suas casas (Violência [...], 2020). Associados a esse alto índice, dados indicam que uma em cada três mulheres no mundo já foi vítima de violência física ou sexual executada por algum companheiro íntimo (Gebrewahd; Gebremeskel; Tadesse, 2020).

Segundo a ONU Mulheres (Violência [...], 2020), o cenário causado pela pandemia da covid-19 se tornou bastante favorável para a propagação da violência doméstica e familiar contra a mulher:

O confinamento está promovendo tensão e tem criado pressão pelas preocupações com segurança, saúde e dinheiro. E está aumentando o isolamento das mulheres com parceiros violentos, separando-as das pessoas e dos recursos que podem melhor ajudá-las. É uma tempestade perfeita para controlar o comportamento violento a portas fechadas. E, paralelamente, à medida que os sistemas de saúde estão chegando ao ponto de ruptura, os

abrigos de violência doméstica também estão atingindo a capacidade, o déficit de serviços tem piorado quando os centros são reaproveitados para serem usados como resposta adicional à Covid.

Ressalta-se, ainda, que esse tipo de violência é fator desencadeador para diversos gatilhos negativos à mulher, visto que, paralelamente às violações sofridas diretamente, aspectos de saúde física e mental como depressão, uso abusivo de álcool e drogas, infecções sexualmente transmissíveis, risco de lesões físicas, isolamento e limitações no autocuidado, são afetados e caminham juntos (Gibbs *et al.*, 2018; Mendonça; Ludemir, 2017).

Se, para as mulheres brasileiras, o acúmulo de responsabilidades com atividades domésticas, o exercício de trabalho externo, os cuidados para com os seus e a incidência das vulnerabilidades acima citadas já eram uma realidade, com o isolamento social “forçado” toda esse conjunto veio a agravar. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020a), as mulheres apresentam taxas de desemprego mais altas e menor participação no mercado; mesmo quando empregadas, são super-representadas em setores altamente dependentes de interações presenciais, no trabalho informal e em outras formas vulneráveis de emprego. Por essa razão, costumam ser excluídas de políticas formais de proteção social para trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a já existente sobrecarga de trabalho não remunerado das mulheres, que acumulam diversas responsabilidades domésticas e de cuidados infantis, aumenta com o fechamento das escolas e a adoção de medidas de confinamento, reduzindo ainda mais o tempo que podem dedicar ao mercado de trabalho. Tais fatores representam a existência da divisão social do trabalho proveniente das relações sociais de sexo, que destina às mulheres a função reprodutiva e aos homens a função de produzir. Dessa maneira, estabelece-se uma relação desigual entre os sexos, que cria e reproduz, de forma conjunta, a desproporção dos papéis e das funções dos gêneros perante a sociedade (Okin, 2008; Januário; Marchesin, 2020).

Considerando a sociedade patriarcal existente, cujos aspectos culturais tendem a privilegiar o trabalho produtivo realizado por homens, o trabalho reprodutivo e do cuidado desempenhado pelas mulheres, que normalmente já é invisibilizado, tende a ficar ainda mais invisível em meio a uma pandemia. Em regra, isso acontece porque, segundo Susan Okin (2008), os homens são vistos como ligados às

ocupações da esfera da vida econômica e política, enquanto as mulheres são responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução, ou seja, vistas naturalmente como inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família (Sousa; Guedes, 2016).

A divisão social imposta pela estrutura machista e patriarcal da sociedade (de)limita os papéis sociais dos gêneros, haja vista que impõem diferenças de direitos, deveres e comportamentos, por exemplo, ao homem e a mulher, quase sempre beneficiando os homens. Ainda para Susan Okin (2008, p. 325-326):

Se há uma necessidade desse tipo de privacidade, se nós precisamos, para o desenvolvimento da personalidade, de bastidores onde nós possamos temporariamente deixar de lado nossos papéis sociais, então a maioria das mulheres dificilmente encontrará essa privacidade na esfera doméstica. Tenham ou não papéis não-domésticos, espera-se muito mais delas, em geral, em seus papéis de mães e de responsáveis pela família, do que se espera dos homens em seus papéis familiares. Isso é evidenciado pelo fato de que homens que têm sucesso na vida pública são frequentemente desculpados por negligenciar suas famílias, enquanto as mulheres, na mesma situação, não o são. De fato, uma referência completamente diferente do que constitui “negligência em relação à família” é geralmente aplicada à mulher, assim como “ser mãe” significa algo inteiramente diferente de “ser pai”.

A reprodução e a manutenção dessa realidade estão alinhadas com a construção de gênero, que se processa por meio da circulação de símbolos, padrões e práticas sociais que delimitam lugares e possibilidades de ser, pensar e fazer distintos para cada sujeito, influenciando na elaboração de projetos de vida. Assim, as expectativas das mulheres em relação a sua trajetória de vida são fortemente marcadas pela domesticidade, enquanto a caminhada dos homens é permeada por posturas de coragem, de desenvolvimento de força física e de exposição pública, a partir do estímulo à competição para vencer e conquistar (Landerdahl *et al.*, 2015).

Além disso, todas as tarefas realizadas pelas mulheres no âmbito doméstico concentram uma enorme magnitude de trabalho que cria riqueza, sustenta e reproduz a vida em sociedade, mas que, há séculos, é invisibilizado e desconsiderado do ponto de vista econômico. Isso resulta em uma construção social pautada na invisibilidade do trabalho das mulheres, que vincula a figura da mulher a papéis reprodutores, de cuidado e do privado, consolidando os papéis de gênero existente nas sociedades patriarcais (Rodriguez, 2010).

A crise causada pelos efeitos da pandemia atinge não só os aspectos ligados à saúde, mas também à economia e à ordem social. As medidas sanitárias

necessárias adotadas refletem nas relações, agravando o estado de vulnerabilidade em que muitas mulheres estão inseridas. Nesse sentido, destaca-se a inserção do debate interseccional, que considera os fatores econômicos, políticos, culturais, físicos, subjetivos e de experiência de cada mulher (Lemos; Barbosa; Monzato, 2021). Ainda nessa perspectiva, intersecção compreende o múltiplo integrante do “ser mulher”, o qual leva em conta os fatores raciais, de orientação sexual e de identidade de gênero elementos indispensáveis na hierarquização de saberes (Ribeiro, 2017). Crenshaw (2002, p. 177) acredita que:

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias.

Somadas aos fatores provenientes da interseccionalidade, há também a exposição em trabalhos precários, a jornada dupla ou até mesmo tripla, e a ausência de trabalho remunerado — exemplos práticos de violações de direitos que cotidianamente podem ser vistos. Além disso, destacam-se, ainda, as mulheres chefes de família monoparentais, as quais, durante a pandemia, veem-se impossibilitadas de cumprir a quarentena obrigatória imposta pelas autoridades, visto que o sustento do lar depende de seu trabalho.

Nessa perspectiva, Judith Butler (2003, p. 20) apresenta sua análise:

Se alguém “é” uma Mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Em recente estudo realizado pela Fiocruz, com o objetivo de avaliar as condições de trabalho dos/as profissionais de saúde diante da pandemia causada pela covid-19 no Brasil, verificou-se que a força do trabalho é majoritariamente feminina (Leonel, 2021). Essas mulheres, além de estarem na linha de frente do combate ao covid-19, também têm responsabilidades domésticas, no cuidado com o lar, com crianças e familiares. Dados do período anterior à pandemia, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já demonstravam que as mulheres realizavam 23,8 horas semanais de trabalho doméstico não remunerado

(Mulheres[...], 2019). No contexto pandêmico, considerando que as escolas e creches estiveram fechadas por muito tempo, essa jornada de trabalho aumentou.

Ainda segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2019, 41,3% da população ocupada está em trabalho informal, o que, para o contexto de trabalho feminino, representa cerca de 42%; entre as trabalhadoras informais, cerca de 47,8% são mulheres negras (IBGE, 2019).

Por questões históricas, as mulheres sempre estiveram à frente dos cuidados — e isso não seria diferente em tempos de covid-19. Leonardo Boff (2005, p. 29) há tempos disse que o “cuidado implica um modo-de-ser mediante o qual a pessoa sai de si e se centra no outro com desvelo e solicitude”. No entanto, muito embora indicadores também demonstrem que em todo o mundo as mulheres são maioria na força de trabalho da saúde, os cargos de liderança do setor ainda são majoritariamente ocupados por homens. No contexto pandêmico, as profissionais de saúde mulheres ainda são inferiormente remuneradas em comparação com o profissional do sexo oposto (Zubek; Hinz, 2020).

Nesse sentido, logo no início da pandemia (abril/2020), a Corte Interamericana de Direitos (CIDH) apresentou declaração contendo medidas que deviam ser adotadas e implementadas no âmbito do Estado de Direito, dentro das estratégias que os Estados Membros da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) estavam realizando, a fim de enfrentar e conter problemas ligados à vida e à saúde pública. No tocante às mulheres e meninas, apresentou o seguinte:

Tendo em vista as medidas de isolamento social que podem levar a um aumento exponencial da violência contra mulheres e meninas em suas casas, é necessário enfatizar o dever do Estado de devida diligência estrita com respeito ao direito das mulheres a viverem uma vida livre de violência e, portanto, todas as ações necessárias devem ser tomadas para prevenir casos de violência de gênero e sexual; ter mecanismos seguros de denúncia direta e imediata; e reforçar a atenção às vítimas (CIDH, 2020).

Segundo Thomas M. Franck (2001), é preciso tornar os princípios da Declaração Universal e de outros importantes instrumentos de direitos humanos, que contribuíram para a criação de uma rede global de proteção de direitos, aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de onde estiverem e para além de qualquer “excepcionalismo” cultural. Na prática, percebe-se que as declarações emitidas, apesar do consenso em sua adoção, não são implementadas, haja vista que essa inexecução não acarreta sanções. Sobre isso, vejamos o que diz Paulo Sérgio Pinheiro (2008, p. 84):

A proteção dos direitos humanos continuará a ser obstaculizada se o direito ao desenvolvimento, a eliminação da pobreza extrema, o direito à alimentação e à saúde não forem seriamente considerados questões cruciais não somente para os quatro bilhões de necessitados, mas também para o mundo desenvolvido, o qual, juntamente com o terceiro mundo, frequentemente se omite por medo, discriminação e racismo. A privação social e a exploração econômica devem ser consideradas graves violações de direitos humanos, no mesmo patamar da opressão política, tortura e discriminação racial¹. Apenas a indivisibilidade dos direitos humanos será capaz de reforçar a universalidade destes direitos.

Nota-se que, proporcionalmente falando, o vírus pode até ser democrático, haja vista que atinge a todos e todas; todavia, suas consequências não o são. Os dados informativos acima mencionados demonstram que a pandemia vem atingindo os gêneros de formas e proporções diferentes.

Muito embora a crise causada pela covid-19 tenha intensificado a sobrecarga de tarefas na vida das mulheres, a realidade é que a rotina de se desdobrar entre diversos turnos de trabalho (externo e interno) já é o cotidiano de grande parte das brasileiras. Segundo dados da pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, cerca de 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia (Gênero e Número; SOF, 2020).

Durante a pandemia ocasionada pela covid-19, diversos foram os relatos dos prejuízos causados por ela na vida da mulher mãe, a qual precisou lidar com o risco de se infectar com um vírus que pode ser letal, com a falta de emprego, com a adaptação com o *home office* e com a presença dos/as filhos/as em casa, ocasionada pelas creches e escolas fechadas, fatores esses que, somados, deram margem para a sobrecarga mental (Sobre [...], 2020).

Ainda com relação às dificuldades, podemos citar a ausência de recursos estruturais para manter as crianças e adolescentes com a rotina escolar; a necessidade de conciliar o *home office* com a jornada materna e os afazeres da casa; a ausência de uma rede de apoio para os cuidados com filhos/as e a própria ausência de uma fonte de renda. Em muitos casos, famílias inteiras passaram a depender do Auxílio Emergencial estabelecido pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, fornecido pelo governo federal, como única e exclusiva fonte de renda. Somada às questões relacionadas aos cuidados para com os/as filhos/as e dependentes, ainda existe todo o tempo em que as mulheres dedicam aos afazeres domésticos.

De acordo com Jorge Moreira da Silva (2019), as mulheres e meninas são responsáveis por cerca de 75% do trabalho doméstico desenvolvido em seus lares e

nos demais meios sociais em que estão inseridas. Especificamente com relação à América Latina, segundo a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Oportunidades, Gênero e Empoderamento das Mulheres e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), as mulheres despendem o triplo do tempo por semana para desenvolverem atividades não remuneradas relacionadas aos cuidados. No que tange às mulheres que pertencem a uma classe mais alta, economicamente falando, o tempo de dedicação é de, em média, 33 horas semanais, enquanto mulheres de baixa renda se dedicam por cerca de 46 horas (ONU; CEPAL, 2020).

Para Juliana Silva *et al.* (2020), a atuação feminina em profissões de cuidado é uma construção histórica, cultural e social, resultante da configuração de uma sociedade machista, patriarcal e misógina, onde as atividades relacionadas ao cuidado deveriam ser sempre desempenhadas por mulheres. Segundo Malaver-Fonseca, Serrano-Cardenas e Castro-Silva (2021), a desigualdade na divisão dos trabalhos afeta também as condições relacionadas ao bem-estar, propiciando a incidências de doenças físicas e mentais, além de gerar efeitos negativos na vida social e econômica das mulheres, com empregos informais, dependência financeira do parceiro e menor participação no mercado de trabalho, por exemplo.

Esse fator se agrava nos casos das mães solas, pois estas são as únicas responsáveis por todos os afazeres domésticos e para com os filhos, bem como carregam a obrigação da manutenção familiar. Em entrevista realizada pelo site Gênero e Número, em 2020, segundo Thaiz Leão, coordenadora da Frente Parlamentar de Primeira Infância do Estado de São Paulo e Diretora Executiva do Instituto Casa Mãe, a questão do isolamento durante esse período já era uma prática comum vivenciada pela grande maioria das mães:

As mães já sofrem com isso, porque a dimensão da infância e do compartilhamento social do cuidado dos filhos não existe. O que temos hoje é um agravamento, porque as poucas fontes de compartilhamento desse cuidado, como escola, o acesso ao trabalho e ao mundo, foram limitadas para essas mães para dentro da casa delas. Os vínculos se quebram, a economia cai e o cuidado triplica. As crianças estão dentro de casa, e sabemos bem em quem recai essa responsabilidade, ainda mais no caso de mães solo, que já não têm com quem dividir essas demandas (Silva, V., 2020).

Sendo assim, é possível identificar o imenso desafio que as mulheres mães enfrentaram durante o período em que as escolas e creches estiveram fechadas, sobretudo com relação àquelas que não tinham como, nem com quem, compartilhar

os cuidados para com os/as filhos/as — a chamada rede de apoio social. No tocante a esse tipo de ajuda, Rapoport e Piccinini (2006) destacam que pode acontecer por meio de três formatos: emocional (expressões de conforto e cuidado), informacional (informações e orientações) ou instrumental (provisão de recursos, serviços e resoluções de problemas).

No contexto de pandemia, as mulheres também foram diretamente mais atingidas nas relações trabalhistas. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva e divulgada pela Agência Brasil (Souza, L., 2020), 39% dos empregadores de diaristas renunciaram aos serviços dessas profissionais, com a consequente não realização dos pagamentos, o que resulta em reprodução de violências contra as trabalhadoras domésticas, que, no Brasil, são cerca de 6,5 milhões, trabalhando para 11% das famílias brasileiras. Especificamente dentro dessas condições ora abordadas, tem-se a evidência do recorte de gênero, raça e classe que direciona a essas condições mulheres negras e pobres.

Nesse sentido, destaca-se a importância da valorização das singularidades e das diferenças, buscando entender como os diversos fluxos interseccionais refletem nas mulheres em tempos de pandemia e as impacta das mais variadas formas, bem como de que forma essas diversas abordagens podem apontar para regressão de direitos — estes, que, por sua vez, vêm sendo construídos por toda a história, mas parecem não ter uma base tão sólida. Sobretudo no que diz respeito ao papel da mulher, às movimentações por trás da sobrecarga de tarefas, à vulnerabilidade e à exposição na qual muitas se encontram em um contexto pandêmico, não se pode deixar de destacar que, por trás disso, existem prejuízos para além da perda de direitos.

A partir dessas perspectivas, compreende-se como a intersecção está presente na vida das mulheres, principalmente diante de contextos causados por opressões causadas, pelas desigualdades de gênero, raça e classe social, provenientes do sistema patriarcal e estruturadas no atual contexto social, que contribui para o aumento da violência no período pandêmico, em que se passou a estar mais em casa e, consequentemente, em convívio direto com o sujeito reprodutor de violências.

Para bell hooks (2020, p. 96), usar o termo patriarcal para falar dessa violência no espaço doméstico seria útil

porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que a violência no lar está ligada ao

sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. Por muito tempo, o termo violência doméstica tem sido usado como um termo “suave”, que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal, do que a violência que acontece fora do lar. Isso não procede, já que mais mulheres são espancadas e assassinadas em casa do que fora dela.

Indicadores apresentados pela ONU revelaram a necessidade de enxergar suas recomendações, bem como de demais órgãos governamentais e supramencionais que apontam para a adoção imediata de medidas que objetivem prevenir, proteger e mitigar as consequências das formas de violência, estigma e de discriminação contra as mulheres durante processos de quarentena e isolamento social (Chefe [...], 2020). Assim, nota-se que os aspectos relacionados às mulheres e à pandemia causada pela covid-19 escancaram a dura realidade de quem ocupa diversas obrigações, que resulta em sobrecarga, desbancando a romantização por trás da figura da mulher guerreira e que ainda sofre com diversas violações de direitos e violências, até mesmo em seu próprio lar.

As mulheres seriam destinadas à devoção pelo particular: o amor familiar, os cuidados domésticos, os projetos de maternidade. Isso é visto como um senso comum que impede a distribuição justa das responsabilidades domésticas (Federici, 2019) e resulta em um terreno fértil para propagação de condutas machistas e patriarcais, que reverberam comportamentos que colocam a mulher na condição de submissa. Assim, o sentimento de posse do homem sobre a mulher, isto é, a objetificação da mulher, proporciona a naturalização de condutas violentas, que frequentemente são reproduzidas nas relações conjugais.

Em continuidade aos estudos e apontamentos sobre a violência de gênero no Brasil, realizados desde 2017, o FBSP publicou, ainda em abril de 2020, a primeira Nota Técnica que teve como objetivo verificar as possíveis alterações dos níveis de violência doméstica nos primeiros dias das medidas de isolamento social obrigatória decretadas no país, trazendo comparativos entre períodos com e sem incidência de pandemia.

De acordo com os dados apontados na referida nota, os registros de boletins de ocorrência apresentaram queda nos primeiros dias de isolamento nos crimes que, em geral, exigem a presença das vítimas, tais como as lesões corporais dolosas em decorrência de violência doméstica e de violência sexual. As Medidas Protetivas de Urgência (MPU) concedidas pelos Tribunais de Justiça não apresentaram grande variação no primeiro trimestre de 2020, quando comparadas com 2019; no entanto, a

partir do final de março e dos primeiros dias de abril, verifica-se a queda no número de MPU's concedidas (FBSP, 2020a).

Além disso, muito embora os registros administrativos aparentemente indicassem a redução da violência de gênero, os números de feminicídios e homicídios femininos apresentaram crescimento, indicando que a violência doméstica e familiar estava em ascensão; já os registros do 190 apontam a mesma tendência, indicando aumento dos atendimentos relativos à violência doméstica (FBSP, 2020a).

Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o isolamento social obrigatório, chamado de “quarentena”, embora se mostrasse medida eficaz em prol da diminuição dos efeitos da covid-19, apresentava também outros fatores negativos para a economia, o próprio sistema de saúde e a vida de mulheres, sobretudo para as que já vivenciavam contextos de violência, pois precisaram ficar por mais tempo em seus lares e, conseqüentemente, na presença da figura do/a agressor/a. Essas mulheres muitas vezes se encontravam em habitações precárias, tendo que desenvolver mais atividades doméstica e de cuidado, ao mesmo tempo que viam suas rendas diminuir (FBSP, 2020a).

Na 2ª Edição da Nota Técnica, o FBSP apresentou um panorama de alguns tipos de violência contra meninas e mulheres registrados em canais governamentais nos meses de março e abril de 2020, período em que a pandemia causada pelo covid-19 já causava restrições obrigatórias por todo o país. O documento apontou queda nos registros de violências contra as mulheres nas Delegacias de Polícia, mesmo diante da adoção de meios digitais que facilitassem os registros dos Boletins de Ocorrência. Por essa razão, as concessões de Medidas Protetivas de Urgência também apresentaram queda, haja vista que as delegacias são portas de entrada para que as mulheres iniciem o rompimento do ciclo da violência. Todavia, muito embora os índices oficiais demonstrassem a queda, os registros de feminicídio cresceram em 22% e as denúncias oriundas do Ligue 180 aumentaram em 34%, em comparação com os meses de março e abril de 2020 a 2019 (FBSP, 2020b).

Dando continuidade aos dados sobre os índices de violência doméstica durante a pandemia, o Fórum emitiu a 3ª Nota Técnica, que teve por objetivo atualizar os dados que já haviam sido disponibilizados nas notas anteriores. Na oportunidade, constataram-se os dados indicativos disponibilizados nos relatórios anteriores, que já apontavam para o aumento dos índices de feminicídios, a redução na distribuição e a concessão de medidas protetivas de urgência (FBSP, 2020c).

O documento constata que a violência letal cometida contra a mulher (feminicídio) é o resultado final e extremo de uma série de violências sofridas. Os dados colhidos e apontados através das referidas Notas Técnicas evidenciam que o acesso limitado aos canais de denúncia e serviços de proteção resultam na diminuição dos registros de crimes de violência contra as mulheres, que, subsidiariamente provocam a redução das medidas protetivas de urgência e o aumento da violência letal contra as mulheres (FBSP, 2020a, 2020b, 2020c). Outro aspecto que chama a atenção é que a redução dos registros oficiais de denúncias pode representar indícios de subnotificação, haja vista que os percentuais de crimes letais aumentaram significativamente.

De acordo com Rodrigo Fracalossi de Moraes (2020), em recente estudo realizado sobre os conflitos sociais violentos em tempos de pandemia, o confinamento social causado pelo estado pandêmico pode gerar intensos níveis de estresse que podem comprometer a saúde mental das pessoas. Os distúrbios com sono, ansiedade, medo e irritação e o elevado consumo de álcool e outras drogas, em busca de amenizar os efeitos da situação, podem ocasionar sérios processos de adoecimento, que tendem a serem frequentes nas mulheres, haja vista a crescente exposição à sobrecarga e à incidência de violência no ambiente em que, na teoria, deveria ser seguro (a casa).

Especialmente em realidades mais empobrecidas, com casas menores e famílias mais numerosas, a possibilidade da tensão se torna ainda maior. Diante do medo do contágio, do excesso de más notícias e *fake news* veiculadas nos meios digitais, da ausência de convívio social e da redução ou até mesmo do corte total da renda, os níveis de estresse se agravam, fator que, quando associado ao consumo de álcool e drogas, propicia maior incidência de situações violentas.

Além disso, a sobrecarga feminina com o trabalho doméstico e o cuidado com filhos, idosos e doentes também podem reduzir sua capacidade de evitar o conflito com o agressor, além de torná-la mais vulnerável à violência psicológica e à coerção sexual. O medo da violência também atinge seus filhos, restritos ao domicílio, sendo mais um fator paralisante que dificulta a busca de ajuda. Por fim, a dependência financeira em relação ao companheiro, em função da estagnação econômica e da impossibilidade do trabalho informal durante o período de quarentena, é outro aspecto que reduz a possibilidade de rompimento da situação (Marques *et al.*, 2020).

Vale ressaltar que essa situação atinge as mulheres diretamente, haja vista que são maioria da população brasileira, mas não são maioria no mercado de trabalho, razão pela qual vivem em condição de pobreza extrema, situação que atinge sobretudo as mulheres negras, que ocupam a maioria dos postos de trabalho informais (IBGE, 2018).

A situação pandêmica do fenômeno da violência doméstica se tornou ainda maior diante da redução dos serviços de atendimento às mulheres durante esse período. Com o isolamento, alguns órgãos e instituições indispensáveis para o enfrentamento à violência contra a mulher deixaram de funcionar; outros reduziram os horários de atendimento, enquanto alguns passaram a funcionar de modo remoto, o que inviabiliza o acesso para muitas mulheres, haja vista a ausência de recursos e meios que permitam esse tipo de acesso. Com a alta dos níveis de transmissão da covid-19 pelo meio comunitário, espaços que informalmente também realizam acolhimento a demandas de violência, como igrejas, escolas e outros espaços de convivência, também se tornaram indisponíveis, haja vista que o estado urgente de permanência causado pela doença se sobressai às demais questões sociais.

Além dos fatores apontados, vale ressaltar que a pandemia chegou ao Brasil concomitantemente a uma crise política, econômica e sanitária já existente, pois o atual cenário político em que o país estava inserido tendia a propiciar retrocessos e desmonte de políticas públicas que impactam diretamente nesses pontos. A falta de investimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e o desmonte de políticas públicas para as mulheres, em especial as de prevenção e enfrentamento à violência, desde a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2016, somadas à irresponsável postura negacionista do Presidente da República quanto à gravidade da pandemia da covid-19, trouxeram repercussões graves na saúde e segurança da população (Cortes *et al.*, 2020), com efeitos irreversíveis.

Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar os reflexos e repercussões que a pandemia traz para a vida de diferentes mulheres, visto que tais fatores agravam as desigualdades existentes, provocando a presença de impactos sociais e econômicos imensos. Além disso, deve-se considerar que as mulheres que vivenciam situações de violência doméstica acumulam fatores de opressão e estratificação social, vez que, além da desigualdade de gênero, o racismo se apresenta como categoria singular e determinante, demonstrando que a população negra é majoritariamente violentada na

mesma proporção em que é invisibilizada, tornando indispensável a abordagem interseccional.

Com relação ao surgimento e à incidência da interseccionalidade, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 20) conceituam:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Sob um contexto pandêmico, em que se vivenciou a junção de crises sanitária, financeira, econômica e política, o desemprego foi protagonista, gerando ainda mais instabilidades financeiras. Esse aspecto pode simbolizar ameaça para o provedor da família e tende a ser interpretado pelos homens como perda de poder, ativando gatilhos de comportamentos violentos, pois a desigual divisão de tarefas domésticas, que sobrecarrega especialmente as mulheres casadas e com filhos, comprova como o ambiente do lar é mais uma esfera do exercício de poder masculino (Vieira; Garcia; Maciel, 2020). Na maioria das vezes, a presença dos homens em casa não representa cooperação ou distribuição mais harmônica dos afazeres domésticos, mas sim o aumento do trabalho invisível e não remunerado das mulheres (Federici, 2019).

O fato é que, durante o período de isolamento social obrigatório, muitas mulheres também precisaram exercer outras atividades além das tarefas domésticas já desempenhadas. Com escolas e creches fechadas, a educação domiciliar se fez presente; com os postos de trabalhos não essenciais fechados, o *home-office* se tornou realidade, bem como a busca por uma fonte de renda por meio do trabalho informal. Sob todos esses aspectos, o trabalho doméstico também esteve presente, inclusive em larga escala, considerando que em muitos casos havia pessoas passando mais tempo em casa.

Lançando um olhar processual sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e suas diversas intersecções que estão constantemente se reformulando, é possível arquitetar vias constantes de inauguração de novas possibilidades, mais criativas, acolhendo os processos produtivos desejantes, que permitam à sociedade gerar homens e mulheres que não reproduzam sistemas de opressões que

aprofundam desigualdades, especialmente em períodos de crise como a que vivenciamos.

Muito embora tenha se avançado na construção e garantia dos direitos das mulheres, só foi preciso uma pandemia global acontecer para que toda a histórica construção sofresse retrocessos, ou seja, observa-se um estado de impermanência dos nossos direitos. Não à toa, Beauvoir (1949) alertava: “Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

2 OS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER: porta de entrada para o enfrentamento à violência contra a mulher

No Brasil, a discussão a respeito da violência doméstica teve início a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, período em que o país começava a se distanciar dos anos de chumbo da ditadura militar. Foi nesse sentido que as mulheres protagonizaram a força social de resistência no cenário político instaurado, em prol da democracia, na luta armada, nas reformulações partidárias e no movimento de anistia (Moraes, 2003; Teles; Melo, 2003). Na época, pairava um padrão continuado de defesa e impunidade dos assassinos, apoiados na argumentação da “legítima defesa da honra”, que firmava formas instituintes de organização das mulheres feministas brasileiras (Almeida, 1998).

Campanhas realizadas por organizações feministas brasileiras, intituladas “Quem ama não mata”, “O Silêncio é Cúmplice da Violência”, “Denuncie a Violência contra a Mulher”, mobilizavam os grupos em torno de denúncia a diversas expressões de violência dirigidas às mulheres e, por outro lado, voltavam-se para a criação de estruturas de apoio destinadas às mulheres que enfrentavam situações de violência. As primeiras formas de organização, com o objetivo de prestar serviço às mulheres em situação de violência, apoiadas por iniciativas feministas, foram as SOS Mulher, que funcionava de forma autônoma, com plantões de reflexão, campanhas públicas sobre violência e prestação de serviços sobre direitos e demais orientações jurídicas (Côrtes, 2012).

Percebe-se, então, que a movimentação feminista iniciada a partir de 1980 trouxe uma nova perspectiva para problemas que antes não eram considerados relevantes no cenário social e político da época (Santo; Santos, 2020). Entre as bandeiras levantadas pelos movimentos que reivindicavam direitos na época, a luta em prol do combate à violência doméstica e a percepção de que a violência era um problema político foram reforçadas. Assim, um fenômeno antes muito presente na sociedade, mas ainda invisível, começou a ganhar espaços de discussão (Moreira, 2016).

Em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a pressão dos movimentos de mulheres e feministas para que os governos e governantes implantassem políticas públicas direcionadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres, começaram a surgir órgãos com essa finalidade, como as Delegacias

Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs), as Casas-Abrigo e os Centros de Referência da Mulher (Côrtes, 2012).

Com a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres puderam ser fortalecidas e ampliadas, passando a fazer parte de ações integradas e amplas, a exemplo da:

[...] criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e serviços de segurança pública (Brasil, 2011a, p. 9).

Outro marco nesses avanços foi a promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a primeira lei criada especificamente para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de definir os atos de violência como crimes de maior punição, não cabendo apenas pagamento de multa ou serviço comunitário (Brasil, 2011a; Moreira, 2016).

Outrossim, instituído em 2007, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres partiu da perspectiva de que a violência é um fenômeno multidimensional e que, para combatê-la, são necessárias políticas públicas amplas e articuladas, tendo por objetivo principal “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral deste fenômeno” (Brasil, 2011a, p. 26). Ainda sobre o pacto:

A transversalidade de gênero visa a garantir que a questão de violência contra a mulher e de gênero perpassasse as mais diversas políticas públicas setoriais. A intersectorialidade, por sua vez, compreende ações em duas dimensões: uma envolvendo parcerias entre organismos setoriais e atores em cada esfera de governo (ministérios, secretarias, coordenadorias, etc.); e outra que implica uma maior articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas (saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública, etc.). Desta articulação decorre a terceira premissa que diz respeito à capilaridade destas ações, programas e políticas; levando a proposta de execução de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres até os níveis locais de governo (Brasil, 2011a, p. 24).

Objetivando melhor compreensão e diferenciação sobre Rede de Enfrentamento e Rede de Atendimento, já que ambas são utilizadas em favor do combate à violência contra a mulher, e por vezes caminham juntas, a Cartilha Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, produzida em 2011, apresenta um comparativo dos termos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

REDE DE ENFRENTAMENTO	REDE DE ATENDIMENTO
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da assistência/atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não-especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Tal reprodução se faz necessária para além dos motivos acima expostos, já que o objeto principal de estudo desta pesquisa, o Centro de Referência da Mulher, é componente da Rede de Atendimento à Mulher, visto que é um equipamento especializado no atendimento às mulheres vítimas de violência. Nesse sentido, observa-se como a RAM desenvolve, por meio de sua especificação, serviços de proteção essenciais, promoção de direitos e cidadania.

Regulamentados pela Lei Maria da Penha e pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (NTUCRM), os Centros de Referência da Mulher são estruturas essenciais da Rede de Atendimento à Violência contra a Mulher, visto que objetivam promover o rompimento da violência, a partir de intervenções realizadas pela equipe técnica multidisciplinar, contando com setor social, psicológico e jurídico que atuam conjuntamente em prol das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade. Para Marta Farah (1999, p. 88):

Tal abordagem inclui o atendimento emergencial e uma perspectiva emancipadora, voltada à recuperação da autoestima e à reinserção social das mulheres em um novo patamar, que lhes permita passar da condição de vítima para a de cidadãs de seus direitos.

Os Centros se tornam peças fundamentais para o acesso à Rede de Atendimento, a qual é composta por vários organismos de proteção, como a DEAM, a Vara de Violência Doméstica e Familiar (VVDF), o Ministério Público, a Patrulha da Polícia Militar e da Guarda Municipal Maria da Penha, o Instituto Médico Legal (IML), as Unidades de Saúde e os próprios Centros de Referência da Mulher. No tocante a

esses últimos, por serem equipamentos de acolhimento, torna-se relevante e inédito realizar estudo a partir da escuta das mulheres responsáveis por acolherem as vítimas de violência que acessaram esse serviço durante a pandemia, para que, a partir daí, seja possível compreender a repercussão da pandemia no fenômeno da violência doméstica e familiar no agreste e os impactos que atuar diretamente na violência pode trazer na vida da mulher que acolhe.

2.1 A política pública sob a perspectiva da construção coletiva e feminista

A partir do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, na época do primeiro do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cresceu a visibilidade para o fortalecimento dos mecanismos institucionais da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Para Reis (2003, p. 12), “qualquer que seja o ângulo da política pública contemplado por um pesquisador, as questões morais, teóricas e técnicas encontram-se bastante interligadas”. É nesse sentido de interligar que somaremos ao estudo a utilização da transversalidade das políticas de gênero. Nesse sentido, Tereza Cristina Esmeraldo Bezerra (2006, p. 5) pontua:

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.

Para solidificar a compreensão do termo *transversalidade*, trago pontuações a respeito da origem histórica e suas raízes conceituais (Stiegler, 2003; Ferreira, 2000; Silva, 2000; Walby, 2000). O conceito de transversalidade de gênero é tido como sinônimo de *gender mainstreaming*, nomenclatura adotada na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995) e que foi utilizada nos documentos produzidos à época como sinônimo de melhoria da sujeita mulher em todas as áreas da sociedade (econômica, política, cultural e social) e suas devidas incidências nas esferas jurídicas e administrativas, englobando os aspectos de remuneração, seguridade social, educação, partilha de responsabilidades profissionais e familiares e paridade nos processos de decisão (Ferreira, 2000). Para Stiegler (2003, p. 7):

El gender mainstreaming consiste en la reorganización, mejora, desarrollo y evaluación de procesos de decisión en todas las áreas políticas y de trabajo de una organización. El objetivo del gender mainstreaming es incorporar la perspectiva de las relaciones existentes entre los sexos en todos los procesos de decisión y hacer que todos los procesos de decisión sean útiles a la igualdad de oportunidades.

Nesse sentido, Tereza Bezerra (2006) acreditava que, no contexto mundial, a política de promoção das mulheres pela “transversalidade de gênero” significava que caberia aos governos não apenas a incorporação dessa perspectiva em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, mas também a sua vinculação a todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental.

Nas escritas acadêmicas do século XX, Virgínia Ferreira (2000) pontuava tais acontecimentos como a nova organização política na esfera dos governos nacionais, que trouxeram destaque para as importantes alterações nas políticas de igualdade entre os sexos e estabeleceram um enquadramento legal para as discussões, na medida em que as ações de promoção das mulheres começaram a incorporar a transversalidade de gênero como forma de aprofundamento da condição de empoderamento das mulheres.

Fruto de construções coletivas, por meio de movimentos sociais e internacionais de mulheres, bem como de ONGs, a União Europeia foi responsável por incorporar, a partir de 1993, o princípio da transversalidade de gênero, pois estabelecia, dentre os seus objetivos, a igualdade de oportunidades para mulheres e para homens. Isso explica como o objetivo geral de igualdade de oportunidades para mulheres foi registrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ainda em 1999⁴ (Bezerra, 2006).

Assim, com a entrada em vigor do Tratado de Amsterdã⁵, em maio do referido ano, tem-se a reafirmação do princípio de incorporação da “transversalidade de gênero”, conforme disposto nos arts. 2 e 3 do referido Tratado. A partir de então, os Estados-membros da União comprometeram-se a aplicar esse princípio em suas

⁴ Ressalta-se que, em alguns dos países escandinavos, assim como na Inglaterra, o princípio da transversalidade de gênero foi implementado ainda nos anos de 1980 (Bandeira, 2005).

⁵ O Tratado de Amsterdã, assinado em outubro de 1997 e em vigor desde maio de 1999, consolidou os avanços obtidos no Tratado de Maastricht e deu especial atenção à temática social (emprego, direitos fundamentais no âmbito da UE, saúde e imigração, entre outros), além de ter consolidado a política ambiental comunitária. O Parlamento Europeu teve seu papel reforçado pelo novo tratado, com a extensão do número de domínios em que as decisões são tomadas conjuntamente com o Conselho de Ministros (poder de co-decisão) (Bandeira, 2005).

próprias políticas públicas. Pode-se dizer, então, que o acordo trouxe impulsionamento às temáticas que envolviam a igualdade entre os sexos nas políticas sociais de empregabilidade, educação, saúde e imigração, por exemplo, obtendo um vasto alcance no conjunto de políticas sociais da Europa (Bezerra, 2006).

A partir de então, o princípio da transversalidade de gênero passou a ser visto em diversas comissões que tratavam sobre políticas governamentais (Bandeira, 2005). Tal mudança representou um avanço significativo em diversos aspectos em âmbito nacional, estatal e até mesmo municipal. A partir de então, por meio da extensão de ações cooperativas internacionais frente aos países em desenvolvimento, o Fundo Social e Econômico Europeu, responsável por apoiar o financiamento de políticas públicas EQUAL, que também ocupa lugar no controle de projetos, estabeleceu três critérios, baseados na incorporação do princípio da transversalidade, que eram imprescindíveis para a liberação de recursos (Stiegler, 2003): a) positivo com relação à igualdade de gênero; b) com orientação em relação à igualdade de oportunidades; e c) neutro com respeito à igualdade de oportunidades (esses últimos não permaneceram no texto final).

Nesse sentido, destaca-se que a Plataforma de Ação, realizada em Beijing em 1995, na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, no âmbito do sistema ONU, e reiterada na “Beijing +5” em 2000, tornou-se um grande marco na promoção da igualdade de gênero, uma vez que houve um “chamado para que os governos nacionais passassem a integrar perspectivas de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos” (Mehra; Esim; Sims, 2000). A Plataforma de Ação foi responsável por afirmar e consolidar o conceito de transversalidade de gênero como estratégia básica de promoção de equidade, uma vez que as estratégias utilizadas anteriormente não haviam obtido bons resultados.

Assim, todos os Estados participantes da conferência, estando o Brasil entre eles, comprometeram-se para a efetiva implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas. Para Bezerra (2006, p. 5):

Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito.

Esse recorte de informações, sem dúvidas, explica um pouco sobre como essa temática passou a refletir/incidir nas tratativas do nosso país, uma vez que, muito embora o Brasil já caminhasse nessa direção, foi durante o Plano Plurianual do governo federal 2004-2007 que foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, ainda no ano de 2003, no primeiro mandato do Presidente Lula.

Apenas para contribuir com uma construção linear do pensamento, devemos pontuar que o compromisso do nosso país com a igualdade de gênero também tem como marco legal a Constituição Brasileira de 1988, uma vez que, categoricamente, temos em seu Capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, em seu artigo 5º, inciso I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988). Além disso, o Brasil também é signatário de diversos tratados e convenções internacionais de proteção aos Direitos Humanos das Mulheres, como a Carta das Nações Unidas, de 1945, e a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948.

Em passos ladeados, os movimentos feministas têm sua efetiva contribuição nessa construção, evidenciando-se a partir dos anos 1960 e 1970, primeiramente nos Estados Unidos e na Europa e, por conseguinte, na América Latina e nos países considerados de Terceiro Mundo, cada um com seu contexto. Assim, os movimentos feministas passaram a organizar-se em prol da igualdade entre os gêneros, objetivando “afirmar a todos que o humano é composto por dois sexos. Essa afirmação parece tão óbvia que chega a soar inverossímil que tantas décadas, tantas lutas, tantas bandeiras tenham sido levantadas em seu nome” (Bandeira, 2005).

Trazendo ainda mais embasamento para essa citação, voltemos ao artigo 14, da Declaração de Beijing de 1995, no qual se afirma que “os direitos da mulher são direitos humanos”. Sobre essa expressão genérica, ressalta-se que as mulheres, muitas vezes, não foram consideradas “humanas” (Bandeira, 2005), o que promoveu impossibilidade de direitos, justiça e democracia por tantos anos.

Nesse dedilhar assimétrico de construções históricas, observemos nesse ponto os movimentos feministas e as políticas públicas para as brasileiras. Julgo importante apresentar o conceito de políticas públicas apresentado por Rocha (2016, p. 317):

[...] se constituem maneiras de regulação ou de intervenção do Estado, através de um conjunto de ações ou omissões, na mediação de interesses e do poder de diferentes sujeitos, o que implica vontade política no sentido de distribuir ou não o poder e de estender os benefícios sociais.

Se considerarmos como marco dos estudos feministas no Brasil a tese de livre docência de Heleieth Saffioti, escrita em 1967, o campo de estudos no Brasil tem cerca de 56 anos, o que demonstra uma certa distância entre o Brasil e outras tradições intelectuais do ocidente, que remontam ao período entreguerras do século XX (Grossi, 2004). No Brasil, o marco temporal oriundo da ditadura militar contribuiu para que a construção do feminismo crescesse com algumas peculiaridades; prova disso é a luta de classe contra a ditadura que marca as publicações feministas dos anos 1970, como os Jornais Brasil Mulher e Nós, Mulheres, conforme analisou Anette Goldberg (1987) na sua dissertação de mestrado, que teve como tema “Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante”.

Já para Miriam Grossi (2004), por volta dos anos 1970, nasce um movimento feminista brasileiro que, muito embora seja marcado pelo compromisso político formado, também conta, em sua maioria, por uma composição formada da classe média intelectualizada, que também se preocupava com o status da mulher brasileira.

Albertina de Oliveira Costa, na obra *Baseado e Pau-de-arara: memórias do feminismo nos trópicos*, de 1970, relata o aspecto etnográfico e a forma clandestina das discussões feministas em um grupo de acadêmicas, escrito sob o contexto da história dos partidos de esquerda e de uma conjuntura ditatorial. Para ela:

[...] não houve uma oposição radical por parte do movimento à academia na medida em que aí predominavam modos de pensar caros à esquerda [...], atuando dentro de um mesmo campo intelectual, estabelecia-se tacitamente uma aliança tática, universidade e movimento de mulheres eram bastiões na luta contra o autoritarismo (Costa, 1987, p. 16).

Exemplo disso é que a demonstração do crescimento desse objeto de estudos sempre esteve marcado por investimento de agências estrangeiras no desenvolvimento da pesquisa acadêmica e dos estudos feministas no Brasil. Exemplo disso é a Fundação Ford, a qual, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, teve grande importância nos estudos de gênero; durante os anos de 1978 a 1998, cerca de duas centenas de novos pesquisadores e pesquisadoras obtiveram apoio de dotações para pesquisa sobre mulher e gênero.

Durante esse mesmo período, deu-se início à pós-graduação no Brasil, que foi importante na consolidação de importantes grupos de trabalho sobre mulher e gênero nas associações científicas das ciências humanas e da área de Letras. Foi também nesse período que a Revista Estudos Feministas foi criada, consolidando uma tradição de pesquisa sobre mulher e gênero. Esse aspecto também se consolida

através das escritas provenientes dos Cadernos Pagu, que são as publicações oriundas do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Grossi, 2004).

Ainda sob esse aspecto da construção feminista, é importante destacar que, desde o final dos anos 1970, transformações importantes para a relação Estado e sociedade no Brasil ocorreram sob impacto de dois aspectos condicionantes: a democratização e a crise fiscal. Vale ressaltar que, ao lado da mudança de regime, que ocorrera após 20 longos anos sob regime ditatorial, os anos 1980 foram também marcados pela crise do nacional-desenvolvimentismo, de origens mais antigas, assim como por mudanças nas políticas públicas, estabelecidas ao longo das décadas anteriores (Farah, 2004).

Há de se destacar também o que afirma Miriam Grossi (2004) a respeito da existência de um duplo pertencimento das feministas da época, visto que faziam parte de um grupo de feministas, mas também estavam dentro dos ambientes acadêmicos. Isso instigou a presença de escritos que envolvessem militância e a estreita relação com a academia, que perdurou até a segunda metade dos anos 1980. Em 1979, por exemplo, tivemos uma das primeiras manifestações do movimento feminista do Brasil contra a violência contra as mulheres, que tinha como slogan “Quem ama não mata”, promovendo a compreensão da violência contra a mulher não mais sob a justificativa da legítima defesa da honra, que era aparato jurídico muito utilizado em favor dos homens que assassinavam mulheres dentro do contexto afetivo (Vigano; Laffin, 2019).

Vale destacar que à época o país encontrava-se em estado de perplexidade diante do julgamento de Doca Street, que havia assassinado sua companheira Ângela Diniz. A vítima era uma *socialite* brasileira que foi morta a tiros em Búzios, no ano de 1976, pelo seu companheiro, o qual, após a alegação da tese de “legítima defesa da honra”, foi absolvido em primeiro momento; no entanto, após pressão da opinião pública e dos movimentos sociais feministas, passou por um novo julgamento que o condenou a 15 anos de prisão (Liverovski, 2023).

Nesse momento da escrita em que revisito o caso de Ângela Diniz, faço um adendo para trazer um contraponto desse caso, com o emblemático caso de Maria da Penha (Quem é [...], 2018), que, apenas quatro anos após o caso de Ângela, sofreu duas tentativas de feminicídio, mas só conseguiu ter uma plena justiça no ano de 2001, após muita movimentação coletiva, inclusive sob o contexto internacional. Percebamos que, muito embora cerca de vinte anos separem um julgamento do outro,

há, infelizmente, assombrosas semelhanças nas decisões. Para Vigano e Laffin (2019, p. 7):

Mediante as violências cada vez mais em alta, e os crimes contra a vida das mulheres sendo largamente divulgados na mídia, os movimentos sociais a partir da militância do feminismo pressionaram instâncias do Estado a pensarem políticas públicas de atendimento e acolhimento das mulheres, resultando em ações afirmativas em diversos espaços sociais — escola, universidade, trabalho, moradia e bens culturais. Todas as justificativas para o tratamento desigual e do uso de violência contra as mulheres estão hoje em constante desconstrução, constituindo-se base para os movimentos feministas que incorporam em suas pautas a violência doméstica e o direito das mulheres em viver, trabalhar e “circular” socialmente.

Contribuindo para essa ideia, Maria Ozanira Silva *et al.* (2008) acreditam que políticas públicas são formadas por um processo social, histórico, inacabado, contraditório e complexo, que é composto de etapas, interdependentes e articuladas, as quais são discriminadas para efeito de compreensão e análise: transformação do problema em questão, formulação da agenda, formulação de alternativas de políticas, adoção da política, implementação (execução) e avaliação da política. É, assim, um processo político, no qual diferentes sujeitos e sujeitas negociam, estabelecem ou até mesmo desfazem alianças, cada qual no seu aspecto e em momentos diferenciados. São sujeitos envolvidos na dinâmica de implementação das políticas públicas: grupos de pressão, movimentos sociais e outras organizações da sociedade; partidos políticos ou políticos em seu aspecto individual; administradores e burocratas; técnicos, planejadores e avaliadores; judiciário; meios de comunicação social, dentre outros (Silva, M. *et al.*, 2008).

Nesse sentido, é importante destacar como os movimentos de mulheres e movimentos feministas ocuparam e ocupam lugares de importância enquanto sujeitas fundamentais na construção de políticas públicas (Rocha, 2016). Além disso, desperta-se sobre a essencialidade na implementação de políticas públicas, que são verdadeiras ferramentas no enfrentamento de problemas sociais, como a violência contra a mulher. É no sentido da importância das políticas públicas, frutos de construção coletiva feminista, que o próximo ponto desta escrita se dará, ressaltando como a conexão desses pontos (política pública, construção coletiva e feminista) é imprescindível e torna-se uma ferramenta eficaz.

2.2 A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e a figura dos Centros de Referência da Mulher (CRMs)

A existência de denúncias de violências contra mulheres da classe média foi um fato histórico no enfrentamento da violência contra a mulher, uma vez que, até o caso de Ângela Diniz vir à tona, a maioria das pessoas associavam violência contra a mulher ao caráter puramente econômico, ou seja, acreditavam apenas que as violências eram cometidas por homens negros e pobres, que agrediam as mulheres em decorrência do alcoolismo e da pobreza (Côrtes, 2008): “[...] transformada a sociedade brasileira, as desigualdades econômicas e sociais seriam eliminadas e tais problemas se equacionariam. Até lá... a mulher deveria permanecer calada” (Teles, 2003, p. 131).

Dessa forma, cabe historicizar brevemente o percurso social e jurídico que, de uma forma ou de outra, auxiliou a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como dos Centros de Referência da Mulher.

Os movimentos feministas atuaram em dois movimentos: por um lado, apoiavam campanhas em prol do enfrentamento à violência contra as mulheres; por outro, movimentavam-se para que fossem implementadas estruturas eficazes que servissem de apoio para as mulheres que enfrentavam situações de violência (Côrtes, 2008).

Nesse sentido, as primeiras organizações estruturais direcionadas a acolher mulheres vítimas de violência foram os SOS Mulher (Almeida, 1988), criados a partir da realização do II Congresso da Mulher Paulista, realizado em Valinhos/SP, em 1980, por meio da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher, formada por representantes dos grupos feministas de São Paulo, Associação de Mulheres, Grupo 08 de março, Grupo Lésbico, Brasil Mulher e Centro da Mulher Brasileira (Gregori, 1992).

Ainda de acordo com Gregori (1992), a prática do SOS nasceu nos Estados Unidos e em países europeus, como Inglaterra e França, no início dos anos 1970. Já no Brasil, as unidades dos SOS funcionavam de forma autônoma mediante plantões de reflexão, campanhas públicas sobre violência e prestação de serviços (informações dos direitos e orientação jurídica gratuita) para mulheres vítimas de violência. O serviço era prestado voluntariamente por militantes e voluntárias da área de psicologia e direito (Gregori, 1992).

Todavia, alguns anos após essas implementações, as unidades do SOS fecharam em decorrência de alguns fatores, como a falta de recursos materiais para a manutenção das entidades, a inexistência de uma rede de atendimento integrada, as divergências, entre as feministas, sobre o caráter do atendimento prestado (prática assistencialista/prestação de serviços ou processo de conscientização/transformação das mulheres em militantes feministas) e o isolamento do SOS frente a outros grupos feministas e à sociedade em geral, em prol do princípio da autonomia (Monteiro; Sorj, 1985).

Maria Filomena Gregori (1992, p. 118), pesquisadora citada no início deste capítulo, publicou uma obra intitulada *Cenas e Queixas*, que teve por foco o trabalho da unidade SOS de São Paulo. Na ocasião, a autora afirmou que:

[...] todo o problema se resumiu no fato do SOS não ter criado canais para que as “clientes” participassem e não ter aberto espaço para a redefinição das “estratégias” de atuação. Essa ausência de propostas de mobilização e de avaliação limitou as chances da entidade para sair de uma crise, o que acabou determinando o seu fim.

Com efeito, observa-se que a experiência dos SOS se tornou determinante enquanto canal de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, as quais não dispunham de rede de apoio direcionada à situação de violência. Assim, os SOS serviram como guia para os serviços de violência contra a mulher implantados na década de 1990, como os Centros de Referência da Mulher (Silveira, 2006).

Outrossim, observa-se que a introdução da pauta de gênero nas políticas públicas do Brasil vem apensada ao processo de redemocratização do país e de reforma do Estado, com a instituição da Constituição Federal de 1988 (Farah, 2004). Por intermédio do movimento de anistia, em 1979, da reorganização partidária, que colocou fim ao bipartidarismo presente na cena político-partidária brasileira pós-1964, e da eleição direta de governadores em 1982, o movimento feminista ampliou-se, diversificou-se e adentrou grupos partidários, sindicatos e organizações não governamentais (Côrtes, 2008).

Foi nesse processo de democratização da sociedade brasileira, de conquistas obtidas com a Constituição e da ratificação pelo Estado Brasileiro de tratados internacionais, que alguns estados e municípios com articulação feminista passaram a prever, mediante leis orgânicas, a criação de órgãos específicos de proteção às mulheres vítimas de violência, especialmente na modalidade doméstica (Barsted, 2006).

Para Teles e Melo (2003), as políticas públicas representam um importante instrumento de transformação social e implementação da igualdade de gênero, pois, para alcançar uma abordagem integral do fenômeno na aplicação de medidas resolutivas, é preciso criar políticas de incentivo para o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento da natureza complexa da violência contra a mulher.

Abro um breve parêntese para explicitar a conceituação de políticas públicas. Para Leonard Secchi (2013, p. 2), a política pública pode ser observada a partir de dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Ou seja, ela se estabelece em razão de um problema, que é entendido como coletivamente relevante.

Retornando ao aspecto da violência em si, segundo Rosana Morgado (2009), a violência doméstica é a sexta causa de morte ou incapacidade física em mulheres na faixa etária de 15 a 44 anos. Todavia, vale ressaltar que tais indicadores apresentam uma realidade bastante preocupante, pois, apesar de esses números já serem alarmantes, eles não totalizam os casos, uma vez que a maioria dos episódios de violência não são denunciados.

Suárez e Bandeira (2002) acreditam que a violência, por se tratar de uma matéria que é permeada por uma certa complexidade, demanda uma política que envolva as diversas esferas do poder público em conjunto com entidades da sociedade civil, pois é preciso haver uma política social que tenha por objetivo a superação do caráter descontínuo que tem caracterizado as políticas públicas no Brasil. Corroborando com esse pensamento, Rodrigues (2003) considera que a implementação de políticas públicas é indispensável para a construção da cidadania das mulheres e a igualdade nas relações de gênero.

Como principal fruto da reivindicação dos movimentos feministas brasileiro, a criação das DEAMs, desde a sua instituição em 1985, ocupou e ainda ocupa lugar de mecanismo fundamental para coibir a violência contra as mulheres. A DEAM foi uma experiência inédita no Brasil, resultado do processo de redemocratização, no qual os movimentos feministas de mulheres presentes no país também foram, sem dúvidas, legítimos atores políticos (Medeiros, 2012).

Ainda nesse mesmo ano, houve a constituição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, voltado à promoção de políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e a garantia da participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais do país

(Conselho [...], 2021). Além disso, tem como uma de suas principais atribuições o apoio a Secretaria de Políticas para Mulheres do governo federal.

Logo em seguida, no ano de 1986, no estado de São Paulo, foi criada a primeira Casa-Abrigo, por meio do Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência (COMVIDA), vinculada à Secretaria de Segurança Pública, com suporte da Secretaria de Promoção Social. Contudo, a experiência não logrou êxito por falta de recursos e de estrutura (Cordeiro, 2017). Destacam-se essas três importantes conquistas da luta do movimento feminista no Brasil pois foram, por muito tempo, as principais ações do Estado brasileiro em prol do enfrentamento à violência contra as mulheres.

Por ser signatário de vários acordos internacionais que remetem, direta ou indiretamente, às questões que permeiam a violência contra a mulher, o Brasil ocupa um lugar de compromissário perante a comunidade internacional. Assim, no tocante às matérias que envolvam a temática, o país recebe a responsabilidade de implementar os princípios e programas que são aprovados nas Conferências e Convenções que acontecem em todo o mundo, como parte integrante das suas políticas públicas.

Vale ressaltar que tais políticas representam instrumentos de que o Estado dispõe e que devem ser utilizados como meio de diminuição ou até mesmo de superação das desigualdades, a fim de defender os direitos humanos na sua integralidade, atentando-se para as especificidades direcionadas ao gênero feminino (Cavalcanti; Oliveira, 2007).

Com efeito, a estruturação e institucionalização das políticas públicas para mulheres, sem dúvidas, ganhou outra dimensão a partir da criação da SPM, no ano de 2003. A partir desse marco legal nos direitos das mulheres do Brasil, foram criados e inseridos na agenda política os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM), fruto das Conferências Nacionais (Coêlho, Costa; 2019). O objetivo principal dos planos foi de orientar e contribuir para a inserção da perspectiva de gênero nas políticas do governo federal e seus reflexos nos âmbitos estaduais e municipais (Ipea, 2014).

Nesse sentido, uma série de ações de incentivo e fortalecimento dos Organismos de Proteção à Mulheres (OPMs) foi organizada, com a realização de encontros regionais, fóruns e estímulo ao diálogo entre gestoras estaduais e municipais, sempre relacionando-se com o legislativo (Ipea, 2014), o que favorecia a criação de projetos específicos para as políticas para mulheres.

Ainda no tocante aos OPMs, ressalta-se que “esses organismos são instituições responsáveis pela elaboração, coordenação, articulação e execução de políticas para mulheres” (Coêlho, Costa; 2019, p. 3) e que recebem essa ampla denominação pois podem variar quanto aos objetivos e à estrutura de funcionamento.

Sem dúvidas, as construções ocorridas entre os anos de 2004 e 2013 foram importantes para o avanço das políticas públicas para mulheres no Brasil. De acordo com Coêlho e Costa (2019, p. 6):

Neste período ocorreram Conferências Nacionais em 2004, 2007 e 2011, seguidas da criação de Planos Nacionais (2004, 2008 e 2013). Nestes eventos foram elaboradas diretrizes e eixos de ação com o objetivo de promover políticas mais efetivas para mulheres. O primeiro PNPM elaborado em dezembro de 2004 teve sua vigência estimada para os anos de 2005 a 2007. Os resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) em 2004 foram os principais norteadores da construção do documento, bem como as proposições dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000), a Conferência de Beijing (1995) e as Convenções de Belém do Pará (1994) e do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW/ONU) (1982). A agenda que norteou a construção da política enfatizou a necessidade de estados e municípios criarem instituições de defesa dos direitos das mulheres (I PNPM, 2004). Além de representantes da esfera federal, estiveram presentes na I CNPM, que deu origem ao PNPM, funcionários estaduais e municipais. Ainda nesse sentido, plenárias municipais e estaduais e Conferências Estaduais antecederam a Conferência. Enquanto o primeiro PNPM (2004) tinha como principais objetivos a educação inclusiva e não sexista, a saúde das mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o enfrentamento à violência e a gestão de monitoramento da execução de ações para perseguir tais objetivos, o segundo PNPM (2008) passou a incluir temas como o acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão, combate ao racismo, sexismo e lesbofobia e a promoção de cultura não estereotipada sobre o papel das mulheres na sociedade [...]. Segundo a SPM, as políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero devem ser transversais, isto é, devem ser interligadas nas três esferas federativas (estados, municípios e União) e também entre ministérios, secretarias e demais órgãos responsáveis, pressupondo uma atuação horizontal e não hierárquica.

Nesse sentido, percebe-se a grande importância da participação de atores representativos da agenda social direcionada ao Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres. Todavia, para além da importância do estabelecimento da agenda política para a organização dos debates e proposição de instrumentos administrativos, novas instituições passaram a definir as estratégias de governança e financiamento de programas (Coêlho, Costa; 2019).

Para Nancy Fraser (2003 *apud* Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, 2014), a criação de instituições próprias para reduzir as desigualdades de gênero implica estruturas administrativas competentes para recepção de recursos e aptas a conduzirem as políticas mais

direcionadas para a área. Pasinato e Santos (2008) acreditam que a realização das duas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (2004 e 2008), que deram origem aos respectivos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, foram fundamentais para consolidação do eixo intersetorial e prioritário do enfrentamento à violência contra as mulheres. Com efeito, nos dois PNPM, há capítulos específicos para a temática, estabelecendo conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência de gênero, bem como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência (Cavalcanti; Oliveira, 2017).

No Brasil, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é compreendida pela “complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a justiça, a cultura, entre outros” (Brasil, 2011b).

Com efeito, o combate direto do problema é direcionado às ações punitivas e de incentivo ao cumprimento da Lei Maria da Penha, sendo o caráter preventivo focado nas ações educativas e culturais. Já o eixo da assistência volta-se ao fortalecimento da rede de atendimento, mas também de incentivo à capacitação dos profissionais atuantes na área. Por fim, o eixo da garantia dos direitos é direcionado ao cumprimento das legislações nacionais e de fortalecimento da mulher (Brasil, 2011b).

Ainda no tocante ao eixo da assistência, deve-se destacar que nele há o maior número de ações; o eixo engloba a maior concentração de participações ativas dos diversos setores, haja vista seu caráter assistencial. Podemos dividi-lo em quatro áreas: saúde, justiça, segurança pública e assistência social. É por meio desse eixo que se executa a rede de atendimento, que é onde encontramos a figura da rede de enfrentamento e seu núcleo de serviços auxiliares, os quais se complementam pelos setores diferenciados, sob um mesmo objetivo principal, que é a ampliação da qualidade no atendimento, a humanização dos serviços ofertados e a realização dos encaminhamentos da forma mais adequada (Brasil, 2011b).

É cediço que, no âmbito das políticas públicas, a violência ocupa um lugar de alusão ao viés policial e/ou judicial; todavia, a implantação do atendimento policial especializado não implica de ofício a criação dos demais serviços essenciais para a eficácia da política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres. Esse fator desencadeia a incidência de mais violência, conforme Camargo e Aquino (2003,

p. 41), como a “[...] exposição da vítima a novas agressões, por debilidades dos sistemas preventivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor”.

Como grande parte das mulheres que acessavam a DEAM para realização da denúncia foi obrigada a retornar para casa após a efetivação dos procedimentos legais, sob risco de sofrer novas agressões ou serem mortas pelos companheiros (Dagort, 2002), emergia a necessidade de pensar em medidas para além do atendimento policial e das ações do judiciário. Nesse contexto, as próprias delegadas ficavam sem opção de saída, diante da inexistência de infraestrutura assistencial direcionada ao acolhimento dessas mulheres, como a figura das Casas-Abrigo, instrumentos garantidores de segurança para as mulheres vítimas de violência. Isso resultou muitas vezes na não instauração do inquérito e no retorno das mulheres à residência, ou seja, ao convívio com o agressor (Saffioti, 2004).

Nesse sentido, o movimento de mulheres reivindicou ao Estado a promoção de políticas integradas para um atendimento junto às mulheres, englobando a criação de abrigos, centros de referência, defensorias públicas, serviços na área da saúde, geração de trabalho e renda, entre outros (Côrtes, 2008).

Segundo Rocha (2007), os primeiros abrigos implantados no país foram resultados das articulações de movimentos feministas e da ampliação da interlocução com governos estaduais e municipais de grandes cidades, como São Paulo, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Maceió e Belo Horizonte, nas quais as políticas públicas para as mulheres passaram a incorporar a agenda política. Vale ressaltar que a implementação de órgãos de atendimento às mulheres em nível nacional, como a criação das Casas-Abrigo, dos Centros de Referência da Mulher e das Coordenadorias de Políticas para as Mulheres, obteve esse destaque por influência de organizações feministas, muitas delas integradas ao Partido dos Trabalhadores, sendo concretizadas dentro dos governos ligados ao movimento de esquerda (Garcia, 1988).

Instituído em 1985 pelo então Presidente José Sarney (PMDB), o CNDM tinha o objetivo de promover, em nível nacional, políticas para eliminar a discriminação da mulher (Laia, 2003; Blay, 2003). Já em 1996, o governo federal, por meio da Secretaria de Estado e Direitos Humanos (SEDH), vinculada ao Ministério da Justiça, lançou o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), que tinha uma parte específica direcionada às políticas públicas voltadas para a eliminação da discriminação de

gênero, buscando, assim, a garantia da efetiva cidadania das mulheres, conforme reivindicação histórica dos movimentos feministas e de mulheres (Moraes, 2003).

No tocante à implementação das Casas-Abrigo, o termo de referência para essa implantação, feito em Brasília, em 1997, apresenta a seguinte definição para os órgãos:

[...] as Casas-Abrigo constituem-se em locais seguros para atendimento a mulheres em situação de risco de vida iminente em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário onde as usuárias poderão permanecer por um tempo determinado após o qual deverão reunir condições necessárias para retornar ao curso de suas vidas. (Brito, 2002, p. 133).

Nesse sentido, observa-se que as Casas-Abrigo possuem função essencial de proteção à vida das mulheres em situação de violência doméstica. Assim, ocupando também esse local de acolhimento, e dispondo de atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos à mulher em situação de violência, nos “moldes” das figuras dos SOS Mulher, estão os Centros de Referência da Mulher, que começaram a ser criados somente na década de 1990 (Côrtes, 2008).

Não à toa, o primeiro órgão público municipal implantado no país com essas características foi a Casa Eliane de Grammont, em 9 de março de 1990, na gestão da prefeita Luíza Erundina (PT). A casa foi extremamente importante para a construção de uma metodologia de atenção e, por isso, virou referência (Silveira, 2006). Em seguida, em agosto de 1996, foi a vez da prefeitura de Belo Horizonte criar o Benvinda e, em 2002, o município de Porto Alegre inaugurou o Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado.

A essencialidade dos Centros de Referência ganha destaque com a criação da SPM, em 2003, à época com *status* de Ministério, com a missão de formular e articular, no âmbito do governo federal, políticas direcionadas à igualdade de gênero. A partir de então, os Centros de Referência passaram a terem reconhecimento e expressão em termos da política pública em nível nacional, ganhando ainda mais destaque a partir do lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher pela SPM (Silveira, 2006).

Quanto à uniformização e à padronização dos Centros de Referência da Mulher, no ano de 2006, foi publicada a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que traz a seguinte definição:

Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (Brasil, 2006b, p. 11).

Assim, os Centros de Referência tornam-se estruturas essenciais na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher, visto que partem de uma postura direcionada à promoção do rompimento do ciclo de violência, mas também à culminância do resgate e à construção da cidadania e autonomia da mulher, na medida em que promove a interdisciplinaridade por meio dos acolhimentos para com as mulheres em situação de violência.

2.3 Centro de Referência da Mulher De Caruaru: o acolhimento como instrumento laboral

Para falar sobre o Centro de Referência da Mulher de Caruaru, faz-se necessário contar um pouco sobre a estruturação de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento à violência contra a mulher em Caruaru. Para contar essa história, trarei para a escrita citações diretas e indiretas de pesquisadoras sobre o município.

Destaco que, a meu ver, por ter uma rede de enfrentamento à violência cada vez mais sólida e em constante construção, o município é alvo de diversos artigos científicos, dissertações e teses. Por essa razão, acredito que, quando menciono quem veio antes, eu legítimo e explico alguns porquês, bem como algumas influências do meu despertar acadêmico.

Por isso, com o objetivo de subsidiar a história desde o princípio, inicio esse tópico com uma citação de Amorim (2016, p. 1), que afirma:

Em 2009, o Prefeito José Queiroz de Lima (PDT) criou o primeiro Organismo de Políticas para Mulher (OPM) da história do Município, o organismo inicialmente nominado de Secretaria Especial da Mulher (SEM), tinha o status administrativo de Secretaria Especial e era vinculada ao gabinete do Prefeito.

Foi a partir desse marco inicial que o município abriu portas para os movimentos feministas e, também, para as discussões sobre mulheres, gênero e feminismo. Como estratégia de construção, o município realizou, por meio da SPM, em fevereiro de

2009, o I Fórum de Mulheres de Caruaru, reunindo cerca de 120 mulheres representantes de várias entidades.

Amorim (2016) acredita que foi a partir de então que a administração pública municipal se abriu para o diálogo e passou a construir coletivamente. A autora atribui isso ao perfil da então secretária, a jovem de 26 anos, Louise Caroline, a qual, apesar de jovem, já trazia na bagagem uma vasta experiência em movimento social e, concomitantemente, em construção coletiva feminista. Vale destacar que, ainda em 8 de março de 2009, após a realização do Fórum, o primeiro resultado dessa pauta coletiva foi obtido, com a inauguração do plantão da Delegacia da Mulher de Caruaru.

Como forma de assegurar, legitimar e reproduzir essa construção feita a muitas mãos, foi publicado, nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, o Anuário Bem-Me-Quer, realizado pela Secretaria da Mulher de Caruaru. É por meio destes que podemos contar um pouco dessa história.

De forma objetiva, destaco que, na realização do II Fórum de Mulheres de Caruaru, conseguiu-se a criação do Conselho Municipal da Mulher (CMM), instituído pela Lei Municipal nº 4.928 de 22 de setembro de 2010. Em 2011, com a realização da III Conferência, obteve-se a incorporação da pasta de Direitos Humanos na Secretaria da Mulher. Já em 2012, obteve-se o I Plano de Políticas para as Mulheres (Amorim, 2016).

Foi ainda no ano de 2010 que o Centro de Referência passou a denominar-se Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, conforme dispõe a Lei Municipal nº 4.927, de 5 de abril de 2010 (Caruaru, 2010). É por essa razão que, por diversas vezes, utilizarei, durante esta construção, a sigla CRMMB, fazendo menção ao nome completo. Todavia, devo destacar que, durante a escrita desta dissertação, em mais uma ampliação das políticas públicas para as mulheres caruaruenses, o Centro de Referência da Mulher passou a denominar-se Centro de Referência da Mulher Maria Neuma da Silva Lira, a partir da Lei Municipal nº 7.004 de 16 de maio de 2023 (Caruaru, 2023), em homenagem à pedagoga feminista Maria Neuma, que faleceu em setembro de 2022, mas deixou um legado voltado à luta por conquistas sociais, sobretudo para o município de Caruaru (Novo [...], 2023). Vale ressaltar, ainda, que a alteração do nome do equipamento também acompanhou novas instalações, visto que agora se encontra nas proximidades da DEAM e da VVDF.

Após essa consideração sobre a denominação do nome do equipamento, retornamos, então, para Amorim (2016) e seu destaque sobre a construção da política

para mulheres no ano de 2014. A autora destaca que o grande marco foi o diálogo com a Marcha Mundial das Mulheres:

[...] um novo momento no cenário do feminismo em Caruaru, onde não mais se identifica apenas mulheres em organizações mistas ou movimento de mulheres, mas, que não reivindicam a desestruturação do patriarcado, agora é possível identificar células vivas de movimentos e organizações que pautam o feminismo e reivindicam a desestruturação do patriarcado, o que é de fundamental importância para a luta pelos direitos humanos das mulheres. (Amorim, 2016, p. 7).

Então chegamos ao ano de 2017 — ano em que Raquel Lyra assume a prefeitura da cidade e, em ato de reestruturação do município, por meio da Lei nº 5.843, de 17 de março de 2017, em seu art. 2º, inciso X, dá status de órgão da Administração Direta à Secretaria de Políticas para Mulheres (Caruaru, 2017). A partir desse momento, o Centro de Referência da Mulher passou a estar vinculado diretamente à Gerência de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, conforme consta no organograma da Secretaria, disponível no sítio oficial da prefeitura (Secretaria [...], 2023).

Nesse caminhar, houve a instituição do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, proveniente da Lei Municipal nº 6.791, de 30 de dezembro de 2021, que teve como objetivo principal contribuir para a estruturação das políticas públicas para as mulheres do município. Extraí-se do seu art. 5º a seguinte informação:

Art. 5º São estratégias de proteção aos mecanismos já implantados:

I – manter e ampliar as políticas públicas adotadas pelo Centro de Referência da Mulher (CRM), que atende mulheres em situação de violência, possuindo estrutura e ambiente adequado ao acolhimento, atendimento e encaminhamento da mulher vítima de violência, conforme a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência (2006) (Caruaru, 2021).

No tocante à política pública já implementada, que é o CRM, observa-se que esse dispositivo legal ocupa um lugar, de fato, de garantia de algo já existente, isto é, a legislação reitera a seguridade de um equipamento essencial para o enfrentamento à violência municipal, sobretudo por estamos, à época, vivendo um período pandêmico e de desandes por parte do governo federal. Por essa razão, foi necessário o reforço por meio de lei. Nesse mesmo caminhar, também temos o artigo 10 da mesma Lei:

Art. 10. O Centro de Referência da Mulher Maria Bonita integra a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres sendo esta secretaria responsável por reger seus atos no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio de Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP).

Parágrafo único. No POP constará guia com as regras de segurança a serem observadas pelas funcionárias e demais colaboradoras/es da SPM e do CRMMB (Caruaru, 2021).

Observa-se, ainda, que o texto destaca a presença do Procedimento Operacional Padrão (POP); contudo, o teor completo da lei não indica sobre como e onde encontrá-lo, deixando em aberto essa operacionalização. Todavia, devo destacar, já abordando o caráter das narrativas de si, que, como ocupei, durante o período de publicação desse Plano, a função de coordenação do Centro de Referência, recordo-me que houve, de fato, a elaboração conjunta do POP, mas desconheço as razões pelo qual o documento não foi publicizado.

Como dito no início desse tópico, o CRM é alvo de muitas pesquisas acadêmicas, o que contribui para o enriquecimento dessa construção. Dessa forma, segundo Galvão (2022, p. 112):

Para uma maior eficácia no enfrentamento à violência, o CRMMBC é fortalecido com as parcerias da REVM, como por exemplo, com a DEAM, VVDF, Instituto Médico Legal (IML), Universidades, Núcleos de Prática Jurídica e o Ministério Público. Cabe destaque para a Patrulha Municipal Maria da Penha (PMMP), política pública que foi implantada no município e que atua em parceria com o CRMMBC. A PMMP foi lançada no dia 07 de agosto de 2019, e constitui em uma patrulha específica da Guarda Municipal para atender as mulheres vítimas de violência de Caruaru.

Ainda quanto ao caráter de atuação do órgão, cabe destacar que este é destinado exclusivamente ao acolhimento e à orientação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, oferecendo orientações jurídicas, acolhimento psicológico e social. O equipamento tem como prioridade o fortalecimento da vítima, com medidas que contribuam para o rompimento do ciclo da violência, por intermédio das políticas não só direcionadas ao resgate da autoestima e do empoderamento, mas também à promoção da autonomia econômica da mulher. Dessa forma, essa atuação, que sempre foi fundamental, tornou-se ainda mais durante o período da pandemia.

2.3.1 O que o aumento do número de atendimentos pode nos dizer

Para início desse ponto, preciso destacar que o Centro de Referência da Mulher de Caruaru se manteve em pleno funcionamento durante todo o período pandêmico (Azevedo, 2020; Balcão [...], 2020), mesmo que o governo federal só tenha determinado como serviço essencial o atendimento às vítimas em 8 de julho de 2020 (Lei nº 14.022/2020). A interpretação do Governo Municipal desde o início foi no sentido de que o equipamento fazia parte da grade de serviços essenciais; portanto, as atividades desenvolvidas pelo organismo não puderam ser interrompidas durante o estado de calamidade pública causado pelo coronavírus.

Cabe ainda mencionar, para se construir um melhor panorama a quem lê esta pesquisa, que o CRM é composto por uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogas, assistentes jurídicas e sociais, como já dito anteriormente. Todavia, há também a coordenação do equipamento, a auxiliar administrativa e as responsáveis pela manutenção do equipamento, todas mulheres.

Sob a perspectiva das minhas narrativas, trago destaque para as questões que envolvem a exclusividade de mulheres no equipamento, visto que a presença de homens no equipamento não era permitida. Até mesmo aqueles que faziam parte da Rede de Atendimento e/ou Enfrentamento à Violência Contra a Mulher passavam por resistências ao tentarem entrar no equipamento para alguma tratativa vinculada ao próprio trabalho.

Quando se fala sobre aumento do número de atendimentos, pode se pensar sobre questões relacionadas ao quantitativo de técnicas, sobretudo para dar conta da demanda. Todavia, coincidentemente no mesmo período em que foi deflagrada a pandemia, o CRM recebia uma ampliação da equipe técnica, oriunda de um processo simplificado que havia acontecido. Então, vale ressaltar que, somado ao *boom* do número de atendimentos, também havia um reforço de técnicas: passou-se de uma técnica de cada especialidade para três.

Ainda sobre esse cenário, muito embora eu já soubesse, solicitei formalmente, através do canal da Ouvidoria do município, o quantitativo de atendimentos que o equipamento havia realizado no ano de 2019, mas também nos anos de 2020 e 2021, com a incidência da pandemia. De acordo com a resposta obtida, presente no Anexo A, informaram-se os seguintes números constantes da Tabela 1.

Tabela 1: Reprodução dos dados obtidos através de solicitação via e-SIC (Anexo A)

QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER DE CARUARU	
Ano	Quantitativo de atendimentos
2019	871
2020	2022
2021	3048

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Por intermédio desses dados, observa-se como o cenário de atuação sob incidência da pandemia pode ter contribuído também para o aumento desses números, assim como os demais índices apresentados acima. Destaca-se também que tem parte fundamental nesse aumento a possibilidade do trabalho remoto trazida pelo isolamento forçado, pois o equipamento passou a fazer atendimento remoto, mediante ligações telefônicas, em sua maioria, o que permitia a ampliação dos atendimentos, bem como proporcionava facilidade para as mulheres que precisavam ser acolhidas.

Nesse sentido, acredito que é possível compreender até aqui a violência contra a mulher, sobretudo no período da pandemia, também como fenômeno pandêmico que afeta a humanidade. Vieira, Garcia e Maciel (2020), em análise dos efeitos do isolamento social em contraponto aos índices de violência, demonstraram a vulnerabilidade das vítimas desse tipo de violência, mesmo se tratando de sujeitas que deviam estar sob proteção legal.

Deste ponto em diante, continuaremos a analisar este cenário, mas sob a ótica das profissionais mulheres que cuidam e acolhem outras mulheres vítimas de violência. A partir do próximo capítulo, compreenderemos, a partir da análise dos relatos e das vivências de quem atuou nessa frente de atendimento, como o aumento dos atendimentos do equipamento apresentou reflexos em suas vidas profissionais e pessoais, considerando, sobretudo, quando essa profissional mulher ocupa o lugar de *ser* mulher responsável pelo acolhimento e cuidado para com a outra.

3 MULHERES QUE ACOLHEM MULHERES

Inspirada nos verbos feministas utilizados na escrita compartilhada de Débora Diniz e Ivone Gebara, início a escrita deste capítulo, que terá como ponto de partida o verbo ACOLHER. Ao fazer uma busca rápida sobre o verbo acima mencionado no *Dicio* (2019), página de busca popularmente utilizada para compreensão do significado de palavras, logo encontro as seguintes definições para o termo:

Significado de Acolher

verbo transitivo direto e pronominal

Receber alguém; hospedar, agasalhar: acolher um amigo em casa; acolheu-me de braços abertos.

Verbo transitivo direto

Receber alguém na própria casa, no seu convívio particular: acolheu-a como filha.

Aceitar algo; receber alguma coisa: acolheu com agrado as nossas sugestões.

Ter alguma coisa em consideração, em atenção: acolher um pedido de ajuda.

Expressar oposição em relação a uma ação ou comportamento: acolheu mal os insultos.

Verbo pronominal

Abrigar-se de; refugiar-se: acolheu-se à sombra da religião.

Etimologia (origem da palavra acolher). Do latim *accolligere*, “recolher, receber, retirar”.

Observo que os links relacionados com a descrição da palavra, que ficam logo abaixo, remetem-me ao feminino, digo, o sentido do acolhimento entre, ou para, mulheres. Então reflito e percebo, mais uma vez, a incumbência do cuidado ao feminino (Gilligan, 2011), como discutido no capítulo 2 desta dissertação.

Nessas pontuações introdutórias dessa fase da escrita, percebo que me trazer, cada vez mais, como parte dessa construção me empolga, faz o meu eu escrever com facilidade, aflora a minha entrega. No entanto, isso acontece quase na mesma proporção com que me cobro sobre os questionamentos envolvendo a ausência de “neutralidade” nessa escrita e como esse fator pode provocar consequências para minha vida pessoal e acadêmica, mas não recuo, continuo. É fato, e já me convenci sobre isso, que não há como ser neutra quando se escreve sobre(vivências) que me permeiam diariamente há cerca de 5 anos, pois foi em junho de 2019 que tudo começou.

Abro um parêntese para abordar, de forma singela, um pouco do meu caminhar no acolhimento, pois acredito ser importante para dar ainda mais sentido a essa escrita. Porém, não pretendo avançar aqui sobre esta pontuação, pois é fato que tenho me trazido durante toda essa construção acadêmica; então, acredito que não preciso

me estender nesse ponto que estamos. Além disso, também me preocupo para que esta escrita não se torne uma escrita narcísica — mas entrariamos em um contraponto do escrever que, para Deleuze e Guatarri (2014 *apud* Duarte, 2020):

Assim, a escrevivência aparece para alargar a noção de escrita. Mas, por efeito intempestivo, essa ideia de uma escrita comprometida, empenhada com a vida, amplia, também, a tradicional noção de biografia. Escrever não é se limitar à incidental experiência de um ser humano excepcional, não se reduz ao mero exercício narcísico — veremos isso adiante — mas é, antes, uma antibiografia, uma construção de interconexões entre vivências distendidas no tempo-espço, sendo, assim, uma cena de agenciamento coletivo de enunciação.

Eu conheci a *fundo*⁶ o significado de acolher em uma noite de voluntariado em junho de 2019, no ponto de atendimento da Secretaria de Políticas para Mulheres de Caruaru, no Centro de Operações Integradas (COI), localizado dentro do Pátio de Eventos do São João de Caruaru. O convite surgiu de Karinny Oliveira⁷, que à época ocupava o cargo de Coordenadora do Centro de Referência da Mulher e que é referência nos estudos de violência da minha cidade, Caruaru/PE. É professora, acadêmica e mulher sobrevivente de violência, que, para mim, também pode ser sinônimo de acolhimento. Para contribuir com os escritos acima, trago uma citação extraída de um relato de sua própria experiência, visto que também ocupou a função de coordenação do CRM, assim como essa escritora aqui.

Contudo, percebeu que essa luta não era só dela, era coletiva, além de política, pois quando tomamos a decisão de lutar pelo reconhecimento de nossos direitos humanos, estamos também falando do reconhecimento de todas as mulheres; então, deu-se conta de que esse caminho não tinha mais volta e de que mesmo diante de todas as represálias, não era mais possível dar marcha à ré. Assim, fez dessa luta um princípio motriz de sua vida, um trabalho e tema de da sua pesquisa acadêmica, tudo na coexistência de um ato político, passando a militar, pesquisar e trabalhar em violência de gênero. Esta também é a história de muitas outras mulheres! (Oliveira *et al.*, 2019, p. 34).

Ainda no sentido estrito do termo acolhimento, percebo que as pesquisas acadêmicas costumam associar o acolhimento às condutas relacionadas a saúde. Pois bem, não à toa, muitas vezes as usuárias dos serviços ofertados pelo CRM também fazem essa associação.

Segundo Garuzi (2014), o acolhimento é uma das principais diretrizes éticas, estéticas e políticas da Política Nacional de Humanização (PNH), vinculada ao SUS.

⁶ Utilizo essa expressão no sentido de dizer, de perto; sentindo na pele; em mim.

⁷ Karinny Lima de Oliveira passou de usuária do serviço à coordenadora do equipamento; é mulher sobrevivente de violência doméstica, mestre e doutoranda em Educação Contemporânea pela UFPE.

A PNH define acolhimento como uma diretriz que não tem hora certa para acontecer, nem um profissional específico para fazê-lo, podendo ser encontrada na postura ética que implica a prática da escuta qualificada das queixas e angústias de quem procura o serviço e que gera, a partir de então, a garantia de assistência resolutiva e a articulação com outros serviços para continuidade do cuidado (Brasil, 2006c).

Essa análise da terminologia do acolhimento na prática me traz à memória alguns momentos em que, enquanto advogada voluntária do CRM, observei, mas também participei da discussão que permeava o quantitativo de atendimentos realizados pelo equipamento (ou seriam quantitativos de acolhimentos?). Tal discussão, sem dúvidas, pairava no lugar que o CRM ocupa, visto que o equipamento não está vinculado aos serviços de saúde, tampouco de assistência. Destaco que este fator, na prática, era determinante para a resolução das questões diárias que apareciam, uma vez que o equipamento quase sempre ocupa um lugar de meio e nunca de fim, pois precisa do auxílio dos serviços de saúde, de assistência e de segurança pública para atingir o resultado esperado.

Na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, é possível perceber a figura do acolhimento presente e quase sempre associada, em diversas definições, ao atendimento, o que pode explicar um pouco do relato que eu trouxe acima. Vejamos:

Os Centros de Referência são espaços de **acolhimento/atendimento** psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania.

Nessa perspectiva, os Centros de Referência de **acolhimento/atendimento** devem exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento, sendo o acesso natural a esses serviços para as mulheres em situação de vulnerabilidade, em função de qualquer tipo de violência, ocorrida por sua condição de mulher.

Os Centros de Referência devem prestar **acolhimento** permanente às mulheres que necessitem de atendimento, monitorando e acompanhando as ações desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede, instituindo procedimentos de referência (Brasil, 2006b, p. 15).

Diante das discussões pessoais e teóricas mencionadas, entende-se que a figura do acolhimento se insere como instrumento laboral na vida profissional de quem exerce ou exerceu alguma função do CRM. A partir de agora, acredito que conseguirei seguir com mais tranquilidade trazendo os motivos pelos quais o exercício diário do

acolhimento é e será figura presente na análise que posteriormente realizarei, bem como os reflexos que essa função proporciona para as vidas das sujeitas analisadas.

3.1 Considerações metodológicas necessárias

A presente pesquisa, que tem como recorte teórico metodológico principal a análise das narrativas de si, sob a ótica de epistemologias feministas, utilizará também como ferramenta metodológica a análise de conteúdo para as análises oriundas das entrevistas semiestruturadas. Para Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada consiste na confecção de um roteiro com perguntas principais, mas que possibilite a inclusão de outras questões que surjam no decorrer da entrevista. No caso em apreço, o leitor poderá observar perguntas feitas, refeitas, explicações e considerações; isso acontece porque algumas entrevistadas atuaram no equipamento objeto da pesquisa apenas no período da pandemia, enquanto outras têm vivência anterior, o que nos permite um panorama do órgão antes e durante a pandemia.

A técnica utilizada para análise dos dados coletados por meio das entrevistas foi a análise de conteúdo, pois se objetivou que, a partir dessa técnica, fosse possível compreender e interpretar o material adquirido. Para tanto, utilizei os ensinamentos da análise de conteúdo oriundo dos métodos de Bardin (2011), visto que representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que objetivam ter, mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, indicadores (quantitativos ou não) que possibilitem a dedução de conhecimentos relativos às condições das mensagens externadas.

Assim, o processo de análise se dará por meio de três etapas. Em primeiro lugar, por meio da leitura flutuante, foi possível estabelecer contato com os dados coletados, com o objetivo de compreensão; em seguida, foi realizada a delimitação das hipóteses e objetivos, referenciando os índices e elaborando indicadores; na sequência, foram estabelecidos indicadores e temas para delimitar o que será utilizado no trabalho em apreço; a partir de então, nasceram as categorias de análise. Os temas que apresentam repetição foram destacados “do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro de dados” (Bardin, 2011, p. 100).

Na segunda fase, realizou-se a exploração do material das entrevistas, definindo-as em categorias por meio do sistema de codificação, e a identificação das

unidades de registro e das unidades de contexto encontradas. Essa etapa é importante para viabilizar ou não as categorias utilizadas nas interpretações. Além disso, é considerada a fase da descrição analítica, que se refere à projeção do material textual submetido a uma análise detalhada, tendo como referências as hipóteses e referências teóricas que foram utilizados no decorrer de toda estruturação desta escrita. Por isso, a codificação, a classificação e categorização são elementos necessários nessa fase (Bardin, 2011).

A terceira fase se deu em prol do tratamento dos resultados, da inferência e da interpretação; nela, os resultados serão tratados. Aqui realizei a condensação das informações, com a respectiva ênfase necessária, resultando nas interpretações inferenciais, ou seja, é o momento de intuição, de análise reflexiva e crítica (Bardin, 2011). O objetivo foi identificar categorias existentes nos discursos das entrevistadas, atentando-se para os referenciais teóricos que colocam as perspectivas feministas no entorno dos elementos trazidos.

Para coleta dos dados, foram escolhidas seis técnicas do CRM, sendo duas profissionais de cada área de atuação presente no equipamento (jurídico, psicológico e social). Destaco que o roteiro das entrevistas consta no Apêndice A desta dissertação e que a coleta das informações se deu de forma individual. Cinco delas foram realizadas presencialmente; apenas a última — e, a meu ver, a mais impactante de todas — aconteceu de forma remota, mediante a plataforma de chamada de vídeo do *Google Meet*.

Por se tratar de uma equipe relativamente pequena, com cerca de dez profissionais ao todo que atuavam na época, decidi utilizar pseudônimos, objetivando a preservação da identidade das participantes. A escolha dos pseudônimos se deu a partir de mulheres que deixaram na memória da história do Brasil, sobretudo na luta sindical, um importante legado de revolução, as quais, a partir de suas posturas, plantaram sementes transformadoras na luta de classes.

Ressalto que as informações a seguir foram extraídas da Campanha “Lugar de mulheré na luta sindical” (Schmalz, 2021), realizada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Mato Grosso do Sul (SINDJUFE/MS) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE/MS), em prol da celebração da história de mulheres que foram percursos da atuação feminina no movimento sindical brasileiro. A redação e a pesquisa textual foram realizadas por Franklin Schmalz (2021). A seguir, especificarei os nomes

escolhidos, contarei um resumo da trajetória e, ao final, mencionarei a qual entrevistada foi atribuído o pseudônimo escolhido.

Elvira Boni de Lacerda (1889–1990) – Elvira Boni de Lacerda nasceu em Espírito Santo do Pinhal (SP), em 1899. Não pode concluir o ensino primário e já com 12 anos era aprendiz sem salário numa oficina de costura, na época a jornada de trabalho variava entre 11h e 14h diárias. Elvira cresceu numa família adepta aos ideais libertários, seu pai era anarquista e integrou a Liga Anticlerical, Elvira também veio a fazer parte da Liga e nesse período iniciou sua atuação política e sindical. Com 20 anos de idade, em maio de 1919, fundou a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas no Rio de Janeiro [...]. Além de sindicalista, Elvira escrevia artigos para jornais e revistas da época [...]. Casou-se com o comerciante Olgier Lacerda, um dos fundadores do Partido Comunista (PCB), com quem teve duas filhas. Elvira morreu no Rio de Janeiro em 1990, aos 91 anos.

Almerinda Farias Gama (1899) – Almerinda Farias Gama nasceu em 16 de maio de 1899, em Maceió (AL). Morou em Belém, onde se formou datilógrafa, como era boa escritora, publicava crônicas em jornais. Quando almejava conseguir um emprego como datilógrafa, constatou que os homens recebiam 50% a mais de salário do que as mulheres na profissão, a partir daí virou defensora da igualdade entre homens e mulheres. Se mudou para o Rio de Janeiro em 1929, entrou no mercado de trabalho, se tornou presidenta do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos. Além disso, se uniu ao movimento das sufragistas e apoiou a campanha de Bertha Lutz para a presidência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Almerinda, em 1934, já formada em Direito, candidatou-se a deputada federal, seu panfleto de campanha dizia: “Advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus” [...]. Almerinda é considerada uma das primeiras mulheres pretas a atuar na política brasileira. Não há certeza sobre a data da sua morte.

Laudelina de Campos Melo (1904–1991) – Laudelina de Campos Melo nasceu em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas (MG). Filha de pais alforriados pela Lei do Ventre Livre, Laudelina começou a trabalhar como doméstica aos 7 anos. Desde jovem participou de organizações políticas e culturais do movimento negro. Casou-se aos 18 anos, teve dois filhos e se separou. Em 1936, Laudelina se filiou ao Partido Comunista Brasileiro e fundou, em Santos (SP), a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do país. [...] Em 1961 fundou a Associação Profissional Beneficente de Empregadas Domésticas em Campinas (SP). [...] Laudelina chegou a ser presa durante a ditadura civil-militar e retornou à direção da associação apenas em 1988 [...]. Laudelina morreu em 1991, aos 86 anos, em Campinas, deixando sua casa para o sindicato.

Júlia Santiago (1917–1988) – Júlia Santiago nasceu em novembro de 1917, em São Lourenço da Mata (PE). Alfabetizou-se em casa, se mudou para Recife e começou a trabalhar como empregada doméstica. Forjou documentos para conseguir seu primeiro trabalho numa fábrica têxtil. Na década de 30, ajudou a fundar o Sindicato da Fiação e Tecelagem de Pernambuco e ingressou no Círculo Operário Católico do Recife, além disso fazia parte do Partido Comunista Brasileiro, na época na clandestinidade. No movimento sindical, defendia tempos de aposentadorias diferentes para homens e mulheres, tendo em vista as jornadas duplas de trabalho. Em 1947, foi a primeira mulher eleita vereadora em Recife (PE). Durante a Ditadura Civil-militar, Júlia foi presa várias vezes, além de ser conduzida para

interrogatórios e até ficar sem receber seu salário por um período em represália à sua atuação política. Júlia faleceu em 1988.

Margarida Maria Alves (1933–1983) – Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, em Alagoa Grande (PB), filha mais nova de nove irmãos, sua família vivia na zona rural até serem expulsos das terras por latifundiários. A questão agrária fazia parte da sua vida e, em 1973, ela se tornou Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e por isso é considerada uma das primeiras mulheres a assumir uma posição de liderança sindical como esta. Na atuação sindical, Margarida defendia direitos básicos aos trabalhadores, como a jornada de oito horas, a carteira assinada, o décimo terceiro salário e férias, além disso, lutava pelo fim do trabalho infantil nas lavouras [...]. Também criou no sindicato um programa de alfabetização de adultos inspirado em Paulo Freire. Combativa, foi responsável por mover mais de 100 ações trabalhistas na Justiça do Trabalho local que estavam relacionadas, principalmente, com grandes proprietários de terras e usineiros. Por conta da sua atuação, teve a morte encomendada por fazendeiros. Margarida foi assassinada na porta de sua casa, em 12 de agosto de 1983, com um tiro no rosto e estando na presença de seu marido e filha. Ela já vinha recebendo ameaças desde antes e, em discurso no Dia do Trabalhador daquele ano, em 1º de maio, ela declarou: “Da luta não fujo. É melhor morrer na luta do que morrer de fome.” Em homenagem a ela é que mulheres trabalhadoras rurais criaram, em 2000, a Marcha das Margaridas.

Ismene Mendes (1956–1985) – Ismene Mendes nasceu no dia 29 de janeiro de 1956, na zona rural de Patrocínio (MG), filha de trabalhadores rurais, seu pai era sindicalista e ela sempre o acompanhou nas atividades do movimento. Ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio em 1979. Mudou-se para Uberlândia para estudar Direito e quando concluiu, retornou à Patrocínio e se tornou assessora jurídica do sindicato. [...] Em 1982 foi eleita vereadora em Patrocínio pelo MDB [...] Ismene atuou durante os anos da Ditadura Civil-militar e era constantemente ameaçada. Em 1985 foi levada para uma emboscada, rendida por homens encapuzados, foi espancada e abusada. Ela denunciou a agressão, mas foi desacreditada pelas autoridades e acusada de simular seu próprio espancamento e estupro. Em 23 de outubro de 1985, segundo o inquérito da época, Ismene foi encontrada pelo seu patrão agonizando depois de ter cortado os pulsos e ingerido veneno. Foi construída uma narrativa de que ela tinha problemas que a atormentavam e por isso se suicidou. A família e conhecidos nunca acreditaram nisso. A verdade sobre a perseguição e assassinato político de Ismene só foi estabelecida em 2018, a partir de relatório da Comissão Regional da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que, inclusive, foi batizada com o seu nome (Schmalz, 2021).

O Quadro 2 apresenta o perfil de cada entrevistada, contendo descrições relacionadas a classe etária, perfil étnico-racial, formação acadêmica, tempo de atuação e pseudônimo escolhido. Objetivando melhor compreensão, utilizarei apenas o primeiro nome de cada uma das sindicalistas acima mencionadas na representação das entrevistadas.

Quadro 2: Perfil das entrevistadas

ENTREVISTADA	IDADE	PERFIL ÉTNICO/RACIAL	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO	PSEUDÔNIMO ESCOLHIDO
1	34	Branca	Serviço Social	8 anos	ELVIRA
2	40	Branca	Serviço Social	3 anos	ALMERINDA
3	32	Parda	Psicologia	10 anos	LAUDELINA
4	36	Parda	Psicologia	2 anos	JÚLIA
5	27	Branca	Direito	1 ano	MARGARIDA
6	26	Preta	Direito	2 anos	ISMENE

Fonte: elaborada pela autora.

Destaco que o perfil acima traçado adotou como critérios as áreas de atuação de cada entrevistada, em conformidade com a NTUCRM, mas sobretudo pretendeu considerar a interseccionalidade como ferramenta analítica fundamental, para a qual as questões relacionadas a raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária interrelacionam-se e moldam-se mutuamente (Collins; Bilge, 2021). Assim, o aspecto da formação acadêmica e seu respectivo olhar direcionado, a faixa etária, a raça e o tempo de atuação no serviço de cada entrevistada trouxeram contrapontos essenciais para que pudéssemos ter perspectivas plurais de análise e de compreensão.

Conforme Goes e Nascimento (2012), os diferenciais apontados no caráter interseccional criam vulnerabilidades interseccionais, pois diferentes vulnerabilidades se entrecruzam e formam “vulnerabilidades exclusivas”, que podem ser definidas como condições diferenciadas do ponto de vista dos direitos humanos. Essas condições podem estar invisibilizadas em razão da situação de marginalidade que vivem certos grupos, especialmente mulheres.

3.2 Categorizando as análises

A terceira e última fase desta dissertação, que tem por título “Mulheres que acolhem mulheres”, teve como proposta a análise das narrativas de si, a partir das falas que as técnicas do CRM trouxeram durante o momento da entrevista.

Assim, mediante a leitura flutuante realizada nas transcrições das entrevistas obtidas, foi possível definir cinco categorias analíticas. Objetivei que as narrativas obtidas, após cada interpelação, fossem responsáveis por levantar apontamentos que me guiassem na construção das categorias. Desse modo, à medida que os trechos das suas falas transmitiam semelhanças, classes analíticas surgiam. Vejamos cada uma delas.

Por meio da primeira categoria, denominada “Sobre(vivências)do acolhimento, quando os caracteres técnicos e sociais se (con)fundem”, foi possível compreender, sob a ótica de quem vivencia ou vivenciou o problema, a compreensão que cada sujeita tem sobre a função ora exercida, como os normativos oficiais definem essas funções e como a prática cotidiana contribui para sensações de angústia, tendo em vista a limitação que o dia a dia na linha de frente invisível do enfrentamento as coloca.

A segunda categoria, que tem por título “A experiência profissional como virada de chave em suas vidas pessoais”, objetivou analisar os aspectos que permitem que a experiência profissional do enfrentamento à violência figure como uma espécie de “virada de chave” em suas vidas pessoais. Além disso, as compreensões sobre feminismo, sororidade e acolhimento, que são vivenciadas através da prática laboral cotidianamente, são fatores importantes também presentes.

Quanto à terceira categoria, “O agravamento da responsabilidade profissional, a pandemia e seu o caráter transformador”, pretendeu-se analisar a responsabilidade profissional da atividade desenvolvida pelas entrevistadas perante a pandemia e como este aspecto ensejou um olhar transformador para o cotidiano do trabalho. Nesse sentido, observaram-se alterações na dinâmica dos atendimentos por parte das usuárias que precisam do serviço, mas também houve alteração na forma como este passou a ser ofertado, dando destaque a seu pleno funcionamento durante todo o período da pandemia.

A categoria “O quesito alteração comportamental e o cuidado” objetivou transmitir como cada entrevistada compreende o cuidado para consigo mesma. Assim, diversas interpretações de cuidado foram surgindo, sobressaindo-se o pleito do cuidado intramuro, aquele que acontece de dentro para fora, partindo de uma premissa de que, para acolher, eu preciso me sentir acolhida.

A quinta e última categoria tem por título “Ouvir e escutar como sinônimos de esperança”. Nessa análise final, propõe-se um chamamento para a verdadeira escuta, sobretudo nos espaços formados por e para mulheres. Acredito que este seja o ponto

mais provocativo dentre as análises, pois ele nasceu a partir de um estado de provocação em que as entrevistadas são colocadas ao final das entrevistas. O questionamento final, “se, hipoteticamente, fôssemos surpreendidas com uma nova pandemia e você ainda estivesse como técnica do centro de referência, o que sugeria para que fosse feito de diferente?”, trouxe respostas com um ponto em comum, pois todas falaram sobre ouvir, escutar e demais sinônimos. A partir de então, percebi que se fazer ouvir e se sentir compreendida, sobretudo em um espaço em que devem ser empregadas pedagogias feministas (Diniz, Gebara; 2022), são práticas distantes, que emergem nos discursos e que resultam em um alerta, o qual transformo em um chamado para o compromisso principal da prática feminista.

Assim, após a breve explanação sobre as categorias de análise que foram aplicadas no presente estudo, passaremos, então, às considerações aprofundadas de cada uma delas.

3.2.1 Sobre(vivências) do acolhimento, quando os caracteres técnicos e sociais se (con)fundem

Ao iniciar a análise das entrevistas — trabalho que exige de nós muita atenção e destreza —, percebi a necessidade de iniciar sob a perspectiva da função desenvolvida por cada técnica entrevistada, pois a atuação, o olhar e, conseqüentemente, a interpretação das situações em comento são objetos dos questionamentos aqui apresentados. Dessa forma, teremos três perfis de observância que foram construídos sob a ótica das assistentes sociais, das psicólogas e das advogadas que compunham a equipe multidisciplinar do CRM. Para início dessa categoria, trarei o olhar de cada uma sobre a função que desenvolvem e a respectiva responsabilidade:

Elvira, sobre a função inerente à categoria do Serviço Social perante o acolhimento de mulheres vítimas, respondeu:

[...] o primeiro atendimento a essa mulher; que a gente chama de triagem; sempre foi realizado pelo serviço social, pra que a gente pudesse ter um **olhar mais abrangente da realidade**, né, daquela mulher, e a partir disso dar os direcionamentos [...] (grifo nosso).

Por sua vez, Almerinda, questionada sobre as funções desenvolvidas enquanto assistente social do equipamento, entende que:

[...] a gente trabalha não especificamente somente a violência, que realmente é o nosso foco; mas quando a mulher, ela chega com essa demanda de violência, a gente vai fazer essa triagem com ela e esse acolhimento pra poder compreender quais são as outras situações que envolve todo esse contexto de violência, se existe alguma situação de vulnerabilidade, se existe situação que seja relacionada aos filhos, que seja relacionada a saúde, então a gente, dentro do nosso trabalho, a gente busca compreender todas essas questões, e aí como já falei, **compreender o todo** para que aí a gente possa fazer todos os encaminhamentos que sejam necessários [...] (grifo nosso).

Sob o olhar das técnicas do serviço social, podemos notar que ambas expressam uma função ligada a uma maior compreensão da situação, que contempla não apenas os aspectos que permeiam a violência, mas também o olhar da situação como um todo. As assistentes sociais são direcionadas às visitas domiciliares, pois elas têm *expertise* em observar os aspectos socioeconômicos e de vulnerabilidade, tão recorrentes na violência contra a mulher. No entanto, elas também ocupam um lugar que, por vezes, coloca toda a equipe para enxergar melhor e compreender a função de cada equipamento; por isso, encaminha-se o caso para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares, por exemplo, para que a demanda possa ser corretamente resolvida.

Há um fator muito sensível em trabalhar com violência sendo mulher, ligado ao envolver-se no que está ali para resolver. Por isso, é importante compreender o que é de minha responsabilidade enquanto técnica e o que é função dos órgãos públicos que se encarregam de garantir o cuidado necessário as mulheres vítimas e aos seus filhos e dependentes, por exemplo.

Segundo a NTUCRM, no capítulo que trata sobre a metodologia de funcionamento e de atendimento dos Centros de Referência, na primeira fase realiza-se o acolhimento e são repassadas as informações gerais e na segunda fase iniciam-se os procedimentos de orientação à mulher em situação de violência. É nesse momento que se traça o diagnóstico inicial e os encaminhamentos são realizados. A norma recomenda, ainda, que essa fase seja realizada por uma técnica em serviço social e outra de psicologia, a fim de que possam ser seguidos os seguintes objetivos (Brasil, 2006b, p. 33):

- estabelecer uma relação de confiança e credibilidade da mulher em situação de violência com o serviço, ouvir o seu relato de forma qualificada, respeitosa e não julgadora;

- informar à mulher em situação de violência sobre seus direitos quanto ao atendimento no Centro de Referência, descritos no item III, f, 2 desta norma técnica;
- elaborar um diagnóstico preliminar do risco para a vida e saúde da mulher atendida e de suas necessidades específicas;
- apresentar opções de atendimento e encaminhamento, além de discuti-las com a mulher atendida;
- elaborar em conjunto com a mulher atendida um plano personalizado de atendimento;
- elaborar em conjunto com a mulher atendida um plano pessoal de segurança;
- explicar os próximos procedimentos e encaminhamentos para a implementação deste plano personalizado de atendimento;
- esclarecer qualquer dúvida remanescente;
- encaminhar a mulher atendida para a Recepção do Centro de Referência para que marque em agenda o atendimento individual e/ou para que seja informada com mais detalhes sobre as formas de acesso aos serviços da Rede de Atendimento para os quais possa ter sido orientada a procurar.

É apenas na terceira fase que o atendimento especializado deve ser realizado, momento em que entra em cena a figura da técnica específica. A NTUCRM destaca que a profissional deve conduzir o atendimento com ética e respeito mútuos, adotando sempre uma postura acolhedora e conduzindo a entrevista de forma que se fortaleça o vínculo com o equipamento e se demonstre confiança para a mulher, estabelecendo uma relação com a atendida. No tocante ao serviço social, a Norma dispõe que:

Consiste no atendimento realizado por profissional da assistência social, com o objetivo de fornecer orientações e promover a inserção da mulher atendida e de seus dependentes em programas de transferência de recursos, aos quais ela tenha direito, tais como: cestas básicas, fotos para documentos, fraldas geriátricas, vale-transporte, dentre outros; e nos demais serviços que se fizerem necessários. Caso seja identificada a necessidade de serviços específicos, como atendimento para questões referentes à saúde mental ou tratamento de dependência química, o caso deverá ser encaminhado também para equipamentos que forneçam estes serviços.

Técnicas práticas de defesa pessoal devem ser ensinadas à mulher em situação de violência em sessões de atendimento em grupo. O(a) técnico(a) responsável pelo atendimento social deverá manter contato permanente com as coordenadorias das casas abrigos e dos serviços de alojamento temporário a fim de possibilitar o pronto encaminhamento da mulher atendida, caso entenda que o grau de risco à sua integridade física tenha sido agravado (Brasil, 2006b, p. 36-37).

Notemos que a própria norma declara que a profissional do serviço social deve promover a inserção da mulher atendida e de seus dependentes em programas de transferências de recursos, comumente ofertados nos CRAS. Todavia, é nesse ponto que o serviço encontra falhas que dificultam os processos, pois muitas vezes o serviço ofertado pelo CRM é confundido pelo serviço disponibilizado pelos CRAS — órgãos autônomos e com verbas específicas e direcionadas à assistência de pessoas em

situação de vulnerabilidade, que chegam por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2009).

Amorim (2015) destaca que isso tem fortes implicações, uma vez que, no CRAS, o público-alvo são as famílias ou a população vulnerável por questões socioeconômicas, diferentemente da Política da Mulher, cujo público-alvo é a mulher que, independentemente do status econômico, por questões histórico-culturais, é posta em condição de submissão social em relação aos homens — embora as desigualdades se manifestem e se perpetuem de formas diferentes nas diversas camadas sociais. Nesse sentido, sobressai-se mais uma vez a ideia de Landerdahl *et al.* (2015), já descrita acima, de que as expectativas das mulheres em relação à sua trajetória de vida são fortemente marcadas pela domesticidade.

No tocante às técnicas psicológicas, trarei destaque para suas falas que especificam como se davam o exercício das suas funções, no cotidiano do trabalho:

Laudelina: [...] a minha função se baseava no atendimento técnico de triagem, acompanhamento e também o acompanhamento psicológico, quando a gente prestava esse serviço de acolhimento, de fortalecimento da mulher né, a gente passava um breve período de tempo acompanhando, avaliando os desgastes né, os prejuízos emocionais que a violência causou nela.

Júlia: [...] e a função especificamente era essa, era de acolher e atender e entender, né, de tratar dessas mulheres que viviam em situação de violência doméstica, em relacionamento tóxico, abusivo e muitas vezes não percebia e não entendia que viviam nessa situação. Elas sentiam, elas sofriam muito, mas elas não entendiam que era o que tava acontecendo exatamente [...].

No tocante ao atendimento psicológico, dispõe a Norma Técnica (Brasil, 2006b, p. 37-38):

Consiste no atendimento realizado por profissional de Psicologia, com o objetivo de promover o resgate da auto-estima da mulher e a resiliência⁸ da mulher atendida, de forma a tratar possíveis sintomas de depressão e ansiedade crônica; promover paradigmas que possibilitem à mulher em situação de violência internalizar o conceito de que a violência é inaceitável e insustentável em qualquer tipo de relacionamento, por mais que possa ser freqüente no padrão do tecido social em que ela está inserida; facilitar à mulher atendida a aquisição de técnicas de contra-controle que lhe forneça instrumentos para assumir o controle da situação, saindo do papel de vítima passiva da violência doméstica e no trabalho, e de técnicas e estratégias de proteção e segurança pessoal.

Técnicas de relaxamento e controle do estresse, de resolução de conflitos e de assertividade devem integrar o atendimento psicológico. É importante ressaltar, no entanto, que o atendimento não deve promover sessões de mediação entre a mulher atendida e o(a) agressor(a) em situações de violência doméstica. A mediação familiar é inadequada na situação de violência doméstica, uma vez que a mulher agredida e o agressor estão em papéis desiguais no que se refere ao exercício de poder pessoal.

O(a) técnico(a) responsável pelo atendimento psicológico poderá, após a elaboração do diagnóstico aprofundado, encaminhar a mulher em situação

de violência ao atendimento de arte-terapia, caso julgue adequado, indicando ainda se o atendimento deverá ser individualizado ou em grupo.

Ainda nesse sentido, a atuação da psicologia no contexto da violência doméstica é essencial no processo de empoderamento das mulheres vítimas. Para Souza e Rezende (2008), as perspectivas feministas que promovem o empoderamento referem-se ao processo coletivo de conquista da autonomia. Esse conceito evoca uma transformação social, na qual os mecanismos que sustentam a ordem do machismo, patriarcado e misoginia sejam superados, dando lugar ao fomento dos aspectos de igualdade de gênero.

Margarida e Ismene, quando questionadas sobre suas atuações enquanto técnicas jurídicas do equipamento, compartilharam suas experiências de trabalho e trouxeram também exemplos de como a atuação jurídica no equipamento é limitada:

Margarida: [...] um trabalho com as mulheres vítimas de violência doméstica de orientar elas juridicamente nas questões tanto nas questões de delegacia realmente das questões penais, no caso, quando um fato acontecia e também das questões de orientar sobre divórcio, é que eram geralmente, as questões que chegavam pra gente né, assuntos de família mesmo, divórcio, é... divisão de bens, é... guarda, pensão, eram essas as questões que mais rodeavam a gente, e a gente tinha essa função de fazer, de orientar essas mulheres. **A gente não chegava a entrar com ações, até mesmo porque a gente não tinha essa atribuição, mas a gente tirava a dúvida dessas mulheres, esclarecia como se daria esse procedimento, quais os direitos que elas tinham também e a gente encaminhava** ou pra um advogado particular quando as mulheres tinham essas condições, o que era muito raro, porque, geralmente, eram mulheres que não tinham condições econômicas pra isso e a gente, geralmente, encaminhava pra outro escritório parceiro, que era o escritório de uma faculdade que fazia esse serviço pras mulheres que a gente atendia [...] (grifo nosso).

Ismene: [...] então eu fazia esse atendimento é... e aí tirava algumas dúvidas em relação a medidas protetivas enfim que a (inint) [00:03:15] tivessem ou alguma coisa relacionada a direito da família que às vezes envolvia filhos, a guarda, e dentre outras coisas realizadas também acompanhamento em delegacias e no mais, era isso, era a **orientação com as dúvidas jurídicas e o acompanhamento em delegacia que a gente fazia** [...] (grifo nosso).

Diariamente, as questões que permeiam os aspectos jurídicos são motivos de dúvidas por parte das usuárias do serviço e geram uma sensação de impotência para a equipe. Apesar de ter estado na maior parte do tempo na função de coordenadora, eu, por vezes, entrava na atuação enquanto técnica. Sobretudo no período pandêmico, angustiava-me a falta de opção para uma saída efetiva de situações que envolviam a separação de casais e as implicações por trás disso, agravada pelas necessidades financeiras que envolvem a estrutura familiar. Embora a Lei Maria da Penha preveja em seu artigo 22 que o magistrado pode, já em sede de liminar, fixar a

pensão alimentícia, trata-se de uma prática que raramente acontece. Vejamos o que dispõe o texto da lei acima mencionado:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: [...] V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios (Brasil, 2006a).

Sem dúvidas, a prática desse tipo de decisão em caráter liminar proporcionaria agilidade nas demandas que permeiam a manutenção familiar e que contribuem para o retorno da mulher ao ciclo da violência, visto que muitas alegam a dependência financeira como fator determinante para manterem-se ou retornarem ao ciclo. Oliveira e Parisi (2014) elencam alguns fatores que contribuem para a permanência da mulher agredida pelo seu companheiro na relação conjugal, sendo a dependência financeira do parceiro/agressor uma delas, inclusive contribuindo para que a vítima se intimide a ponto de não proceder com a denúncia.

Ainda sobre a função jurídica, a NTUCRM (Brasil, 2006b, p. 38) destaca que:

Consiste no atendimento individualizado com o objetivo de oferecer aconselhamento jurídico e acompanhamento nos atos administrativos de natureza policial e nos procedimentos judiciais, informando e preparando a mulher em situação de violência para participar dessa difícil etapa.

As orientações jurídicas são fundamentais em todo o procedimento, sobretudo no tocante às demandas externas, que exigem o uso de forças policiais e do judiciário, para que se consiga a efetivação dos direitos dessas mulheres. Por se tratar de uma atuação que passa constantemente por inovações, esse setor também precisa estar atento às atualizações legislativas, utilizando domínio técnico para a execução das atividades, sobretudo no que diz respeito às especificidades trazidas pela Lei Maria da Penha e às questões inerentes ao gênero. Soma-se a isso a utilização de toda a categoria participante da Rede de Enfrentamento, pertencentes aos órgãos policiais e do judiciário (Pasinato, 2015).

Percebe-se, então, após a análise descritiva e refletida das respostas das entrevistadas, que, em diversos momentos do acolhimento, os papéis desenvolvidos no sentido técnico e social se confundem. Acredito que essa característica de anseio pela resolução dos questionamentos que permeiam a violência contra a mulher integra também o fato da atuação dessa linha de frente ser composta por sujeitas mulheres. Nesse sentido, para Butler (2003), se alguém é uma mulher, isso certamente não é

tudo o que esse alguém é, pois o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.

3.2.2 A experiência profissional como “virada de chave” em suas vidas pessoais

Nesse ponto da análise, é possível perceber a divisão no trabalho de cada setor, a qual encontra respaldo na divisão que a própria NTUCRM traz, conforme exposto anteriormente e confirmado a partir das narrativas das entrevistadas.

No meu caso, porém, a função atribuída à coordenação e a função inerente à minha formação acadêmica se misturavam um pouco. Isso acontece pela presença de um “fenômeno” muito presente do equipamento que chamarei carinhosamente de “função salva-vidas”: diante de um cenário que precisasse da minha atuação enquanto advogada, esse fator era determinante e se sobressaía aos demais. Acredito que isso aconteça também pela falta de preparação prévia ou de formações específicas para atuação, uma vez que apenas três das entrevistadas declararam ter passado por alguma espécie de treinamento ou preparação prévia para trabalharem com a temática. Essa ausência contribui para que, em aspectos envolvendo as atuações e responsabilidades de cada equipamento, as técnicas se confundam ou, até mesmo, não se compreendam.

Narvaz (2009) salienta que, apesar do aumento de estudos sobre violência de gênero no Brasil, no espaço acadêmico a temática sempre foi marginalizada. A maioria dos cursos que abordam o tema localiza-se na pós-graduação, onde há maior flexibilidade curricular, porém, quando encontradas, geralmente são disciplinas optativas. Os estudos de Carneiro e Fraga (2012) e Ribeiro *et al.* (2014) discutem sobre os prejuízos que a ausência de capacitação continuada dos profissionais que atuam no enfrentamento à violência pode ensejar.

Quando perguntadas sobre se sentem enquanto sujeitas mulheres trabalhando no enfrentamento à violência contra as mulheres, algumas pontuaram como, a partir da experiência no atendimento de mulheres vítimas, elas puderam se ver também enquanto vítimas de alguma situação do passado ou de alguma situação que estavam vivendo, como foi o caso de Elvira e Almerinda:

Elvira: [...] esse lugar de fala, inclusive tendo sido vítima de violência, em outros momentos, que a gente começa a se identificar com os relatos,

começa a perceber em que momentos a gente também passou por situações como essa [...].

Almerinda: [...] eu consegui compreender várias situações depois que comecei a trabalhar no Centro de Referência, eu comecei me descobrir realmente enquanto mulher e enquanto mulher que sofria algumas violências e que não identificava essas violências e principalmente conseguir dizer não para muita coisa [...].

Já as narrativas de Júlia, Margarida e Ismene me trazem uma ideia de feminismo, sororidade e acolhimento na prática, pois é desse jeito que acontece. No início choca, mas depois a gente se adapta; com a adaptação, a gente se fortalece e percebe como nossa função é de agente transformador, como disse Ismene. Ela conclui dizendo que encarava com muita responsabilidade a função que exercia, a qual enxergava como imprescindível.

Júlia: [...] é uma temática que impacta muito, né. No início a gente sente muito, choca bastante. Eu digo no início porque depois a gente acaba se adaptando ao ambiente e se torna mais, fica mais fortalecida... a gente precisa compreender com bastante empatia quando aquela mulher não consegue romper o ciclo da violência, quando ela tem resistência a acreditar que a pessoa que ela convive é realmente uma pessoa tóxica e prejudicial pra vida dela... A gente precisa trazer subsídios para que aquela pessoa acorde, desperte e veja com os próprios olhos e decida a própria vida, então é um processo lento, não é rápido, é difícil porque a vida dela envolve, às vezes, dependência emocional, dependência financeira, os filhos pequenos, não tem rede de apoio, então a mulher fica muito presa e tudo que ela tem vai ser perdido com o término desse casamento, então é chocante demais, é pesado [...].

Margarida: [...] poderia ser você ou então que poderia ser alguém da sua família, alguém que você ama que poderia tá vivenciando aquela situação e, geralmente, são situações muito tristes e que nos deixam um pouco angustiadas ...eu pelo menos, tive que aprender a trabalhar isso em mim, eu não tive muita dificuldade nesse sentido porque eu sempre entendi que ali eu estava enquanto profissional, então, eu tentava durante todo o tempo deixar a parte emocional de lado... pra mim aquela foi uma experiência muito gratificante participar disso...pra mim foi muito bom enquanto mulher poder auxiliar outras mulheres naquela situação [...].

Ismene: [...] eu me via realmente como agente transformador daquelas vidas assim... eu encarava de forma muito responsável a função que eu exercia sim e imprescindível realmente pra ajudar aquela pessoa que sofreu [...].

No tocante à sororidade, Babi Souza (2016, p. 44) evoca a seguinte definição:

[...] é a versão feminina da palavra “fraternidade”, da qual o prefixo “frater” quer dizer irmão. Muitas pessoas usam de forma equivocada a expressão “fraternidade” para grupo de mulheres por desconhecer a existência da “sororidade”. E a razão de uma ser difundida na nossa língua e a outra não, já é uma boa reflexão a se fazer. Raro é encontrar alguém que não reproduza o discurso de que irmandade mesmo existe apenas entre os homens, e que nós, mulheres não temos essa capacidade.

Para Brunini *et al.* (2021), é possível compreender sororidade como uma construção de alianças com a finalidade de discorrer e desmistificar ideologias acerca da violência de gênero, com enfoque na potencialização das mulheres na militância em prol de uma atuação que propicie acolhimento, ação informativa e preventiva, diante de situações que reproduzam posturas patriarcais, com prevalência de machismo e misoginia.

Assim, acredito que a experiência profissional proporcionada pela prática feminista potencializa nas mulheres o sentimento de irmandade, aqui posto como sororidade, e é a partir daí que se tem a “virada de chave” em suas vidas pessoais. Leão (2017), sob o aspecto da escrita poética, declara que o ser mulher implica uma grande variedade de construções e reinvenções, montando-se e desmontando-se, desmoronando-se e depois, incapazes de serem medidas em frações numéricas, tornando-se caos, inovações e irmandades, explosão de sentimentos e rupturas, ressaltando o quanto foram e são silenciadas e sinalizando o início de um novo tempo político para seus corpos.

3.2.3 O agravamento da responsabilidade profissional, a pandemia e o seu caráter transformador

Neste ponto da análise, destaco como a pandemia teve um caráter transformador. Contudo, das seis entrevistadas, apenas duas puderam pontuar com detalhes as diferenças entre os atendimentos antes e com a incidência da pandemia, visto que as outras quatro já iniciaram sua atuação durante o período pandêmico, conforme consta em seus relatos.

Elvira vê a pandemia como transformação:

Elvira: [...] que esse período de pandemia, ele transformou a vida da gente e eu acho que como profissionais também a gente precisou se reinventar, pensar outras formas de atuação. Se a gente antes não imaginava um atendimento por telefone, por exemplo, hoje a gente já conduz a nossa prática muito também nesse atendimento remoto entendendo essa necessidade em muitos casos. Então foi um período assim que eu diria de **transformação** realmente pro atendimento no Centro de Referência [...] (grifo nosso).

Percebo a transformação dita e transmitida sob o aspecto do entendimento pessoal e profissional, que transborda o seu eu. Josso (2007), por sua vez, acredita que, ao abordar o conhecimento de si mesmo pelo viés das transformações do ser, por meio das atividades, dos contextos de vida, dos encontros, dos acontecimentos

de sua vida pessoal e social e das situações que ele considera formadoras e muitas vezes fundadoras, é como se fosse concebida uma construção identitária da sua existencialidade, como um conjunto complexo de componentes.

Almerinda, por sua vez, destaca a importância do **auxílio financeiro** que foi pago pelo governo federal às pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social no período da pandemia. No Brasil, após pressão e mobilização social, o governo federal sancionou, em 2 de abril de 2020, o Projeto de Lei nº 13.982, que estabeleceu medidas de proteção social durante o período de enfrentamento da pandemia. Por meio de um decreto legislativo, foi estabelecido o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), inicialmente direcionado aos cidadãos beneficiários do Programa Bolsa Família, famílias cadastradas no Cadastro Único para programas sociais, trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social. No entanto, destaco que a proposta inicial era de apenas metade desse valor, ou seja, R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais para cada membro de família participante de uma dessas categorias mencionadas, por um período de seis meses.

Para fazer jus ao benefício, ainda era preciso ter renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo per-capita ou três salários-mínimos no total, além de ser não beneficiário de outros programas sociais, exceto do Programa Bolsa Família ou do seguro-desemprego. Outrossim, as mulheres mães solo que estivessem dentro dos critérios acima mencionados tinham o direito de receber o valor do auxílio em dobro.

A entrevistada Almerinda se recorda de um caso específico em que a usuária disse: “eu vou sair de casa porque agora eu tô recebendo esse valor, vou conseguir sair, pagar um aluguel e sustentar meus filhos”. Ela destaca que a pandemia, no tocante à violência, trouxe o lado negativo, dado o aumento dos casos, mas também houve um ponto positivo, proporcionado pelo recebimento do benefício social, que permitiu renda para algumas mulheres.

Infelizmente, as mulheres vítimas de violência possuem históricos marcados por abusos físicos, psicológicos, morais, patrimoniais e sexuais, como bem preceitua a Lei Maria da Penha, amplamente trazida no capítulo anterior. Nesse sentido, Hart (1992), em seus estudos, dá destaque específico à ordem social e aos padrões de comportamento dela decorrentes que resultam na situação de permanência nas situações de violência acima citadas.

Para a autora, há oito motivos principais que explicam esta permanência: 1) esperança de que o companheiro mude de comportamento; 2) isolamento, forçado pelo companheiro que exerce controle absoluto sobre a mulher; 3) negação social, banalização da violência ocorrida no âmbito doméstico por parte de especialistas que deveriam auxiliar mulheres inseridas em contextos de violência, quais sejam, médicos, advogados, autoridades policiais, líderes religiosos, entre outros; 4) ameaças do companheiro quanto à integridade física da mulher e dos filhos, quando ela tenta romper a relação; 5) crença no tratamento do agressor, quando esse ocorre; 6) riscos do rompimento e temor da separação; e 7) ausência de autonomia econômica; e 8. Despreparo material, psíquico e emocional para enfrentar o processo de separação.

Diante desses apontamentos, destaca-se a ausência de autonomia econômica, para fins da presente análise, como fator corroborante para a permanência das vítimas nas relações violentas/abusivas. Retomo os saberes de Saffioti (1987, p. 50), quando diz que:

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

Nesse sentido, trago compreensões afirmativas, sob a ótica das pesquisadoras, para o relato da entrevistada de que, de fato, a situação econômica das mulheres vítimas são fatores determinantes para a permanência dessas no ciclo da violência.

Ressalto que, no dia 16 de abril, a medida emergencial, trazida no relato de Almerinda, foi expandida para mães menores de idade e para toda família monoparental (Aprovada [...], 2020). Inegavelmente, essa medida proporcionou, em meio ao caos sanitário causado pela doença, certa autonomia financeira para algumas mulheres, mesmo que provisoriamente. Dentro do serviço, ouvi diversos relatos que associavam um “bem-estar” à renda do auxílio. Eram histórias sobre investimentos em empreendedorismo informal, reforma na casa, mudanças de domicílio, compra de utensílios para montar a nova casa e até mesmo cuidados para consigo.

Para Uphoff (1993) e Gohn (2004), ações bem-sucedidas são aquelas que auxiliam grupos que estão à margem a assegurar sua sobrevivência, que perpassam a assistência social e buscam a mobilização de movimentos e redes mais amplas, com o objetivo de empoderá-los, procurando influenciar o processo político. Especialmente no que diz respeito ao empoderamento das mulheres, Costa (2000)

afirma que este representa um desafio às relações patriarcais, em especial ao poder dominante dentro da família, que quase sempre é masculino. Assim, percebamos como o empoderamento influenciado pela autonomia financeira pode significar para a mudança nas relações entre homens e mulheres, garantindo às mulheres autonomia no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como um sentimento de repulsa à violência e às decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família (Costa, 2000).

Uma resposta em comum às entrevistadas Laudelina, Margarida e Ismene, quando perguntadas sobre a atuação na pandemia, foi sobre a possibilidade de realizar o **atendimento remoto**. Margarida destaca o seguinte:

[...] Às vezes, a gente não tinha como chegar presencialmente aquela mulher e aí a gente tinha que ir lá na no CRM né a implantação de atendimentos online também, que foi o que eu acho que facilitou muito principalmente a questão dos atendimentos psicológicos porque eu lembro né que quando a gente chegou lá, os atendimentos psicológicos eram feitos, pelo menos é o que relataram né, presencialmente [...].

Desse modo, podemos perceber quão importante e essencial foi a manutenção do funcionamento do equipamento durante todo o período da pandemia, pois, muito embora estivéssemos atravessando um momento delicado, o órgão permaneceu oferecendo todos os serviços necessários ao acolhimento da mulher vítima, fosse de cunho social, psicológico ou jurídico (Azevedo, 2020), junto com o acompanhamento nas demandas externas, caso fosse necessário, como em procedimentos na DEAM e IML, por exemplo.

Destaco, ainda, que, durante esse período, os serviços da Vara de Violência Doméstica e Familiar foram suspensos, seguindo determinações do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) (Raposo, 2020). Em virtude dessa suspensão, o CRM passou a auxiliar a VVDF nos procedimentos necessários para retirada de MPU. Assim, as mulheres que desejavam retirar a medida, muitas vezes por terem reatado o relacionamento ou até mesmo por medo de retaliação do agressor, quando iam à Vara, eram informadas que precisariam se deslocar até o Centro de Referência para que a equipe realizasse os procedimentos.

Nesse momento, a equipe passou a receber situações em que a mulher vítima comparecia até o equipamento, muitas vezes na companhia do agressor, que aguardava do lado de fora do equipamento, para pedir a retirada da medida. Obviamente nós não tínhamos o poder dessa decisão, nem sabíamos muito como

proceder, mas nos adaptamos, acreditando sempre que a melhor forma era sempre por meio do acolhimento. Por isso, em casos assim, estabelecemos que era necessário fazer todo o procedimento, iniciando com a triagem, feita sempre conjuntamente. A sensibilização sobre manter a medida era o principal; quando conseguíamos fazer com que ela “desistisse de desistir” — era o termo que usávamos —, nós comemorávamos.

Todavia, o fato de termos mulheres indo ao equipamento na companhia dos agressores, mesmo que estes não adentrassem o equipamento, fez com que passássemos alguns momentos tensos, sobretudo quando ela relatava no atendimento que estava sendo ameaçada e por isso estava fazendo o pedido de desistência. Foram situações tensas, mas que, com trabalho em equipe, conseguíamos superar, não podendo deixar de mencionar o apoio das forças policiais em alguns casos, como a Guarda Municipal Maria da Penha e a Polícia Militar.

Sobre o momento específico da retirada da MPU, as pesquisadoras Paola Luduvise, Silvia Renata Lordello e Valeska Zanello (2023) publicaram um recente artigo em que analisaram os fatores e motivações presentes na solicitação realizada pelas vítimas. Segundo elas:

O momento processual de retirada das medidas protetivas se insere nas determinações estruturais do fenômeno da violência doméstica contra a mulher e é influenciado pelos valores, estereótipos e concepções de gênero, os quais contribuem para a formação da subjetividade tanto das mulheres (nos dispositivos), quanto dos sujeitos implicados nas etapas concernentes a esse procedimento (operadores do direito, mas também equipe psicossocial). (Luduvise; Lordello; Zanello, 2023, p. 22).

Estratégias para usar as tecnologias de informação e comunicação facilitaram o acesso das mulheres isoladas aos serviços de atendimento direcionados ao enfrentamento da violência. A adaptação dos serviços policiais, que permitiram a realização de denúncias e boletins de ocorrência por meio de canais digitais, e a implantação de atendimentos remotos, seja pelo envio de mensagens, seja por ligações telefônicas, foram essenciais para possibilitar meios de ajuda para mulheres em situação de risco (Stuker; Matias; Alencar, 2020).

Todavia, em razão da desigualdade existente no país, que foi ainda mais evidenciada na pandemia, muitas mulheres não têm acesso a meios de comunicação, pois para isso é necessário possuir celulares e acesso à internet, o que exclui mulheres que não dispõem de renda suficiente para possibilitar o uso de tais recursos. Segundo a pesquisa realizada pelo TIC Domicílios 2019 (Cetic, 2019) sobre o Uso

das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros, 28% dos domicílios brasileiros não possuem acesso à internet. Muitas mulheres, inclusive, fazem uso compartilhado do aparelho telefônico com seu agressor e/ou seus filhos, sem deixar de mencionar aquelas que residem em ambientes rurais, de difícil acesso, onde sequer há sinal telefônico.

3.2.4 O quesito alteração comportamental e o cuidado

Quando perguntadas sobre a incidência na alteração comportamental, destaco que todas as entrevistadas responderam afirmativamente ao questionamento. Elvira destaca que “[...] eu acho que esse processo mexeu muito obviamente comigo como pessoa, como mulher, como profissional também [...]”. Já para Almerinda, “[...] me reconhecer enquanto mulher, enquanto profissional, reconhecer as violências que vivi e não consegui identificar isso, mas pra mim foi muito positivo, eu cresci bastante [...]”. Por sua vez, Júlia e Margarida afirmam:

[...] Você consegue ter um olhar diferente para o sofrimento nesse sentido, né, porque não envolve somente a mulher em si, ela se preocupa com ela, com os filhos, com o que as pessoas vão falar, é um conjunto que amplia o seu olhar também para essa pessoa. Porque é fácil para quem tá de fora dizer aquela frase conhecida: vive assim porque gosta, mulher gosta de apanhar. Mas não é assim, não é. A experiência na prática de quem ouviu as pessoas, as mulheres, se abrirem profundamente, o sofrimento que elas sentem e não conseguem, muitas vezes, sair daquela situação porque não tem apoio mesmo, porque o próprio agressor faz com que ela fique só, e não tem como a gente passar por isso e continuar com o mesmo olhar para a situação, né, muda muito [...].

Margarida: [...] naturalmente, eu passei a enxergar nas minhas relações pessoais, nas minhas relações pessoais a questão de violência doméstica né, e aí eu conseguia identificar que aquilo ali não era simplesmente uma situação chata e não sei o que, e sim uma violência. E aí tanto com as mulheres ao meu redor quanto comigo mesma, enfim, são várias questões que abrem os nossos olhos pra entender, de fato, o que é uma violência e o que não é [...].

Quando perguntadas sobre o cuidado que houve para com elas, já que se encontravam em uma categoria de cuidado, haja vista a responsabilidade inerente à função laboral que exerciam, apenas duas entrevistadas pontuaram ter se sentido cuidadas. Destaco que Elvira, uma das que afirmaram o cuidado, ocupava uma condição de mãe solo, com domicílio em outra cidade, o que, acredito eu, favoreceu essa resposta positiva.

Elvira: [...] eu desenvolvi processos de ansiedade questão de saúde mental também, então uma estratégia que foi utilizada na época foi, inclusive eu era residente de uma outra cidade, não morava na cidade de Caruaru, nesse período também tinha uma filhinha pequena, e aí nesse contexto, por algum tempo eu atuei remotamente os atendimentos que a gente iniciou né remoto, de casa [...].

As declarações de Elvira me remetem às obras sobre a Ética do Cuidado, de Carol Gilligan (1997) e Nel Noddings (2003), que chamam de ética feminina ou ética do feminino. Nesse sentido, para a ética feminista, o interesse primário das éticas femininas está em descrever as experiências morais e as intuições das mulheres, indicando como as abordagens éticas tradicionais negligenciam a inclusão dessa perspectiva. De outro lado, a ética feminista tem como propósito principal o repúdio e o fim à opressão sofrida pelas mulheres e outros grupos historicamente oprimidos; para tanto, ocupam uma posição de maior preocupação com posicionamentos que causem transformação político-sociais do que a categoria da ética feminina. Para Zoboli (2004, p. 27):

Um temor é que as éticas femininas acabem por minar, ainda que sem intenção, o feminismo, pois as qualidades que atribuem aos homens e às mulheres foram construídas no contexto de uma cultura sexista. Enfatizar o cuidado como virtude feminina pode servir para manter as mulheres no lado mais vulnerável da relação de gêneros. Apesar destas diferenças e temores assinalados, as duas abordagens da ética são congruentes em muitos aspectos. O estudo detalhado da vida e do raciocínio ético das mulheres feito pelas éticas femininas pode contribuir, substancialmente, para dismantelar hábitos de pensamento e práticas favorecedores da opressão ao gênero feminino.

Ainda no tocante ao cuidado, Laudelina pontuou o cuidado dela com ela mesma e com suas colegas de trabalho. Quanto ao caráter profissional, objeto da pergunta, pontuou apenas a existência do revezamento das escalas, para que as equipes não se encontrem, o que, efetivamente, diminuía as chances de uma infecção generalizada. Acredito que essa estratégia foi muito positiva para a essencialidade do serviço, pois contribuía para que a probabilidade da suspensão do serviço por ausência de técnicas fosse mínima. Contudo, destaco que talvez eu não tenha sido tão clara na minha pergunta ou, até mesmo, a entrevistada não tenha se sentido à vontade para me dar respostas sobre ela mesma; são suposições que faço. Vejamos:

Laudelina: [...] eu me senti cuidada sim, né, eu também passei a me cuidar um pouco mais e também tentar transmitir esse cuidado pras colegas né, eu também me preocupava com elas, tava sempre ligando, monitorando uma tosse, uma gripe, então eu já ficava apreensiva né, mas eu tentava não transparecer, tentava realmente ficar tranquila pra que a colega ficasse tranquila também... **eu entendia que era uma questão de cuidado,**

entendia que era pra que o serviço funcionasse e cuidasse da pessoa, da mulher, da profissional, de mim, eu entendia dessa forma [...] (grifo nosso).

Observo que sua resposta apenas a coloca em último lugar, o que me faz pensar que, talvez, ao seu olhar, o seu próprio bem-estar não ocupou um lugar de prioridade para quem enxergava de fora e apenas visualizava o funcionamento integral do serviço.

No tocante às demais entrevistadas, destaco que quatro delas citaram a existência de momentos dedicados a cuidar da saúde mental, denominados “Cuidar de quem cuida”, que aconteciam de forma remota. Todavia, a entrevistada Júlia não o via como uma condição de cuidado, uma vez que ela ocupava a condição de psicóloga e a ela era entregue a responsabilidade de elaborar previamente e realizar a atividade de cuidado para toda a equipe, ou seja, o cuidado para consigo não estava presente.

Júlia: [...] a equipe de psicólogas lá do CRM, a gente tinha sempre que tá cuidando. Tinha um trabalho desenvolvido pelas psicólogas, semanalmente a gente fazia uma reunião pelo zoom com o CRM e a Secretaria da Mulher, pra que a gente trouxesse temas de ansiedade, medo, frustração, tristeza, sentimento de luto, perdas, a gente tinha sempre que tá criando assuntos pra trabalhar com essas mulheres. O CRM e a SPM tinha esse cuidado com essas mulheres funcionárias de lá, mas a gente enquanto psicóloga tinha que elaborar esse material pra trazer esse conteúdo, mas outra coisa não. A gente tinha que tá disponível pra quem precisasse, na hora que precisasse, meu telefone já tocou no plantão de madrugada e já acordou meu filho... não lembro de nenhum tipo de cuidado não.

A entrevista Margarida, durante sua resposta, pontuou a existência desses momentos de cuidado para com ela, que, segundo as suas palavras, foram “encontros especiais”. Ela destaca um encontro específico em que houve massagem terapêutica e meditação para liberar pontos de tensão. Contudo, queixou-se que o principal não conseguiu acessar: o atendimento psicológico.

Margarida: [...] Na verdade, eu nunca consegui acessar né e eu acho que é uma das faltas assim realmente pra mim, pras profissionais que atuam nisso porque eu me lembro que quando a gente entrou, diziam pra gente assim: “não, mas vocês vão precisar sim de atendimento psicológico e não sei o que” e eu não entendia, eu dizia: oxe, isso é falácia, que isso, não vou precisar disso não. E aí chegou um momento que eu realmente precisei, só que aí, no meu caso, eu não sei, fica a dúvida se foi por conta do serviço que eu exercia ou se foi pelas condições que me eram dadas no serviço. Então, a questão da insegurança, a questão do da forma como a equipe era conduzida também. Não sei se era isso que afetava o meu psicológico ou se era o trabalho ou se era uma junção de tudo.

Percebamos nesse momento que Margarida pontua uma fala muito utilizada dentro do serviço. Como forma de alerta a quem vai trabalhar no equipamento, são usadas narrativas como: “você já faz terapia? Se não, vai precisar fazer” ou “todo mundo que entra no serviço precisa fazer terapia para não adoecer”. Essas falas são ditas comumente; no entanto, muito embora seja uma máxima muito dita, a prática é distante.

No meu caso, por exemplo, no auge da pandemia, eu estava numa relação amorosa conturbada, que tinha tomado caminhos que eu não queria, mas que o isolamento havia “forçado”. Destaco mais uma vez as afirmações de Rodrigo Fracalossi de Moraes (2020), o qual apontou que o confinamento social causado pelo estado pandêmico pode gerar intensos níveis de estresse que podem comprometer a saúde mental das pessoas. Tais afirmações, talvez, possam apontar para alguma justificativa.

Possivelmente, ocupar um salário que pagasse um pouco mais que as minhas colegas de trabalho também tenha sido fator determinante para que eu tivesse tido a oportunidade de introduzir sessões de terapias online semanalmente, realizadas dentro do meu carro, no estacionamento interno do equipamento. Apesar das condições, elas foram fundamentais no meu processo de autoconhecimento e rompimento de uma relação “não tão mais amorosa assim”. Digo isso depois de ouvir a seguinte fala de Margarida:

[...] Então, tipo, pra mim, era uma das questões que mais me incomodava de fato, a questão do retorno financeiro que a gente tinha que era muito pouco, pouco mais de um salário mínimo, então, assim, a gente se dedicava, a gente era profissionais formados, qualificados, **fazia um trabalho de excelência, mas a gente não tinha esse retorno tanto na questão de... não éramos, como é que posso dizer, não éramos hã... não tínhamos retorno financeiro e não tínhamos retorno emocional, porque para a equipe que estava gerindo a gente, a gente não tava fazendo mais do que a nossa obrigação, apesar de que a gente não tinha retorno pelo trabalho que a gente exercia, assim, o que a gente recebia era muito pouco**. Então isso, querendo ou não, **pesava psicologicamente** e era uma das questões que pra equipe, era assim, a equipe não queria permanecer exercendo esse trabalho justamente porque você não vai querer ficar num local que você não tem como realizar seus sonhos, que você não se sente bem paga pelo que está fazendo, não que seja necessário um salário altíssimo, mas assim, pelo menos um salário digno, e a gente via em comparação com outros profissionais, muitas vezes assim, era melhor tá fazendo outra coisa que tinha uma carga emocional e psicológica menor, mas que exercia que tinha o mesmo salário (grifo nosso) [...].

Desse relato forte, eu quis destacar o que considere mais importante na análise que estou fazendo, mas não posso negar que toda a sua narrativa me impacta demais.

Nessa análise, eu identifiquei como o acesso à saúde mental está diretamente relacionado ao aspecto financeiro pessoal. Mais uma vez, observa-se o contraponto do caráter interseccional, haja vista que as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana (Collins; Bilge, 2021).

Como disse anteriormente, talvez minha condição financeira um pouco maior tenha me possibilitado esse acesso, mas enxergo isso como algo deprimente. Coloque-me no lugar da minha companheira de trabalho e vejo como, para ela, a carga emocional de ter trabalhado nesse equipamento trouxe pesos emocionais para sua vida, como ela mesma cita. A análise dessa narrativa me lembra hooks (2020), a qual destaca que apenas uma categoria de mulheres, privilegiadas, conseguem vislumbrar que o trabalho fora de casa realmente lhe proporcionará ganhos suficientes para serem superiores economicamente; porém, as mulheres da classe trabalhadora já percebiam que o salário que elas recebiam jamais iria libertá-las. Assim, embora haja ganhos, os avanços parecem não conseguir atingir igualmente a todas as mulheres.

Ainda na análise das narrativas de Margarida, uma frase me toca muito: “a gente não era bem tratada quanto as mulheres de fora da casa” e eu me pergunto: há sentido em acolher quem chega se dentro não há acolhimento? Reflito. Após essa forte frase, ela me pediu para repetir a pergunta, e assim eu fiz. Em complemento às respostas que ela já havia trazido, ela prosseguiu:

[...] Teve esse momento né de cuidar de quem cuida, mas assim, era bom, não vou mentir não, era bom. Pelo menos a gente mudava um pouquinho a mente, espaiencia um pouco, mas eu acho que **o principal a gente não tinha, que era uma profissional de psicologia pra cuidar de nós**. Com certeza não seria uma das meninas que estão atendendo, até porque não faz nenhum sentido, mas é eu acho que deveria ter assim por parte dos órgãos que... dos órgãos públicos que cuidam dessa questão, **direcionado um profissional de psicologia pra cuidar mesmo da equipe e há de ser uma coisa implantada na rotina**, não ser uma coisa assim esporádica não, uma coisa implantada na rotina porque é muito necessário, e aí voltando pra o ponto que eu falei, **não tem como a profissional por si só arcar com esse custo enquanto seu salário é baixo, então já que o salário é baixo, seria uma coisa que deveria ser implantada pela própria equipe pra poder fazer com que as profissionais dessem um trabalho melhor para as mulheres que fossem atendidas e também pra gente, porque assim, a questão psicológica é uma questão que afeta muito e que me afetou um pouco, eu chegava a sonhar trabalhando, então, era todas as noites sonhando com situações de violência doméstica, então quando eu procurei ajuda psicológica é... assim foi essencial pra mim, mas eu não tive também um retorno muito bom porque eu fui atendida foi pelo SUS, então não foi legal a minha experiência, a profissional também não entendia muito bem o que eu tava querendo buscar, então eu senti muita falta disso, muita falta mesmo**, mas assim, os poucos cuidados também que a gente

teve também foram bons assim pra gente enquanto equipe mesmo, pra gente criar vínculos umas com as outras que graças a deus eu tenho até hoje. Então são coisas que eu vou levar pro resto da minha vida, acho que foi isso (grifo nosso).

Nesse grande trecho, eu destaque algumas falas que, para mim, foram mais impactantes. Novamente pode se perceber como a saúde mental de quem trabalha com violência é, de certa forma, prejudicada — digo por ter lugar de fala, mas também com embasamento nas entrevistas que realizei para essa pesquisa. Assim como Margarida, eu também tive sonhos (ou melhor, pesadelos) com situações de violência. Sem minimizar o lugar e as experiências alheias, de fato, ocupar o cargo de coordenação me trazia responsabilidades maiores. Ao contrário de toda a equipe, eu não entrei no rodízio: eu trabalhei todos os dias da pandemia, exceto em duas ocasiões: quando minha mãe se infectou, em maio de 2020, e eu precisei cuidar dela, e quando estive com suspeita de estar infectada. Como, à época, os resultados dos testes demoravam a sair, fiquei trabalhando em regime de *home office* enquanto aguardava o resultado.

Tive sorte, pois, durante todo o meu período à frente da coordenação do equipamento, não me infectei. Mas tive muito medo do vírus. Além disso, apesar do avanço da vacinação, nós, que ocupávamos um lugar de serviço essencial, não ocupamos prioridade no esquema de vacinação; todavia, aos poucos, boa parte da equipe conseguiu se vacinar — algumas por terem vínculo em equipamentos ligados, de fato, à assistência social, outras por apresentarem comorbidade. No meu caso e no das assistentes jurídicas, só foi possível quando o critério da idade nos atingiu; no meu caso, eu só recebi a primeira dose da vacina quando não mais estava trabalhando no equipamento.

Sposati (2020) acredita que a pandemia da covid-19 ampliou os riscos sociais já existentes para significativa parte da população brasileira, cujas inequidades se agravaram. Destaca também que a precarização da vida de significativa parte da população brasileira pela ausência de políticas públicas presentes onde vivem, em quantidade e qualidade, e a ausência de condições dignas de trabalho e renda contribuíram para que fosse impedida de contar com a proteção à contaminação indicada pelas autoridades públicas.

Acredito que a morosidade e o descaso do chefe do poder executivo federal, que à época (des)governava o nosso país, contribuíram para que essa demora também repercutisse no espaço de trabalho, ora objeto desse estudo. Corrêa Filho e

Ribeiro (2021) atribuem a série de descasos praticados para com a população brasileira a um ato de genocídio, haja vista que a vacinação brasileira apenas foi iniciada em fevereiro de 2021, três meses depois do início da campanha vacinal na Europa e nos EUA, após prejuízos irreversíveis.

Trago aqui um destaque bem específico para as narrativas envolvidas em respostas relacionadas à figura da saúde mental, pois acredito que toda pesquisa acadêmica possui propósitos — e um dos propósitos que eu pretendo atingir ao enfatizar não só essas narrativas, mas também as minhas próprias, é falar sobre saúde mental, como acredito que tem estado em amplo destaque —, mas aqui, especificamente, eu tangencio a narrativa para a questão da vacinação. Inegavelmente, nessa fase da escrita, a minha narrativa se sobrepõe, pois, muito embora nenhuma das entrevistadas tenha pontuado esse fator, os questionamentos sobre “quando vai chegar a nossa vez?” eram quase diários e me angustiavam, porque eu não tinha resposta; eu não entendia o porquê de não termos uma prioridade.

Eu até busquei saídas; recorro-me de ter recebido de uma das minhas superiores hierárquicas uma justificativa para que pudéssemos ter prioridade na vacinação municipal, então justifiquei tentando caracterizar o centro de referência enquanto serviço assistencial, destacando sua essencialidade e, sobretudo, o aumento nos números de atendimento. De algum modo, buscamos encontrar uma saída, mas, infelizmente, não foi possível. Ressalto que na fala de todas as entrevistadas, sejam aquelas que falaram abertamente sobre a sua saúde mental ou não, pude perceber a existência consensual sobre a essencialidade do serviço. Margarida até disse o seguinte:

[...] eu particularmente não conseguia aceitar de boa que eu estava me expondo num momento em que todo mundo estava recluso em casa ... só depois que eu fui conseguindo entender realmente que aquele serviço não tinha como deixar de existir e que fazia parte da minha missão naquele momento participar daquele serviço [...].

Vejamos que condições de trabalho dignas, seja para atender ao clamor de uma equipe, a questões pontuais que emergem, ao reconhecimento, à escuta, devem ser priorizadas sempre, sobretudo em espaços de trabalho em que se prega sobre feminismo, sororidade e acolhimento. São erros, talvez, passíveis de correção para as que virão depois — e esse é um dos motivos pelo qual escrevo e incluo minhas narrativas nessa escrita.

3.2.5 Ouvir e escutar como sinônimos de esperança

A pergunta final da entrevista utilizada trazia uma situação hipotética pela qual não queremos jamais vir a passar novamente — mas, como diz o ditado popular, tudo deixa um ensinamento. Assim, acreditei ser importante questioná-las sobre o que sugeririam que fosse feito de diferente caso uma situação pandêmica acontecesse novamente. Entre as respostas, explicitamente encontrei a categoria do verbo ouvir em dois relatos:

Elvira: [...] a gente precisaria sentar e ouvir todas, né. Porque... diante de uma dinâmica obviamente nesses processos hierárquicos a gente precisa, existe quem conduz realmente, quem está na frente ali na liderança, mas nesse segundo momento eu acho que eu podendo estar lá ia sinalizar pra essa gestão que a gente se ouvisse, todo mundo né, antes de qualquer coisa pra gente pensar na melhor estratégia [...].

Laudelina: [...] acho que ouvir mais, né... perceber já que a gente passou por essa outra então vai ficar algum aprendizado porque eu particularmente nunca tinha vivido uma pandemia [...].

Todavia, observo que, nas demais respostas, o verbo ouvir aparece nas entrelinhas. Vejamos o que diz Júlia:

Júlia: [...] eu sugeriria que a gente entendesse que não cabe a nós tomar decisão pelas mulheres. Muitas vezes era esperado que as mulheres denunciasses, registrasse o boletim de ocorrência, solicitasse a prisão, o processo todo até que ele fosse preso, sem que elas quisessem, né e isso não depende da gente. A gente tem um papel, como eu já descrevi, de orientar, de alertar, de fazer com que a mulher se perceba dessa relação, mas a gente não pode fazer por ela e eu entendo que esse era, é importante que a gente dê autonomia sobre a própria vida, muitas vezes essas mulheres são conduzidas pelo marido, elas têm uma personalidade dependente, então você substitui o marido dela dizendo o que ela tem que fazer e isso não é bom... Eu entendo que ela tem que tá consciente do processo, tem que querer, tem que decidir, porque senão ela vai trocar a **transferência**, ela vai ficar totalmente dependente do CRM pra tudo que ela precisar, ela não vai saber decidir nada [...] (grifo nosso).

Sobre a categoria do ouvir, remeto-me, mais uma vez, à obra *Esperança Feminista*, de Debora Diniz e Ivone Gebara (2022), e as reflexões geradas pela análise do referido verbo. Para as autoras, o verbo é uma alegoria de como deve se posicionar o corpo que se prepara para a transformação feminista.

Ouvir pode ser passivo, irrefletido até, pois é possível fingir que ouve; o corpo que ouve pode se manter intacto, inacessível (Diniz; Gebara, 2022). Assim, para as autoras, é preciso muito ouvir para aprender a escutar:

Não se nasce sabendo escutar o feminismo, e a formação necessária para se fazer escutadeira feminista não são os títulos acadêmicos, mas a política feminista. [...] Ouvir pode ser resultado disso que se chamam sentidos, e algumas de nós podem tê-los mais aguçados que outras, outras sequer podem tê-los. Mas uma boa ouvinte pode ser uma miserável escutadeira, e uma ouvinte treinada nos títulos acadêmicos pode manter os portões dos sentidos para a escuta fechados de si mesma. O feminismo precisa de escutadeiras, essas personagens capazes de escancarar dez vezes os sentidos para abrir os portões da pedagogia feminista (Diniz; Gebara, 2022, p. 23).

Margarida, por sua vez, fala sobre a necessidade de haver escuta e troca na relação profissional, onde práticas feministas sejam presentes entre as que são responsáveis pelo acolhimento, mas também no sentido hierárquico:

Margarida: [...] que ter um olhar mais delicado para as profissionais em criar um ambiente, de fato, de relações interpessoais bem agradável com o profissionalismo, claro, porque não estamos como amigas lá, somos colegas de trabalho, mas que a gente pode sim fazer com que esse ambiente de trabalho seja um pouco mais leve e que realmente traga de fato as palavras que são tão ditas naquele tão ditas naquele ambiente. Quem trabalha sabe, “ah, acho que eu queria ficaraqui, aqui tem sororidade, aquela mulher...”, são coisas do universo assim feminista que são ditas lá e que eu acho que deveriam ser colocadas em prática com a equipe, não só com as mulheres que a gente atende [...].

A narrativa de Margarida me lembra Margarete Rago (2004) quando fala sobre as “coronelas”, alertando que, mesmo se tratando, em muitos casos, de serviços específicos, estes podem ser reprodutores das mesmas desigualdades que se propõem a combater. Observemos, então, um trecho de sua obra, em paradoxo com a reprodução de condutas patriarcais:

Sem entrar nas questões que afetam suas concepções políticas, em nosso caso a modernização conservadora promovida desde a década de 1970 no país favoreceu também a emergência de mulheres que, à semelhança de muitos homens, se tornam “coronelas” — palavra que ainda não consta de nossos dicionários, pois o fenômeno é recente —, em suas instituições, casas, escolas, escritórios, universidades e organizações não-governamentais (ONGs) de uma maneira profundamente nociva, pois reproduzem as relações de poder, especialmente com as próprias mulheres, que o feminismo veio combater (Rago, 2004, p. 36).

Na resposta de Ismene, notamos a semelhança na resposta que Margarida já havia apresentado quanto à importância do atendimento psicológico individualizado:

[...] eu acredito que... dá ênfase no atendimento psicológico individualizado pra cada profissional seria algo muito positivo realmente de você entender o que cada pessoa tá passando pra você conhecer sua equipe e a partir disso conseguir entender quais são as dificuldades, é... as necessidades, porque só conhecendo essas pessoas que tão cuidando de outras pessoas é que você consegue traçar realmente alguns objetivos que vai acrescentar

inclusive no trabalho, então eu acho que esse atendimento especializado também com as profissionais né principalmente em relação a questão psicológica é.. muito importante se case a gente vier a sofrer outro período pandêmico [...].

Melo *et al.* (2020, p. 17-18), por meio de uma cartilha elaborada e divulgada pela Fiocruz, com o objetivo de oferecer subsídio aos profissionais da rede de proteção e cuidado às pessoas em situação de violência, bem como aos gestores e a todos os envolvidos nas respostas à covid-19, apresentam a seguinte declaração:

O trabalho de cuidar é central para a prevenção de doenças e assistência às pessoas. Os trabalhadores de saúde, em sua maioria VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR mulheres, também podem passar por situações de violência tanto em casa quanto nos serviços. Além disso, devido ao significativo aumento da demanda de atendimento podem ocorrer situações de estresse e de grande pressão. A superposição da carga de trabalho profissional às obrigações familiares, além do constante estado de alerta devido à ameaça de infecção durante a pandemia, pode levar ao rápido esgotamento mental e físico.

O alerta foi destinado aos que atuaram em políticas públicas de prevenção das violências, uma vez que estes podem ser os únicos a ter contato com as pessoas vulneráveis durante a pandemia. Por isso, alertava-se para a importância de se estar atento às diferentes expressões da violência e as estratégias de cuidado disponíveis durante as possíveis fases da pandemia, a fim de possibilitar o acolhimento e a escuta, viabilizando a ajuda e formando uma rede de apoio também para si.

Por fim, acredito que o sentido do falar se compactua com ouvir e escutar. Por isso, em complementação às narrativas das entrevistas e à citação anteriormente mencionada, trago a essencialidade da implementação do atendimento psicológico individualizado, como sugerido por entrevistadas. Compactuo com a ideia de que o espaço de fala caminha com a escuta diária a qual exercer o acolhimento como labor nos exige. À medida que os relatos acontecem — e, por vezes, se repetem —, gatilhos emocionais disparam, os quais, não sendo tratados, viram sobrecargas mentais que adoecem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: e de nós, quem cuida?

A exposição à violência de gênero afeta a saúde das mulheres de diversas formas, resultando, em muitos casos, em agravamentos dos quadros de saúde física e consequências psicossociais, a exemplo de afastamentos do trabalho (Miranda; Paula; Bordin, 2010) relacionados a transtornos mentais, como depressão (Oliveira; Jorge, 2007). Há, também, problemas relacionados às condições socioeconômicas, de escolaridade, emprego e moradia, os quais também afetam a vida e o bem-estar social das mulheres, causando, a longo prazo, prejuízos graves para a saúde mental (Oliveira; Jorge, 2007; Pedrosa; Zanello, 2017).

Nesse sentido, verifica-se também uma invisibilização dos efeitos da violência na vida das mulheres que estão do outro lado da história, tais como as mulheres sujeitas principais dessa entrevista, que ocupam o lugar de quem tem como ofício o acolhimento de mulheres que estão vivenciando situações de violência. Para Nascimento (2022), as dinâmicas em que a violência acontece atravessam a vida das mulheres de diversas maneiras. No tocante aos profissionais que estão inseridos nesse contexto, a autora destaca que:

[...] os profissionais buscam criar estratégias de cuidado e acompanhamento a longo prazo junto a elas, de forma que antes de qualquer decisão a ser tomada, seja esta, o ato da denúncia ou mesmo o afastamento do seu (sua) agressor (a), estas mulheres possam estar seguras e protegidas para tomar as suas escolhas. Os profissionais acreditam que cada acompanhamento é único, por entender as particularidades e subjetividades de cada mulher que chega até o atendimento (Nascimento, 2022, p. 95).

O esgotamento psíquico e a sobrecarga nas dinâmicas do dia a dia são fatores presentes de sofrimento na vida das mulheres, sobretudo para as vítimas de violência. Por isso, “reler a saúde mental sob o viés de gênero leva a outras reflexões e a compreensão do quanto a loucura pode ser engendrada” (Zanello; Silva, 2012, p. 3).

Contribuindo nesse mesmo sentido, Correia *et al.* (2018) acreditam que é preciso o fortalecimento das políticas públicas e de mecanismos que sejam capazes de assegurar a proteção das mulheres, pois a violência doméstica e conjugal afeta diretamente o comportamento e a vida das mulheres, desencadeando diversos episódios de ansiedade e quadros depressivos. Em decorrência de adoecimentos psíquicos das vítimas usuárias dos serviços de enfrentamento à violência, como no caso do CRM, a frequência com a qual as vítimas trazem relatos de depressão, ansiedade, transtorno e tentativas de suicídio nos coloca em situações de atribuições

de responsabilidades para as quais nem sempre conseguimos proporcionar meios resolutivos eficientes. Isso acontece, por vezes, pela falta de meios necessários, mas também pela ausência de interesse das vítimas.

No tocante, especificamente, ao papel das sujeitas que apresentaram suas respostas aos questionamentos levantados, acredito que esta pesquisa pode se tornar semente de esperança para quem atua na linha de frente invisível do enfrentamento à violência contra a mulher. Destaco que é uma função invisível a ponto de se ter dificuldade de encontrar pesquisas científicas direcionadas ao objeto de estudo, razão pela qual acredito no pioneirismo desta pesquisa como ferramenta de esperança.

Ainda sobre este verbo, gostaria de que ele fosse visto e compreendido no sentido de “esperançar”, proveniente da construção da perspectiva feminista trazida por Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), ou seja, uma perspectiva de verdadeira construção coletiva, que não limita, nem separa, mas que nos compreende na pluralidade e na diversidade que somos.

Ademais, considero que devemos praticar atos na perspectiva do olhar da sororidade, que os movimentos feministas costumam atribuir aos olhares e atitudes fraternos compartilhados entre as mulheres, mas que, sobretudo, essa perspectiva caminhe com a prática, ciente de que se trata de um exercício de construção diária difícil, mas possível. Para isso, é preciso lembrar sempre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos — assim, no plural mesmo, para partir do olhar coletivo.

Como diz hooks, (2020, p. 33), “a sororidade ainda é poderosa”. A autora acredita que, para a existência de uma plena revolução feminista, é necessário haver solidariedade política entre as mulheres, o que demanda um processo de conscientização importante, principalmente para as mulheres que ocupam lugares de privilégio de classe e raça. Ela acredita que uma educação feminista para uma consciência crítica deve ser um trabalho contínuo e destaca que “enquanto mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo” (hooks, 2020, p. 36).

Desse modo, compactuo com os ideais da autora de que, para que práticas reais de sororidade se efetivem, é preciso, de fato, continuar respeitando e compreendendo os aspectos que permeiam os fatores de raça, gênero e classe. Além disso, não se pode esquecer das considerações da autora sobre o academicismo enquanto ferramenta que atrapalha o processo organizacional da base feminista, de

modo que o acesso às práticas e pensamentos feministas devem ser democráticos e democratizados (hooks, 2020).

Por intermédio da leitura flutuante realizada nas transcrições das entrevistas obtidas, alguns alertas se acenderam; por eles, consegui definir cinco categorias analíticas: 1) Sobre(vivências) do acolhimento, quando os caracteres técnicos e sociais se (con)fundem; 2) A experiência profissional como virada de chave em suas vidas pessoais; 3) O agravamento da responsabilidade profissional, a pandemia e seu o caráter transformador; 4) O quesito alteração comportamental e o cuidado e 5) Ouvir e escutar como sinônimos de esperança.

Em cada análise, acredito que tornei possível a compreensão de como as mulheres que acolhem mulheres vítimas de violência se sentem. Quanto ao ponto em que analisei os caracteres técnicos e sociais, por meio das vivências, foi possível perceber como cada entrevistada compreende sua função e como os normativos oficiais as definem, mas também pude identificar as angústias que a atuação nessa linha de frente as coloca, muitas vezes dentro de um lugar de limitação.

Com relação à experiência profissional como “virada de chave”, apesar de as compreensões de feminismo, sororidade e acolhimento serem vivenciadas cotidianamente, acredito que para senti-la é preciso se sentir parte do todo. Na análise da responsabilidade profissional diante da pandemia, o aspecto transformador esteve em destaque nas falas. De fato, acredito que, uma vez atuante no enfrentamento, o olhar se transforma, isto é, nunca mais se é a mesma. Quanto ao quesito da alteração comportamental e do cuidado, é perceptível como a compreensão do cuidado pode apresentar diversas interpretações; porém, sem dúvidas, o cuidado precisa e deve estar presente sempre, sobretudo no movimento intramuros, de quem está por trás, mas também fica à frente.

A análise final trouxe a forte presença do ouvir e escutar como sinônimos de esperança. Mais uma vez, trago Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), que brilhantemente descrevem que não se nasce sabendo escutar o feminismo e que isso não depende de títulos acadêmicos ou dos espaços de poder ocupados para se concretizar, mas sim da verdadeira política feminista, que escuta, acolhe e não julga, por meio do compromisso que se deve praticar consigo e, naturalmente, reproduzido com meus pares.

Por fim, concluo a presente pesquisa na esperança de que os relatos, as narrativas de si, os dados e estudos aqui analisados consigam despertar para a

ocorrência de problemas silenciosos existentes nas políticas públicas já estruturadas e que clamam pelo olhar humanizador de práticas verdadeiramente feministas, que possam somar, contribuir e impedir reproduções de condutas que seguem padrões patriarcais que insistem em permear a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACOLHER. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acolher/>. Acesso em: 8 set. 2023.

ALMEIDA, Suely Souza de. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público-privado. São Paulo: Reivinter, 1998.

ALMERON, Loi. Domestic violence cases escalating quicker in time of covid-19. **Mission Local**, [s. l.], 27 mar. 2020. Disponível em <https://missionlocal.org/2020/03/for-victims-of-domestic-violence-sheltering-in-place-can-mean-more-abuse/>. Acesso em: 6 set. 2023.

AMORIM, Elba Ravane Alves. **Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco**: sob a ótica das mulheres pós-abrigadas. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) — Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15003>. Acesso em: 6 set. 2023.

AMORIM, Elba Ravane Alves. Feminismo em Caruaru: reflexão sobre administração pública e movimentos feministas de 2009 a 2016. *In*: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES, 12., 2016, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18485>. Acesso em: 6 set. 2023.

APROVADA a ampliação da lista de beneficiários do auxílio de R\$ 600; confira. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/655975-aprovada-a-ampliacao-da-lista-de-beneficiarios-do-auxilio-de-r-600-confira>. Acesso em: 7 set. 2023.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, n. 103, p. 576-590, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 set. 2023.

AZEVEDO, Antônio Marcos de. Secretaria de Políticas para Mulheres de Caruaru garante acolhimento para vítimas de violência. **CBN Caruaru**, Caruaru, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cbncaruaru.com/artigo/secretaria-de-politicas-para-mulheres-de-caruaru-garante-acolhimento-para-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 7 set. 2023.

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra; LI, Leticia Povala; BORDON, Lucely Ginani. Violência contra mulheres e a pandemia do covid-19: insuficiência de dados oficiais e de respostas do estado brasileiro. **Direito Público**, v. 17, n. 94, 2020. Dossiê Especial Covid-19, volume I. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4409>. Acesso em: 6 set. 2023.

BALCÃO da Mulher atende por telefone durante pandemia do novo coronavírus. **Prefeitura Municipal de Caruaru**, Caruaru, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/balcao-da-mulher-atende-por-telefone-durante-pandemia-do-novo-coronavirus/>. Acesso em: 10 set. 2023.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, DF: CEPAL; SPM, 2005. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

BANDEIRA, Lourdes M.; MELO, Hildete Pereira de. A estratégia da transversalidade de gênero: uma década de experiência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (2003/2010). *In*: MINELLA, L.S., ASSIS, G. de O.; FUNCK, S.B. (org.). **Políticas e fronteiras**: Desafios Feministas. Tubarão/SC: Copiart, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARSTED, Leila Linhares. O avanço legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. *In*: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene. **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília, DF: AGENDE, 2006, p. 65-89.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 31, p. 97-126, 2015. Número especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Y8HLKnQRjQs8ZpdHjQY4fqH/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BETTGER, Janet Prvu et al. COVID-19: maintaining essential rehabilitation services across the care continuum. **BMJ Global Health**, [s. l.], v. 5, n. 5, p. e002670, 2020. Disponível em: <https://gh.bmj.com/content/5/5/e002670>. Acesso em: 10 set. 2023.

BEZERRA, Tereza Cristina Esmeraldo. Mulheres e Políticas Públicas: uma análise sob a ótica das lutas pela construção da cidadania. **O público e o privado**, v. 4, n. 8, p. 149-161, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2407>. Acesso em: 6 set. 2023.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgms9k>. Acesso em: 7 set. 2023.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar. 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006^a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS**: material de apoio. Brasília, DF: MS, 2006c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas públicas para as Mulheres. **Entenda a Lei Maria da Penha**. Brasília, DF: SPM; Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/LMP_pt.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011a. (Coleção Enfrentamento à Violência contra as Mulheres). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/crams.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011b. (Coleção Enfrentamento à Violência contra as Mulheres). Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 7 set. 2023.

BRITO, B. R. P. Casa Abrigo: Uma questão de saúde pública. *In*: RUFINO, Alzira (org.). **Violência contra a Mulher**: um novo olhar. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2002, p. 133-134.

BRUNINI, Barbara Cossetin Costa Beber *et al*. Diálogos sobre uma psicologia feminista: a sororidade no com(bate) à violência contra a mulher. **Educere**: Revista da Educação da UNIPAR, Umuarama, v. 21, n. 1, p. 127-152, 2021. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/educere/article/view/8047>. Acesso em: 7 set. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias de sujeição. Tradução de Rogério Bettonni. Belo Horizonte: Autêntica (Filô), 2020.

CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia de. Políticas públicas estratégicas na proteção às mulheres. *In*: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional**: Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA, Cristina Kolgeski. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 369-397, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 set. 2023.

CARUARU. **Lei nº 4.927, de 5 de abril de 2010**. Denomina Centro de Referência Mulher e dá outras providências. Caruaru: Prefeitura Municipal, 2010. Disponível em: https://sapl.caruaru.pe.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2010/4906/lei_4.927_d_e_abril_de_2010_-_centro_de_referencia_da_mulher_maria_bonita.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

CARUARU. **Lei nº 5.843, de 17 de março de 2017**. Dispõe sobre a reestruturação das unidades da Administração Direta e Indireta, cria e extingue cargos e dá outras providências. Caruaru: Prefeitura Municipal, 2017. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/lei-no-5-843-de-17-de-marco-de-2017/>. Acesso em: 6 set. 2023.

CARUARU. **Lei nº 6.791, de 30 de dezembro de 2021**. Institui o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e dá outras providências. Caruaru: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/wp->

content/uploads/2022/01/LEI-6791-PROJETO9205-Plano-de-Enfrentamento-a-Violencia-contra-as-mulheres-no-Municipio-deCaruaru.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

CARUARU. **Lei nº 7.004, de 16 de maio de 2023**. Dispõe sobre red denominação do Centro de Referência da Mulher de Caruaru-PE e dá outras providências. Caruaru: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: https://sapl.caruaru.pe.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/9313/lei_7004_-_projeto_de_lei_9577_-_crm_maria_neuma.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 2, n. 2, p. 192-206, jun./dez. 2017. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/194>. Acesso em: 7 set. 2023.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. (Estudos sobre Seguro, n. 32). Disponível em: https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1_2.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **TIC Domicílios 2019: Principais Resultados**. Brasília, DF: Cetic, 26 maio 2020. 31 slides, color. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

CHEFE da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus. **Notícias Nações Unidas Brasil**, Brasília, DF, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85450-chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica-em-meio-%C3%A0-pandemia-do-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 8 set. 2023.

COÊLHO, Denilson Bandeira; COSTA, Maria Luiza Walter. Difusão dos Organismos de Políticas para Mulheres nos governos municipais: Análise dos determinantes da política (1998-2014). **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5820>. Acesso em: 7 set. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. **Gov.br**, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 21 maio 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho>. Acesso em: 7 set. 2023.

CORDEIRO, Natália. Ação governamental e direitos das mulheres: abrigo para mulheres ameaçadas de morte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 23, p. 259-294, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000200259&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 set. 2023.

CORRÊA FILHO, Heleno Rodrigues; RIBEIRO, Alane Andrelino. Vacinas contra a covid-19: a doença e as vacinas como armas na opressão colonial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 128, p. 5-18, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042021000100005&tlng=pt. Acesso em: 7 set. 2023.

CORREIA, Cíntia Mesquita *et al.* Sinais de risco para o suicídio em mulheres com história de violência doméstica. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 219-225, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-69762018000400005. Acesso em: 10 set. 2023.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso em: 7 set. 2023.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. **Violência doméstica contra mulheres**: Centro de Referência da mulher - Araraquara. 2008. 193 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106298>. Acesso em: 10 set. 2023.

CORTES, Laura Ferreira *et al.* Desafios na proteção às mulheres em situação de violência no contexto de pandemia da covid-19. **Ciência, Cuidado E Saúde**, Maringá, v. 19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/54847>. Acesso em: 7 set. 2023.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Declaração da CIDH 1/20**: Covid-19 e direitos humanos: os problemas e desafios devem ser abordados a partir de uma perspectiva de direitos humanos e com respeito às obrigações internacionais. San José: CIDH, 2020. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/alerta/comunicado/Declaracao_1_20_PORT.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

COSTA, Albertina de Oliveira. Baseado e pau-de-arara: memórias do feminismo nos trópicos. São Paulo, 1970. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11, 1987, Águas de São Pedro. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 1987.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: SEMINÁRIO DE APROFUNDAMENTO DO TRABALHO COM GÊNERO NO PRÓ-GAVIÃO, 2000, Vitória da Conquista. Textos de Apoio I [...]. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), 2000, p. 35-45. Disponível em: <http://neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>. Acesso em: 7 set. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis,

v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 set. 2023.

DAGORT, A. L. Experiência de Porto Alegre: Casa de Apoio Viva Maria. *In*: RUFINO, Alzira (org.). **Violência contra a Mulher**: um novo olhar. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2002, p. 135-137.

DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. Atendimento de emergência às vítimas de acidentes e violências no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, DC, v. 24, n. 6, p. 430-440, dez. 2008. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/9898>. Acesso em: 10 set. 2023.

DENÚNCIAS registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020. **Gov.br**, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Brasília, DF, 1 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>. Acesso em: 6 set. 2023.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUARTE, Constância Lima. Canção para ninar menino grande: o homem na berlinda da Escrivivência. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 134-150.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas na esfera local de governo. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 14, p. 65-104, jan./abr. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92301999000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 set. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 7 set. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Virgínia. A globalização das Políticas de Igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. **Ex aequo**, Lisboa, n. 2-3, p. 13-42, 2000. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/a-globalizacao-das-politicas-de-igualdade-entre-os-sexos>. Acesso em: 7 set. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Protagonismo dos OPM na execução das políticas para mulheres: encontros regionais**. [Brasília, DF]: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios/publicacoes-documentacoes/protagonismo/textos-para-discussao.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de covid-19**. São Paulo: FBSP, 2020^a. (Nota Técnica, 16 de abril de 2020). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de covid-19**. 2. Ed. São Paulo: FBSP, 2020b. (Nota Técnica, 29 de maio de 2020). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de covid-19**. 3. Ed. São Paulo: FBSP, 2020c. (Nota Técnica, 24 de julho de 2020). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

FRANCK, Thomas M. Are Human Rights Universal? **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v. 80, n. 1, jan./fev. 2001. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/afghanistan/2001-01-01/are-human-rights-universal>. Acesso em: 7 set. 2023.

GALVÃO, Ianne Raíssa de Sousa. **Violência doméstica e familiar contra as mulheres: perspectivas a partir da análise dos discursos das vítimas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) — Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47813>. Acesso em: 7 set. 2023.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 991-1008, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1032>. Acesso em 14 ago. 2023.

GARCIA, Ivete. Gênero e políticas públicas municipais. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 173-189. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/mulher-e-politica-genero-e-feminismo-no-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 7 set. 2023.

GARUZI, Miriane *et al.* Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, DC, v. 35, n. 2,

p. 144-149, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v35n2/a09v35n2.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia.** [S.l.]: G&N; SOF, 2020. Disponível em: https://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

GEBREWAHD, Gebremeskel Tukue; GEBREMESKEL, Gebreamlak Gebremedhn; TADESSE, Degenah Bahrey. Intimate partner violence against reproductive age women during covid-19 pandemic in northern Ethiopia 2020: a community-based cross-sectional study. **Reproductive health**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 152, 2020. Disponível em <https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-020-01002-w>. Acesso em: 7 set. 2023.

GIBBS, Andrew *et al.* Prevalence and factors associated with recent intimate partner violence and relationships between disability and depression in post-partum women in one clinic in eThekweni Municipality, South Africa. **PloS one**, [s. l.], v. 12, n. 7, p. e0181236, 2017. Disponível em: <https://dx.plos.org/10.1371/journal.pone.0181236>. Acesso em: 7 set. 2023.

GILLIGAN, Carol. **Joining the Resistance**. Hoboken: Wiley and Sons, 2011.

GILLIGAN, Carol. **Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas: as desigualdades no acesso e utilização dos serviços de saúde no Estado da Bahia, PNAD – 2008. *In*: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (org.). **Saúde da população negra**. 2. Ed. Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. (Coleção negras e negros: pesquisas e debates). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 8 set. 2023.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/13805>. Acesso em: 7 set. 2023.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 211-221, dez. 2004. Edição Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rrbSFGPBqPmy9nwR4WGtmYr/?lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2023.

HARAWAY, Donna Jeanne. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: KUNZRU, Hari.; HARAWAY, Donna Jeanne; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em: 10 set. 2023.

HART, Barbara J. **Children of Domestic Violence: Risks and Remedies**. [S. l.]: [s. n.], 1992. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=8919c374487eb68b276076afa3f14d691d211541>. Acesso em: 10 set. 2023.

HOOKS, bell. Luta de classes feministas. In: HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 2020. P. 65-74.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): 1º trimestre 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 8 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Nota Técnica, n. 38).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise – BPS, n. 22**. Brasília, DF: Ipea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4119>. Acesso em: 7 set. 2023.

JANUÁRIO, Soraya Barreto; MARCHESIN, Déborah d'Assumpção Torres. Mulheres em confinamento: reflexões acerca das assimetrias de gênero ante a pandemia de covid-19. In: SANTIAGO, Maria Betânia do Nascimento; BARROS, Ana Maria de. **Direitos humanos em tempos de pandemia de coronavírus**. São Paulo: Cortez, 2020, p. 85-102.

JOSSO, Marie-Christine. Da formação do sujeito... ao sujeito da formação. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Tradução de Maria Nóvoa. Lisboa: Pentaedro; Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988, p. 35-50 (Cadernos de Formação).

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 30, n. 3, p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741>. Acesso em: 8 set. 2023.

LAIA, Maria Aparecida de. **Conselho Estadual da Condição Feminina**: Sua história, suas lutas, seu futuro. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 2003.

LANDERDAHL, Maria Celeste *et al.* "Aqui a conversa é profissional, [...] Eu sou a pintora!": resistência no canteiro de obra. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, p. 31-38, 2015. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/MRn7Hvck4QYrd4wgY4Qx39s/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 8 set. 2023.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**: poemas de luta e amor. São Paulo: Planeta, 2017.

LEMO, Ana Heloísa Da Costa; BARBOSA, Alane De Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902020000600388&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2023.

LEONEL, Filipe. Covid-19: Estudo avalia condições de trabalho na Saúde. **Agência Focruz de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://agencia.focruz.br/covid-19-estudo-avalia-condicoes-de-trabalho-na-saude>. Acesso em: 8 set. 2023.

LIVEROVISKI, Lara. Estão matando essa(s) moça(s) todos os dias: Ângela Diniz e o Praia dos Ossos. **Valkírias**, [s. l.], 20 mar. 2023. Disponível em: <https://valkirias.com.br/estao-matando-essas-mocas-todos-dias-angela-diniz-e-o-praia-dos-ossos/>. Acesso em: 8 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. O potencial político da teoria queer. **Cult**, São Paulo, n. 193, p. 36-37, 2014. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-potencial-politico-da-teoria-queer/>. Acesso em: 10 set. 2023.

LUDUVICE, Paola; LORDELLO, Silvia Renata; ZANELLO, Valeska Maria. Revogação das medidas protetivas: Análise dos fatores e motivações presentes na solicitação da mulher. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2023. *Ahead of print*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/67306>. Acesso em: 8 set. 2023.

MALAYER-FONSECA, Luisa Fernanda; SERRANO-CÁRDENAS, Lizeth Fernanda; CASTRO-SILVA, Hugo Fernando. A pandemia de covid-19 e o papel das mulheres na economia do cuidado na América Latina: uma revisão sistemática da literatura. **Estudios Gerenciales**, v. 37, n. 158, p. 153-163, mar. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-59232021000100153&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 8 set. 2023.

MARCHESIN, Déborah d'Assumpção Torres. **Além do olhar: narrativas de experiências de mulheres sobre constelação familiar analisadas a partir de teorias feministas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) — Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

MARQUES, Emanuele Souza *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. e00074420, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?lang=pt> Acesso em: 8 set. 2023.

MANZINI, Eduardo J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26-27, p. 149-158, 1990/1991.

MAZZI, Carolina. Violência doméstica dispara na quarentena: como reconhecer, proteger e denunciar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1. maio 2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus-servico/violencia-domestica-dispara-na-quarentena-como-reconhecer-protoger-denunciar-24405355>. Acesso em: 8 set. 2023.

MEDEIROS, Luciene. Deam: uma invenção do movimento de mulheres e feministas no contexto da redemocratização Brasileira. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO*, 15., São Gonçalo. **Anais [...]**. São Gonçalo: ANPUH-Rio, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338414256_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.2012.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

MEHRA, Rekha; ESIM, Simel; SIMS, Marjorie. **Fulfilling the Beijing commitment: Reducing poverty, enhancing women's economic options**. [S. l.]: International Center for Research on Women, 2000. Disponível em: <https://search.issuelab.org/resource/fulfilling-the-beijing-commitment-reducing-poverty-enhancing-women-s-economic-options.html>. Acesso em: 8 set. 2023.

MELO, Bernardo Dolabella *et al.* (org.). **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: violência doméstica e familiar na COVID-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

MENDONÇA, Marcela Franklin Salvador de; LUDERMIR, Ana Bernarda. Intimate partner violence and incidence of common mental disorder. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102017000100227&lng=en&tlng=en. Acesso em: 10 set. 2023.

MIRANDA, Milma Pires de Melo; PAULA, Cristiane Silvestre de; BORDIN, Isabel Altenfelder. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, DC, v. 27, n. 4, p. 300-308, 2010. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/9694>. Acesso em: 8 set. 2023.

MOHAN, Megha. Coronavirus: I'm in lockdown with my abuser. **BBC News**, [s. l.], 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-52063755>. Acesso em: 8 set. 2023.

MONTEIRO, Paula; SORJ, Bila. SOS Mulher e a luta contra a violência. *In*: CARDOSO, Ruth *et al.* (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, vol. 4: Sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo, movimento de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 51., 2003, Santiago. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia**: garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 27). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9836>. Acesso em: 8 set. 2023.

MOREIRA, Laís de Araújo. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re)democratização brasileiro. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/25010>. Acesso em: 8 set. 2023.

MORGADO, Rosana. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. *In*: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Pontes (org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2009.

MULHERES dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>. Acesso em: 8 set. 2023.

NARVAZ, Martha Guidice. **A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica**: onde os discursos fazem(se) política. Tese (Doutorado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18884>. Acesso em: 8 set. 2023.

NASCIMENTO, Denise Paula do. **A Atuação de atendimento de Centros de Referência para a Mulher no Município do Rio de Janeiro e um olhar sobre a saúde mental**. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55300>. Acesso em: 8 set. 2023.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 10 set. 2023.

NODDINGS, Nel. **O cuidado: uma abordagem feminina à ética e à educação moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

NOVO Centro de Referência da Mulher foi inaugurado em Caruaru. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2023/05/novo-centro-de-referencia-da-mulher-foi-inaugurado-em-caruaru.html>. Acesso em: 6 set. 2023.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, ago, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/4MBhqfxYMPpPPkqQN9jd5hB/>. Acesso em: 8 set. 2023.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré; JORGE, Maria Salete Bessa. Violência contra a mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 8, n. 2, 2007.

OLIVEIRA, Joana Lima d'Arc de; PARISI, Cristina. Os fatores que influenciam a permanência da mulher vítima de violência doméstica na relação conjugal. **Caderno de Ciências Biológicas e da Saúde**, Boa Vista, n. 4, 2014.

OLIVEIRA, Karinnny Lima de *et al.* Pode ser poética a política pública de enfrentamento à violência de gênero? **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 9, n. 22, p. 22-44, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1038>. Acesso em: 7 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2013. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85239/?sequence=1>. Acesso em: 8 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **La pandemia del covid-19 profundiza la crisis de los cuidados en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45335-la-pandemia-covid-19-profundiza-la-crisis-cuidados-america-latina-caribe>. Acesso em: 7 set. 2023.

PASINATO, Wania; YAMAMOTO, Aline; FERRACINI, Maria Carolina (coord.). **Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da covid-19**. Brasília, DF: ONU Mulheres, 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil. Acesso em: 8 set. 2023.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407-428, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/5sWmchMftYHrmcgt674yc7Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2023.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n. 9, p. 77-88, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/yFy8wpxqr9KJGqvcyK6JXCm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2023.

PIRES, Breiller. Ciência brasileira sofre com cortes de verbas e encara cenário dramático para pesquisas em 2021. **El País**, São Paulo, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-31/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021.html>. Acesso em: 8 set. 2023.

POVOADA. Intérprete: Sued Nunes. *In*: TRAVESSIA. Intérprete: Sued Nunes. Curitiba: Mugunzá Records, 2021. 1 CD, faixa 2.

QUEM É Maria da Penha. **Instituto Maria da Penha**, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 8 set. 2023.

RAGO, Margareth. Ser Mulher no século XXI ou Carta de Alforria. *In*: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (org.). **A Mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, César Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 85-96, abr. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009. Acesso em: 8 set. 2023.

RAPOSO, Izabela. Covid-19 - TJPE disponibiliza íntegra de normas sobre funcionamento remoto da Justiça. **Notícias TJPE**, Recife, 25 mar. 2020. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/9qNekcUNbSjL/content/covid-19-tjpe-disponibiliza-integra-de-normas-sobre-funcionamento-remoto-da-justica-durante?inheritRedirect=false. Acesso em: 7 set. 2023.

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 11-14, fev. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2023.

RETTBERG, Angelika. Violencia en América Latina hoy: manifestaciones e impactos. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 73, p. 2-17, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-885X2020000300002&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 8 set. 2023.

RIBEIRO, Adriana Barbosa *et al.* Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 461-478, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000200461&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

DE LOS RÍOS, Marcela Lagarde. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** Cidade do México: UNAM, 1993.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-Abrigo no enfrentamento da violência de gênero.** São Paulo: Veras, 2007.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, p. 313-322, 2016. Número especial da VII JOINPP. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982>. Acesso em: 8 set. 2023.

RODRIGUES, Almira. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. **Cadernos 12: Estudos de Gênero**, Goiânia, p. 99-112, 2003.

RODRIGUEZ, Graciela. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Edição Especial, p. 31-40, jul. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/Revista%20Observatorio_especial_autonomia_julho2010.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica).

SANTO, Joyce Duailibe Laignier Barbosa; SANTOS, Cristina Vianna Moreira dos. Considerações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí, v. 20, n. 40, p. 139-148, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/9393>. Acesso em: 8 set. 2023.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECRETARIA de Política para Mulheres. **Prefeitura de Caruaru**, 2023. Disponível em: <https://caruaru.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-politica-para-mulheres/>. Acesso em: 6 set. 2023.

SCHMALZ, Franklin. Campanha “Lugar de mulher é na luta sindical” homenageou sindicalistas brasileiras no mês das mulheres. **Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica**, Campo Grande, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://sinasefems.org/2021/03/17/campanha-lugar-de-mulher-e-na-luta-sindical-homenageou-sindicalistas-brasileiras-no-mes-das-mulheres/>. Acesso em: 8 set. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA, Juliana Marcia Santos *et al.* A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 8, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA, Vitória Régia da. Retrato das mães solo na pandemia. **Revista Gênero e Número**, [s. l.], 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SILVA, Manuela. Internalizar a igualdade de gênero nas políticas públicas: um caminho em aberto. **Ex aequo**, Lisboa, n. 2-3, p. 13-42, 2000. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/internalizar-a-igualdade-de-genero-nas-politicas-publicas>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA, Jorge Moreira da. Why you should care about unpaid care work. **OECD Development Matters**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://oecd-development-matters.org/2019/03/18/why-you-should-care-about-unpaid-care-work/>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva *et al.* Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA,

Maria Ozanira da Silva e (coord.). **Pesquisa avaliativa:** aspectos teóricos metodológicos. São Paulo: Veras; São Luis, MA: GAEPP, 2008.

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. *In*: DINIZ, Simone G.; SILVEIRA, Lenira Politano da; MIRIM, Liz Andrea Lima (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher:** alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SOBRE o projeto. **Projeto Solo NatGeo:** Mães solo vivendo a pandemia no Brasil. [S.l.]: National Geographic, 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210618000333/https://www.solonatgeo.com/sobre>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SOUSA, Ildenir Nascimento; SANTOS, Fernanda Campos dos; ANTONIETTI, Camila Cristine. Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia covid-19: revisão integrativa. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Valparaíso de Goiás, v. 10, n. 1, p. 51-60, 2021. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/679>. Acesso em: 8 set. 2023.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 8 set. 2023.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Estudos interdisciplinares em psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, maio/ago. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200003. Acesso em: 8 set. 2023.

SOUZA, Babi. **Vamos juntas?** O guia da sororidade para todas. Rio de Janeiro: Galera, 2016.

SOUZA, Ludmilla. Covid-19: 39% dos patrões dispensaram diaristas sem manter o pagamento. **Agência Brasil**, São Paulo, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/covid-19-39-dos-patroes-dispensaram-diaristas-sem-manter-o-pagamento>. Acesso em: 8 set. 2023.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. Covid-19 revela a desigualdade de condições da vida dos brasileiros. **Nau Social**, Salvador, v. 11, n. 20, p. 101-103, maio/out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36533>. Acesso em: 10 set. 2023.

STUKER, Paola; MATIAS, Krislane Andrade; ALENCAR, Joana Luiza Oliveira. Políticas públicas à violência doméstica em tempos da pandemia de covid-19: ações dos organismos estaduais de políticas para mulheres no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 18, n. 37, set./dez. 2020. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/3988>. Acesso em: 8 set. 2023.

STIEGLER, Barbara. **Género, Poder y Política**. Bonn: División de Cooperación Internacional de la Friedrich-Ebert-Stiftung; América Latina y el Caribe, 2003.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34; Fundação Carlos Chagas, 2002, p. 307-309.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, n. 314)

UPHOFF, Norman. Grassroots organizations and NGOs in rural development opportunities with diminishing states and expanding markets. **World Development**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 607-622, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X9390113N>. Acesso em: 8 set. 2023.

VIEIRA, Pamela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhQYjtQM3hXRywsTn/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2023.

VIGANO, Samira de M. Maia; LAFFIN, Maria Hermínia L. F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História**, São Paulo, v. 38, e2019054, 2019. Dossiê Relações entre Crime e Gênero: Um Balanço. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Sy6nh8bjBhKTxpTgGmLhbtL/>. Acesso em: 8 set. 2023.

VIOLÊNCIA contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. **ONU Mulheres**, [s. l.], 7 abr. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 8 set. 2023.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 32, e32ne214, 2017. Número especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/8DzJKKXHyL9kbgddQ9Ns9Xd/>. Acesso em: 8 set. 2023.

WALBY, Sylvia. A União Européia e as Políticas de Igualdade de Oportunidades. **Ex aequo**, Lisboa, n. 2-3, p. 53-74, 2000. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/a-uniao-europeia-e-as-politicas-de-igualdade-de-oportunidades>. Acesso em: 7 set. 2023.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. **Bioética**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em:

https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745. Acesso em: 8 set. 2023.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 21-27, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/QxhC6TD3pJf8mSfdSmJwLBK/?lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2023.

ZUBEK, Izadora; HINZ, Kristina. Why the covid-19 Pandemic Needs an Intersectional Feminist Approach. **Rosa Luxemburg Stiftung**, Berlim, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.rosalux.de/en/news/id/42062/why-the-covid-19-pandemic-needs-an-intersectional-feminist-approach?>. Acesso em: 8 set. 2023.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

1. Dados para a caracterização das entrevistadas:

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Raça/etnia:

1.4 Escolaridade/Formação:

2. Perguntas:

2.1 Há quanto tempo trabalha/ou no equipamento, se possível, defina o lapso temporal?

2.2 Qual função exerce/eu no Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, e como se dava o desenvolvimento das funções no cotidiano do trabalho?

2.3 Já havia tido algum contato ou trabalhado previamente com a temática da violência contra a mulher ou só passou a ter após trabalhar no Centro de Referência?

2.4 Houve algum treinamento ou preparação prévia para trabalhar com o tema?

2.5 Para você, como é/foi trabalhar no enfrentamento a violência contra a mulher, enquanto sujeita mulher?

2.6 Como você descreveria o trabalho do Centro de Referência com a incidência da pandemia?

2.7 Consegue descrever alguma/s diferença/s na dinâmica dos atendimentos antes e durante a pandemia?

2.8 O fato de ter desenvolvido esse tipo de atividade durante a pandemia contribuiu para alguma alteração comportamental pessoal sua?

2.9 No quesito profissional, como foi desenvolver atividades ditas como essenciais durante o período pandêmico e como você enxerga essa essencialidade do serviço desenvolvido pelo equipamento?

2.10 A atuação do Centro de Referência da Mulher poderia ter se dado de forma diversa da que foi realizada durante a pandemia?

2.11 Considerando que o trabalho desenvolvido é de cuidado para com as mulheres vítimas de violência, você, enquanto mulher e profissional essencial nesse enfrentamento, consegue destacar alguma espécie de cuidado que foi prestado a você, enquanto profissional?

2.12 Se, hipoteticamente, fôssemos surpreendidas com uma nova pandemia e você ainda estivesse como técnica do Centro de Referência, o que sugeria para que fosse feito de diferente?

APÊNDICE B – Quadro categorizado das respostas das entrevistadas

1. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA/OU NO EQUIPAMENTO? SE POSSÍVEL, DEFINA O LAPSO TEMPORAL.	
ELVIRA	Eu atuei por quase 8 anos, certo? Eu iniciei efetivamente em agosto de 2015 e fiquei no Centro de Referência até fevereiro, na realidade eu entrei de férias né, mas até fevereiro deste ano, 2023.
ALMERINDA	Certo. Eu entrei em 2 de março de 2020 e estou até hoje no CRM.
LAUDELINA	Eu trabalho desde 2013, entrei em agosto de 2013, é... sendo que em 2023 vai fazer 10 anos, no dia 07 de agosto, dia da... da lei Maria da Penha, foi bem significativo. Foi o dia mesmo que eu entrei, pra assumi. Que eu tomei posse. Eu conheci o serviço, e desde então eu atuo como psicóloga, faço parte da equipe técnica do Centro de Referência da Mulher. E... era uma gestão totalmente diferenciada, né hoje. Antes era, o Centro de Referência funcionava, era vinculada à secretaria especial da mulher, que era vinculada com o gabinete né, e hoje, hoje ou no período pandêmico? Entrevistadora: Eu queria que você falasse sobre isso. Pode ser sobre o período pandêmico e pode ser sobre hoje também. R. Pronto. Né, no período pandêmico já tava numa outra gestão né, já estava num endereço novo, já tinha feito um ano que a gente tava no endereço novo, né na época e... e hoje, atualmente estou como coordenadora, assumi desde março de 2023 e agora faço parte, ainda continuo fazendo parte da equipe, só que agora gerindo e coordenando.
JÚLIA	Eu comecei em janeiro de 2020, a gente fez a formação e sai em dezembro de 2021. Praticamente dois anos.

MARGARIDA	Aham. Eu trabalhei de março de 2020 a março de 2022. Foram dois anos exatamente, dois anos e alguns dias que eu passei no CRM. Entrei pouco antes de iniciar a pandemia, poucos dias antes de iniciar a pandemia e quando eu saí, já basicamente, não tava mais aquele cenário pandêmico de quando eu entrei. Ainda existia né, que a pandemia só foi decretado fim agora em 2023, mas era uma realidade totalmente diferente de quando a gente iniciou.
ISMENE	Eu comecei a trabalhar no Centro de Referência em março de 2020 e... terminei o trabalho lá em março de 2021. Um ano.

2. QUAL FUNÇÃO EXERCE/OU EXERCEU NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER MARIA BONITA, E COMO SE DAVA O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES NO COTIDIANO DO TRABALHO?

ELVIRA	Certo. Desde que eu entrei no Centro de Referência eu iniciei como Assistente Social né, eu substituí a Assistente Social anterior que ela assumiu a coordenação, então surgiu a vaga pro o Serviço Social, fiz o concurso e me chamou eu fui diretamente pra essa vaga, pra ser lotada na secretaria. Na época era secretaria especial da mulher né. E o trabalho que a gente desenvolvia, no dia a dia do serviço social, então desde o início a orientação que eu recebi, iniciei os primeiros atendimentos, acompanhamentos, era que o serviço social fazia é, o primeiro atendimento a essa mulher. Que a gente chama de triagem. Sempre foi realizada pelo serviço social pra que a gente pudesse ter um olhar mais abrangente da realidade né daquela mulher, e a partir disso dar os direcionamentos.
ALMERINDA	Certo. Sou assistente social, né, como foi informado. Então, o meu trabalho no dia a dia, é, no acolhimento a essas mulheres, realizando a triagem e buscando compreender o todo, né, a gente enquanto assistente social a gente trabalha não especificamente somente a violência, que realmente é o nosso foco, mas aí quando

	a mulher, ela chega com essa demanda de violência, a gente vai fazer essa triagem com ela e esse acolhimento pra poder compreender quais são as outras situações que envolve todo esse contexto de violência, se existe alguma situação de vulnerabilidade, se existe situação que seja relacionada aos filhos, que seja relacionada a saúde, então a gente, dentro do nosso trabalho, a gente busca compreender todas essas questões, e aí como já falei, compreender o todo para que aí a gente possa fazer todos os encaminhamentos que sejam necessários.
LAUDELINA	Pronto! Eu estava como psicóloga na época da pandemia né 2020. É, os atendimentos, a minha função se baseava no atendimento técnico de triagem, acompanhamento e também o acompanhamento psicológico, quando a gente prestava esse serviço de acolhimento, de fortalecimento da mulher né, a gente passava um breve período de tempo acompanhando, avaliando os desgastes né, os prejuízos emocionais que a violência causou nela, né. Só que aí a gente estava vivenciando um período pandêmico então a gente é... não via as mulheres chegar até o serviço pela determinação né da OMS de que não podia sair de casa, mas mesmo assim a gente conseguiu acessar essas mulheres através de outros equipamentos tecnológicos como telefone, Whatsapp. E aí a gente conseguiu manter esses atendimentos, então é... já era uma coisa que tava prevista né pra ter os atendimentos psicológicos online, né, era uma coisa que tava é... assim, já já tava caminhando pra esses passos, alguns profissionais já faziam esses atendimentos, mas digamos que deu uma pulada de tempo, uma uma uma.. uma avançada muito rápido e aí a gente conseguiu acessar as mulheres através dos equipamentos tecnológicos pra que a gente pudesse continuar o acompanhamento né, do atendimento dessa mulher.
JÚLIA	Eu era psicóloga lá e atendia mulheres vítimas de violência doméstica e a função especificamente era essa, era de acolher e atender e entender, né, de tratar dessas mulheres que viviam em

	situação de violência doméstica, em relacionamento tóxico, abusivo e muitas vezes não percebia e não entendia que viviam nessa situação. Elas sentiam, elas sofriam muito, mas elas não entendiam que era o que tava acontecendo exatamente, elas buscavam ajuda porque estavam sofrendo. Algumas tinham entendimento que era um relacionamento abusivo, tentava terminar, mas não conseguia, ele ficava sempre buscando, indo atrás, até que elas precisavam de ajuda para conseguir fazer uma denúncia e finalmente romper o relacionamento.
MARGARIDA	Eu exercia a função de assessora jurídica e a gente tinha é... um trabalho com as mulheres vítimas de violência doméstica de orientar elas juridicamente nas questões tanto nas questões de delegacia realmente das questões penais, no caso, quando um fato acontecia e também das questões de orientar sobre divórcio, é que eram geralmente, as questões que chegavam pra gente né, assuntos de família mesmo, divórcio, é... divisão de bens, é... guarda, pensão, eram essas as questões que mais rodeavam a gente, e a gente tinha essa função de fazer, de orientar essas mulheres. A gente não chegava a entrar com ações, até mesmo porque a gente não tinha essa atribuição, mas a gente tirava a dúvida dessas mulheres, esclarecia como se daria esse procedimento, quais os direitos que elas tinham também e a gente encaminhava ou pra um advogado particular quando as mulheres tinham essas condições, o que era muito raro, porque, geralmente, eram mulheres que não tinham condições econômicas pra isso e a gente, geralmente, encaminhava pra outro escritório parceiro, que era o escritório de uma faculdade que fazia esse serviço pras mulheres que a gente atendia.
ISMENE	Eu exerci a função de assessoria jurídica, assessora jurídica é.. meu trabalho basicamente abrangia atender as vítimas de violência, então a gente tinha atendimento todos os dias com essas mulheres que passavam por uma triagem e aí.. considerando essa triagem, que era muitas as pessoas que faziam, na verdade eramos nós

	mesmos que fazíamos também é.. junto com a assistente social e o psicólogo, a gente conseguia.. no caso, as assistentes sociais e psicólogos que eram todas mulheres né. A partir disso a gente via qual era a necessidade mais urgente da mulher aí direcionava para os setores que ela tava precisando mais de imediato pra ter essa intervenção né tanto jurídico quanto assistencial ou a questão mais de psicológico mesmo. Então eu fazia esse atendimento é.. e aí tirava algumas dúvidas em relação a medidas protetivas enfim que a (inint) [00:03:15] tivessem ou alguma coisa relacionada a direito da família que às vezes envolvia filhos, a guarda, e dentre outras coisas realizadas também acompanhamento em delegacias e no mais, era isso, era a orientação com as dúvidas jurídicas e o acompanhamento em delegacia que a gente fazia.
--	--

3. JÁ HAVIA TIDO ALGUM CONTATO OU TRABALHOU PREVIAMENTE COM A TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER OU SÓ PASSOU A TER APÓS TRABALHAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA?

ELVIRA	Com a mulher em situação de violência, as primeiras experiências se deram nesse espaço mesmo, a partir do atendimento no Centro de Referência. Porém, anteriormente, eu tinha vivenciado o lado oposto. Eu fazia o acompanhamento de homens que eram agressores, né. Então como eu trabalhava no Judiciário no projeto do estado que era a CEAPA, então a gente tinha a oportunidade de acompanhar homens que eram cumpridores de medidas alternativas e de outras crimes e delitos e a partir disso é que eu tive uma aproximação com a violência. Então já na minha prática já tinha essa aproximação, mas não com a mulher especificamente.
ALMERINDA	Veja, eu já trabalhei no CREAS, então quando eu trabalhei no CREAS a gente fez alguns atendimentos, mas nada tão específico quanto no Centro de Referência da Mulher, né. A gente não consegue realmente, no CREAS, por mais que se faça o acolhimento e os encaminhamentos necessários, mas a gente não

	consegue atuar tão especificamente como hoje eu atuo aqui no Centro de Referência.
LAUDELINA	Na faculdade eu tive pouco contato com estudos sobre gêneros. Não se fazia esses estudos, esse corte de gênero. Participei de alguns seminários, de alguns momentos da faculdade né, principalmente nos dois últimos anos, e.. é, eu cheguei também a fazer um trabalho na época, entrevistei a delegada da mulher na época, Rita de Casia, então eu cheguei a conhecer o equipamento da secretaria, na época que foi é.. instalada e.. só. Só consegui ter esse contato. E quando eu assumi, eu fiz o concurso pela prefeitura, da prefeitura, mas não sabia qual era o local, e aí quando eu assumi seria a secretaria da mulher, foi quando realmente, novamente, tive acesso a essa temática. E aí como eu já tinha tido um breve, já tinha iniciado bem brevemente os estudos nessa temática, eu fiquei bem feliz porque já era uma temática que tava bem.. tava nos meus interesses de estudos e aí quando eu entrei na parte prática né, eu fui buscar, fui ler, fui me inteirar mais da situação e até hoje estou aqui.
JÚLIA	Especificamente só após trabalhar no Centro de Referência. Eu já fazia atendimentos clínicos e vez ou outra surge essa demanda no consultório, né. Hoje eu faço atendimento clínico sem ter especificamente uma demanda, como era lá no Centro de Referência, e ainda hoje recebo esse tipo de demanda. Então, especificamente, com o volume de atendimento, foi no Centro de Referência da Mulher.
MARGARIDA	Não, o Centro de Referência foi a minha primeira experiência com violência doméstica e foi lá onde eu aprendi sobre o tema, onde eu tive todo um contato com a matéria, onde eu pude perceber a importância e também me aprofundar sobre os direitos das mulheres em situações de violência e em demais situações também. Tipo, é a minha primeira experiência, nunca tinha tido experiência não.

ISMENE	Não. Eu nunca tinha trabalhado com a questão da violência contra a mulher, já era um tema que eu tinha um pouco de estudo mas nunca tinha exercido realmente na prática, foi a primeira vez.
---------------	--

4. HOUVE ALGUM TREINAMENTO OU PREPARAÇÃO PRÉVIA PARA TRABALHAR COM O TEMA?

ELVIRA	Quando eu entrei a preocupação da atual coordenadora né foi de que eu pudesse antes de qualquer coisa fazer algumas leituras né, então ela me preparou teoricamente, me apresentou alguns materiais, artigos e legislação e aí a partir disso eu iniciei os atendimentos acompanhados sob orientação. Então existia uma preocupação pra que de fato eu pudesse aí conduzir mais sozinha. Então teve, a formação na verdade foi teórica e algumas orientações. Ela teve esses momentos comigo antes que eu pudesse iniciar os atendimentos. Entrevistadora: No caso a coordenadora e você? R: Isso. A coordenadora e eu. Não existia uma outra Assistente Social na coordenadoria nem no Centro de Referência, então as orientações eram passadas por ela e por quem estava como técnica na época que foi uma Advogada, que foi Clarisse (inint) [00:05:52].
ALMERINDA	Não. Não houve. O treinamento ou qualquer situação em relação a conhecer o tema, realmente foi eu que busquei.
LAUDELINA	Não. Assim, prévio não. Foi ao longo do período com algumas formações que a secretaria de estado fazia né. Então a gente passava a ter muitas formações, participava, com policiais, com as equipes, então teve momentos da secretaria do estado reunia as equipes né, os equipamentos não de todo o estado, mas pelo menos da parte do Agreste e fazia essas formações né. E foi ao longo mesmo do do período.
JÚLIA	Sim, houve. A gente fez uma formação que durou 15 dias, com profissionais formados, né, em diversas áreas, vieram o juiz da vara

	da família, assistente social, psicóloga, a equipe que já formava o CRM antes, que já tinha experiência e já trabalhava, advogada, psicóloga, assistente social também participou do treinamento, a gerente de enfrentamento a violência contra a mulher daqui de Caruaru, toda uma equipe fazendo treinamento e formação sobre tudo que a gente ia vivenciar lá.
MARGARIDA	Sim, eu acho que a gente passou 11 dias, se eu não me engano, mas foram umas duas semanas, no mínimo, fazendo treinamento inicial que foi muito importante pra gente, eu acredito que é muito importante né, pras mulheres que vão ser atendidas, terem esse tipo de treinamento prévio para as mulheres que vão atender né, que no caso, a gente, enquanto profissional. Porque, por exemplo, como eu num tinha tido nenhum tipo de experiência anterior, eu tinha só feito a faculdade, na faculdade a gente não foca muito nesse assunto, pelo menos, não na minha graduação não tinha tanto esse enfoque. E aí, existem algumas peculiaridades dos direitos das mulheres que a gente só vai entender vivenciado na prática. Não é porque a gente é formado, profissional do Direito que a gente vai saber exatamente como ajudar aquela mulher a garantir os seus direitos na situação em que ela tá totalmente vulnerável e precisando da gente. E, assim, a formação foi essencial nesse sentido, e a gente passou, no mínimo, duas semanas, eu lembro que a gente parece que foi interrompido porque durante a formação, foi quando quando a gente já tava terminando a formação, foi quando decretou o estado de pandemia e também teve a questão do lockdown e aí a gente ficou todo mundo meio sem saber como ia ser aquele cenário naquele momento, todo mundo com medo, naturalmente, e vivenciando aquela coisa nova que a gente não tinha vivenciado. E aí a gente teve essa formação um pouco interrompida, mas já foi no final, eu acho que faltou só uns dois dias e o restante dos dias a gente fez toda uma formação pra gente se familiarizar com o tema, pra gente também ter experiência em relatos de outras profissionais que já atuavam lá no Centro de

	Referência e também na secretaria de políticas públicas para mulheres de Caruaru e foi essencial, assim, pra gente conhecer os casos, conhecer como se dá realmente na prática né, que era o que a gente iria fazer. E aí o curso foi muito bom, teve não só a parte teórica, mas também a parte prática. Eu lembro também que teve a participação de alguns outros órgãos tanto do poder judiciário e acho que... foi da delegacia, da vara de violência doméstica, teve também a presença de uma promotora. Eu lembro mais ou menos assim, essas participações que foram também muito essenciais porque trouxe pra gente a visão dos outros órgãos também e de como a gente iria interagir com eles na prática realmente do atendimento às mulheres.
ISMENE	Sim, a gente participou de um curso de formação, eu não lembro exatamente de quantas horas foi, mas foram vários dias que a gente teve é.. um direcionamento assim os temas principais envolvendo a violência de gênero e também envolvendo a violência doméstica, mais específico, é.. eram aulas e algumas diálogos também com outros representantes de outras Instituições, então a gente teve essa formação pra preparar pra o atendimento.

5. PARA VOCÊ, COMO É/FOI TRABALHAR NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ENQUANTO SUJEITA MULHER?

ELVIRA	Eu acho assim, desde o meu primeiro contato com a situação de violência foi uma surpresa muito grande porque eu não sabia onde eu seria lotada. Então fiquei surpresa, houve apreensão nesse momento porque é uma pauta muito sensível, porém eu acho que esse lugar de fala, inclusive tendo sido vítima de violência, em outros momentos, que a gente começa a se identificar com os relatos, começa a perceber em que momentos a gente também passou por situações como essa. Então eu acho que.. é.. traz muito mais sensibilidade pra causa, o fato de ter essa expertise. É, eu realmente quando eu entrei e depois de uns dos primeiros
---------------	--

	momentos em que eu percebi que aquela era de fato minha missão, eu acho que isso fortaleceu muito mais o meu trabalho. Então eu acho que como mulher é muito bom poder estar contribuindo, sabe?! Com o fortalecimento de outras mulheres, com o enfrentamento da violência, e eu acho que faz muita diferença assim, esse lugar de fala enquanto mulher e tendo sido vítima da violência também.
ALMERINDA	É uma pergunta muito boa. É, vê, eu consegui compreender várias situações depois que comecei a trabalhar no Centro de Referência, eu comecei me descobrir realmente enquanto mulher e enquanto mulher que sofria algumas violências e que não identificava essas violências e principalmente conseguir dizer não para muita coisa. Foi uma experiência muito boa ter entrado no CRM e compreender realmente que eu não tenho obrigação de aceitar qualquer tipo de situação, né, e saber que eu tenho valor, que eu tenho competência, que eu tenho, é... enfim, que eu tenho toda autonomia para que eu possa atuar enquanto mulher, enquanto pessoa, enquanto profissional.
LAUDELINA	
JÚLIA	É uma temática que impacta muito, né. No início a gente sente muito, choca bastante. Eu digo no início porque depois a gente acaba se adaptando ao ambiente e se torna mais, fica mais fortalecida. Enquanto psicóloga a gente escuta de tudo, né, as demandas são realmente assuntos pesados, sofridos, a gente trabalha com sofrimento e aprende a não ser envolver emocionalmente com os pacientes, mas a demanda específica da violência contra a mulher tem esse agravante de identificação, né. A gente se coloca no lugar da outra pessoa e a gente precisa compreender com bastante empatia quando aquela mulher não consegue romper o ciclo da violência, quando ela tem resistência a acreditar que a pessoa que ela convive é realmente uma pessoa

	tóxica e prejudicial pra vida dela. Muitas vezes, quando a ciclo da violência chega na fase da lua de mel, da reconquista, elas acreditam que ele mudou, que isso não vai mais acontecer, que foi uma fase ruim e acaba reatando o relacionamento e isso machuca muito, porque a gente sabe que vai recomeçar a violência de novo, a gente já começa a prevê o comportamento do agressor, fica muito previsível, a gente já sabe quando eles vão virando o ciclo de uma forma muito claro, que elas não conseguem ver. Então é como se a gente quisesse fazer por elas o que elas não estão conseguindo, mas não funciona dessa forma. A gente precisa trazer subsídios para que aquela pessoa acorde, desperte e veja com os próprios olhos e decida a própria vida, então é um processo lento, não é rápido, é difícil porque a vida dela envolve, às vezes, dependência emocional, dependência financeira, os filhos pequeno, não tem rede de apoio, então a mulher fica muito presa e tudo que ela tem vai ser perdido com o término desse casamento, então é chocante demais, é pesado. E tem algumas situações de violência física, especificamente, que impacta você saber que tem mulheres que vivem essa situação tão pesada, tão difícil, tão sofrida, tem relatos assim que marcaram muito e que não tem como esquecer.
MARGARIDA	Bom, é... assim, eu acho que isso é uma experiência muito particular de cada mulher né, de cada pessoa, de cada indivíduo, cada um sente de uma forma. Muita gente dizia assim: “não, é muito difícil porque você fica ali naquele pensamento: não, poderia ser comigo, de fato”, realmente é o que mais pega. Você, quando vem as situações, você ver que também tá sujeito aquilo enquanto mulher e que poderia ser você ou então que poderia ser alguém da sua família, alguém que você ama que poderia tá vivenciando aquela situação e, geralmente, são situações muito tristes e que nos deixam um pouco angustiadas. E aí, a gente, eu pelo menos, tive que aprender a trabalhar isso em mim, eu não tive muita dificuldade nesse sentido porque eu sempre entendi que ali eu estava enquanto profissional, então, eu tentava durante todo o

tempo deixar a parte emocional de lado. Então, assim, eu conseguia auxiliar aquelas mulheres sem me envolver muito emocionalmente. Claro que existiam alguns casos pontuais que, geralmente, tocavam assim mais na gente, e aí isso mexia um pouco com o emocional da gente por nós sermos mulheres mesmo, mas é... não é fácil, mas eu acredito que é essencial que esse trabalho seja realizado por mulheres porque quando as mulheres chegam pra gente muito fragilizadas diante daquele momento que elas estão se sentindo, quando elas veem uma atendente uma profissional mulher, elas conseguem se abrir mais, conseguem se sentir mais acolhidas, conseguem se sentir mais à vontade. Então, assim, é uma questão de fortalecimento mesmo da equipe, a equipe precisa tá fortalecida pra não se envolver emocionalmente, não ser abalada emocionalmente pelas situações, o que pra alguns pode ser fácil, pra outros pode não ser, mas é essencial que seja um trabalho desenvolvido por mulheres realmente, pra que haja realmente esse acolhimento, pra que haja essa sensibilidade que muitas vezes um homem pode ser que não tenha, até porque não entende, eles podem estudar, podem tentar, podem ser sensíveis, mas só quem entende realmente é a mulher. E aí, nesse momento de fragilidade, a mulher é essencial tá ali naquele momento pra acolher outras mulheres. Então, pra mim, assim, eu me senti muito útil, de fato, realmente era um trabalho que eu me sentia e que eu via na prática que o meu conhecimento, que tudo o que tinha estudado e tudo o que eu estava fazendo por aquela mulher tava surtindo efeito ali na hora. Não é uma coisa que a gente fica vendo só na teoria, não é uma coisa que a gente nem sabe, mas são efeitos práticos na hora e que a gente também assim na hora já recebe o feedback da mulher que se sente muito agradecida pela equipe estar ajudando ela naquele momento que ela, geralmente, não tem apoio de ninguém, ou se tem, não consegue fazer nada, mas a gente com os recursos que a gente tinha conseguia fazer e ajudar aquela mulher. Então, assim, pra mim aquela foi uma experiência muito gratificante

	participar disso, ter essa experiência, essa vivência na minha vida porque foi a oportunidade que eu tive né de auxiliar outras mulheres também que estavam precisando ali do meu trabalho. Então pra mim foi muito bom enquanto mulher poder auxiliar outras mulheres naquela situação.
ISMENE	Eu me identificava muito com a pauta porque.. além de já militar no direito das mulheres em si, é.. eu me via realmente como agente transformador daquelas vidas assim. Então é, eu sabia que o meu papel era muito importante ali dentro e que.. eu conseguia mudar essa realidade então.. eu encarava de forma muito responsável a função que eu exercia sim e imprescindível realmente pra ajudar aquela pessoa que sofreu né, aquela violência. Então é.. acho que é basicamente isso.

6. COMO VOCÊ DESCREVERIA O TRABALHO DO CENTRO DE REFERÊNCIA COM A INCIDÊNCIA DA PANDEMIA?

ELVIRA	A pandemia ela transformou o mundo né?! Não foi só o nosso território, a gente fala assim da cidade de Caruaru, mas ela transformou o mundo e a forma como o mundo lida com as coisas até hoje. A gente pode citar assim um exemplo muito interessante que foi a questão até da própria tecnologia. O recurso do Whatspp ele iniciou muito mais fortemente nesse momento de pandemia lá né. Então eu acho que o Centro de Referência da Mulher, pra ele ter permanecido sendo um equipamento né, um serviço essencial, ele foi se fortalecendo mais ainda porque foi observado mesmo pelas próprias famílias, é, os agentes mesmos, os (inint) [00:07:58] políticas sociais foram percebendo as necessidades das permanências, da continuidade desse serviço, né. Então acho que esse período de pandemia, ele transformou a vida da gente e eu acho que como profissionais também a gente precisou se reinventar, pensar outras formas de atuação. Se a gente antes não imaginava um atendimento por telefone, por exemplo, hoje a gente
---------------	---

	já conduza nossa prática muito também nesse atendimento remoto entendendo essa necessidade em muitos casos. Então foi um período assim que eu diria de transformação realmente pro atendimento no Centro de Referência. E.. acredito que fizemos isso com excelência, com o que tínhamos, com os recursos que tínhamos, com o que era disponível e diante de todas as dificuldades né?! Do período.
ALMERINDA	Quando nós estamos na formação, faltava dois dias para completar a formação da gente, a gente entrou na pandemia, eu particularmente fui pega de surpresa, o medo da doença, de você não conhecer nada e aos poucos a gente foi entendendo como iria funcionar, né, e o que é que acontece, na pandemia eu consegui ver o quanto as mulheres realmente estavam vulneráveis, mesmo ainda hoje, né, mesmo com o fim da pandemia, mesmo com o dia a dia, enfim, mas o quanto elas estavam vulneráveis e o quanto o centro de referência da mulher foi fundamental para o acolhimento dessas mulheres, mesmo que fosse pra dar qualquer tipo de orientação, né. E dentro desse processo quantas mulheres também elas conseguiam sair dessa situação e é um fato que eu relato bastante, é.. não que fosse bom assim, mas porque elas estavam naquele processo de violência, né, mas tipo, durante a pandemia houve aquela questão do auxílio que as mães recebiam o salário de R\$1200 para poder se manter e quantas mulheres conseguiram sair da situação de violência porque estavam recebendo aquele valor, né e isso já relatado quando estávamos no Centro de Referência, quando eu entrei na verdade. E houve uma situação em que a mulher disse: Não, eu vou sair de casa porque agora eu tô recebendo esse valor, vou conseguir sair, pagar um aluguel e sustentar meus filhos. Então assim, a questão de muitas das mulheres de ter que conviver dentro da violência, dentro desse ambiente de violência porque não tinham outra situação, ou alguma condição que pudesse sair e sair com os filhos, né, a pandemia trouxe um lado muito negativo que foi a questão do aumento da

	violência, isso é fato, mas ela também trouxe muita visão pra aquelas mulheres que realmente tavam, é, que conseguiram esse valor e conseguiram sair dali.
LAUDELINA	Bom, a grande mudança que teve né além do cenário pandêmico foi.. a.. a inovação dos atendimentos, que a gente ficava só nos atendimentos presenciais, só se baseava nisso. Já teve uma ideia, nesse período, de se pensar, de se estender, não do atendimento mas do contato com a mulher através do Whatspp, do aplicativo de mensagem, mas é.. ainda tava em passos lentos, ainda tava, era um ambiente desconhecido ainda, então a gente ficou meio receosa de que isso talvez não fosse beneficiar a mulher, talvez colocasse ela em risco e a equipe, já foi pensado nessa possibilidade, mas com a pandemia não se viu outra alternativa a não ser usar esse equipamento, né. E aí acontece que mudou no sentido da gente ampliar os atendimentos né e o modo dos atendimentos, não só ser o atendimento presencial, não só o atendimento de visita, acessar essa mulher em algumas situações, mas também acessar através do telefone, do Whatspp.
JÚLIA	No processo do treinamento já tava aparecendo o início da pandemia fora do Brasil, né, começou na Itália e a gente tava ainda em formação e a gente começou a ouvir os comentários que na Itália já tava se fechando tudo, não tinha instalado aqui no Brasil ainda, mas quando a gente entrou no CRM com pouco tempo a gente já começou a trabalhar o período total de pandemia. Então trabalhamos todo o período de pandemia, funcionando normalmente, com horário normal, com plantões no final de semana e funcionamento integral, como se não houvesse pandemia, então foi um trabalho real. As únicas coisas que tiveram mudança, pelo que a gente soube, porque a gente não participou, foram algumas intervenções extras, de palestras, que não podia, porque as escolas também foram fechadas, restaurantes fechados, não tinha muita divulgação extra CRM, né, o atendimento interno funcionou normal, mas as atividades extras a gente não participou, no tempo que eu

	trabalhei lá foi período de pandemia, quando eu saí foi que tava retornando, 2 anos que não tinha Carnaval, não tinha São João, que não tinha, que não tinha atividade extras devido a pandemia.
MARGARIDA	Ó, eu... quando eu entrei já era pandemia, então eu não sei como era o trabalho do Centro de Referência antes, mas o trabalho que a gente realizava, pra mim assim, foi uma coisa muito importante pras mulheres porque a gente realmente observou um aumento de casos muito grande e o pior era a questão do atendimento que a gente, geralmente, tinha uma dificuldade pelas (init) [00:12:35s] da pandemia mesmo. Às vezes, a gente não tinha como chegar presencialmente aquela mulher e aí a gente tinha que ir lá na no CRM né a implantação de atendimentos online também, que foi o que eu acho que facilitou muito principalmente a questão dos atendimentos psicológicos porque eu lembro né que quando a gente chegou lá, os atendimentos psicológicos eram feitos, pelo menos é o que relataram né, presencialmente. E aí com a chegada da pandemia não tinha como manter essa regra pra todos os atendimentos, e aí a gente lá no CRM a gente fazia muito atendimento. Eu, inclusive, enquanto assessora jurídica também fiz muitos atendimentos de maneira online, por ligação, por telefone e aí as mulheres agradeciam muito. Ter essa facilidade aqui foi uma coisa muito... foi um facilitador realmente, o nosso alcance às mulheres, porque como nem todas conseguiam chegar até nós, através da ligação a gente conseguia atender os anseios dela, tanto as questões psicológicas os atendimentos eram feitos de forma online também como as questões jurídicas mesmo que a gente também conseguia tirar dúvidas das mulheres e orientá-las de fato através de telefone e outros meios que a gente utilizava. É... também tem aqui, mas assim, tinha os atendimentos online, porém a gente não deixou de fazer os atendimentos presenciais pra aquelas mulheres que precisavam e que, assim, não tinha como não ser de maneira presencial né, existiam situações específicas que a gente precisava, de fato, ir até a mulher ou ela ia até o Centro de

	Referência e sempre houve essa disponibilidade tanto das profissionais como da equipe gestora que disponibilizava meios da gente chegar até essa mulher. E aí esse foi um dos pontos né, na pandemia, porque a gente muitas vezes tinha realmente medo de ter esse contato humano, não era fácil porque a gente não sabia com o que a gente tava lidando né, e a gente não sabia também em que estado a gente ia encontrar aquela mulher, se ela tava ou não me transmitindo o vírus do covid, se ela tava doente, se os familiares dela estavam e aí eu lembro que a gente quando ia fazer os atendimentos presenciais, a gente ia de máscara, eu não me lembro se a gente chegou a ir de luva, mas eu acredito que sim, logo no início né de luva, aqueles face (inint) [00:15:12s] acho que é assim o nome. Era assim, eu tenho até registros desses dias né que a gente tava com muito medo mesmo, achando que qualquer coisinha que a gente tivesse, qualquer contato humano que a gente tivesse que não fosse do nosso convívio, a gente ia pegar o covid e adoecer, ia morrer, ia acontecer uma coisa muito grave, mas mesmo assim, a gente não deixava de fazer o atendimento que era o mais importante ali naquele momento né, conseguir socorrer realmente aquela mulher, conseguir ajudá-la a sair daquela situação. Então assim, os atendimentos online eu acho que foi um divisor de águas nessa questão da pandemia, mas assim, vale ressaltar que a gente permaneceu com os atendimentos presenciais quando a gente precisava ir a gente ia de fato. Então, é eu acho que é isso, pra mim foi o que mais me marcou foi isso, tanto é que quando a gente dizia pras mulheres “não, mas pode ser online”, elas sempre “ai, pode e não sei o que”. Então assim, pra elas era uma novidade muito boa porque elas, muitas delas não tinham também condição financeira de chegar até nós. Então assim, quando elas sabiam que a gente conseguia fazer o atendimento online, pra elas era muito bom porque elas estavam precisando da gente e a gente tinha um meio de chegar até elas,
--	--

	então, pra mim o que mais me marcou de fato foram esses atendimentos.
ISMENE	Bom, é.. como já que meio que o meu trabalho começou com poucas semanas a gente já teve esse impacto, eu não consigo tanto visualizar, assim, na minha experiência mesmo é.. tanta diferença, porque eu não sei como era antes, mas pelo que eu vi em relatos ou então até nas fixas, as próprias usuárias que a gente tinha, acabava que existia algumas intervenções que podia ser feitas mais pessoalmente assim, por exemplo, de algumas comunidade rurais ter.. é, questão de palestras nas escolas tal, além do atendimento em si, essas questões mais socioeducativas ou então informativas é.. eu acredito que não tinha tanto, mas dentro do serviço da pandemia em si acho que, é.. acredito que a gente conseguiu é.. manejar de forma positiva considerando que não foi parado os trabalhos né, então a gente atendia, dentro dos limites da pandemia né com a proteção inclusive, com os EPIs e tal, então.. não sei identificar tanto essa diferença mas eu sei que algumas dinâmicas com relação a carga horária que a gente diminuiu um pouco, mas mesmo assim a gente continuou atendendo, mas aí respeitando também o distanciamento é.. tendo esse cuidado em relação ao que tava sendo dito pela OMS em relação as precauções assim. Então o que eu vejo é mais isso, algumas pautas que tinha de intervenção pessoalmente foram meio que paradas um pouco, foi feito inclusive online né, que teve algumas palestras online tal e esse atendimento das mulheres mudou um pouco em relação a questão física mesmo do distanciamento, mas na função do trabalho em si a gente meio que não não parou né.

7. CONSEGUE DESCREVER ALGUMA/S DIFERENÇA/S NA DINÂMICA DOS ATENDIMENTOS ANTES E DURANTE A PANDEMIA?

ELVIRA	Bem, eu acho que naquele momento uma preocupação muito grande com.. os riscos mesmo que.. do desconhecido. Então eu acho que no início teve muita dificuldade, a gente precisou pensar em muitas estratégias de como atuar. A chegada das mulheres. Então assim, os recursos que a gente precisava utilizar, os EPIs, então eu acho que essa era a diferença do momento. A gente não podia tá trazendo, então hoje a gente tem a possibilidade de atender muito mais mulheres né presentes na casa, e aquele período foi muito restrito por conta disso né. Então um.. uma das questões que eu posso lembrar depois, pensar depois, mas eu acho que pra agora seria é, a forma como a gente precisava conduzir. Porque diante de todo o risco, porque era uma questão de saúde pública de fato né, é.. eu acho que a gente precisou muito muito minuciosa com relação a presença de pessoas na casa. Isso é uma grande diferença.
ALMERINDA	Veja, eu acredito que uma das coisas que pode ser pontuada é a questão do contato por telefone, muitas mulheres, elas não atendiam porque como a gente começou a trabalhar remoto, logo no início a gente precisou ficar em casa. Então a gente ligava e precisava ligar de número confidencial, então muitas mulheres não atendiam por ser um telefone confidencial, então acho que isso dificultou um pouquinho do nosso contato, posteriormente, quando a gente começou realmente a estar no equipamento, aí elas conseguiram, a gente conseguiu ter um contato maior, mas a princípio achei que foi um fato bem delicado.
LAUDELINA	Sim, a gente fazia os atendimentos é.. agendados, com as mulheres presenciais, às vezes atendimento em conjunto, é.. todo dia é.. tinha a questão dos horários pelo menos eu trabalhava 30 horas então eu ia 30 horas semanais né, então durante a pandemia a gente teve que reduzir o quadro, teve que dividir, uma parte da semana, a outra ia outra parte da semana justamente pra evitar esse contato entre as equipes, os atendimentos também serem individuais, tentar ao máximo ser individuais, a questão das visitas, a gente fazia em

	último caso né, sempre usando né os equipamentos de cuidado, sempre seguindo o protocolo indicado pela OMS, né com máscaras.. com o tempo a gente foi é, colocando aqueles vidro, aqueles acrílicos, aquela barreira acrílica né, com máscara, com equipamentos, com óculos, nas visitas também a gente se equipava poder fazer esses atendimentos. E.. a dinâmica também, no sentido de que tinha teria diminuído o fluxo de mulheres, mas teria aumentado o número de atendimentos porque a gente conseguia acessar mais por conta dos telefones né. Então a gente conseguia às vezes fazer dois, três atendimentos né, consegui falar com duas, três mulheres sem ter essa essa essa coisa de esperar dela chegar até o serviço, a questão da mobilidade, da logística, de sair pra poder chegar até o serviço, então é uma maneira mais rápida então a gente conseguia, é tanto que o número de atendimentos aumentaram.
JÚLIA	Não, porque eu trabalhei lá somente no período da pandemia.
MARGARIDA	Entrevistadora: É... a segunda pergunta meio que complementa essa, mas aí eu vou fazendo e você ver se consegue ir contribuindo de mais alguma forma. Se você consegue descrever alguma diferença na dinâmica dos atendimentos antes e durante a pandemia, mas acho que você tem mais alguma coisa a contribuir? R: Não, não.
ISMENE	Sim. É.. eu acho que a única diferença assim, o quantitativo não mudou porque a gente não meio que diminuiu os atendimentos, a gente continuou com os mesmos atendimentos, algumas mulheres eu acredito que é.. elas, no momento que teve a questão do distanciamento elas quiseram inclusive ser atendidas online, então a gente teve essa adaptação pra o virtual né, a questão da ligação de vídeo chamada. É.. mas foi mais a questão de distanciamento em si e nesses atendimentos assim, porque parar de atender alguns tipos a gente não teve essa diminuição de atendimento não. A gente

	conseguiu abarcar o quantitativo de mulheres que a gente conseguia antes.
--	---

8. O FATO DE TER DESENVOLVIDO ESSE TIPO DE ATIVIDADE DURANTE A PANDEMIA LHE TROUXE CONTRIBUIU PARA ALGUMA ALTERAÇÃO COMPORTAMENTAL SUA?

ELVIRA	Com certeza! A própria pandemia, é.. uma das grandes questões que eu acho importante pontuar é a própria saúde mental da gente. Então eu acho que já era uma.. um grande medo, acho que a pessoa toda passou por esse processo de medo, de sair, de fazer qualquer atividade. Então você trabalhar nesse contexto eu acho que trouxe.. ainda mais com uma pauta tão sensível que é a violência né, doméstica e familiar. Eu acho que isso ficou três vezes maior, né. Então eu acho que uma das questões é isso. Então hoje, eu acho que há um comprometimento da sociedade como um todo, é tanto que a gente tem uma procura crescente por profissionais de psicologia, psiquiatras, porque a demanda de saúde mental é realmente muito maior que nesse período anterior. Não que não existisse necessidade, mas hoje se enxerga mais e a gente tem realmente um resultado bem significativo né. E eu sou o resultado disso também. Eu acho que esse processo mexeu muito obviamente comigo como pessoa, como mulher, como profissional também.
ALMERINDA	Sim, como eu já havia falado essa questão de me reconhecer enquanto mulher, enquanto profissional, reconhecer as violências que vivi e não consegui identificar, isso mas pra mim foi muito positivo, eu cresci bastante.
LAUDELINA	Sim. É.. questão emoci, profissional né me ampliou muito a.. a ideia do atendimento online, como eu te falei, já se tinha essas conversas, de atendimento psicológicos mesmo, acompanhamento, terapia por online né, a psicologia já caminhava a lentos passos nessa situação, já se via, já era realidade mas não

tanto como.. veio através da pandemia. Então a gente também passou, eu fiz atendimentos particulares, dentro da minha casa, através de telefone né, então mudou essa questão do comportamento da gente realmente consegui ver, visualizar, essas outras possibilidades, né. E querendo ou não foi positivo porque a gente conseguiu chegar onde a gente não conseguia né, onde a localização espacial, geográfica, não chegava, então a gente conseguiu acessar né tanto os atendimentos as mulheres. Não sei se respondi a tua pergunta, questão comportamental..?

Entrevistadora: Eu queria comportamental, pessoal, sua.

R: Pessoal. Sim. Eu passei a ficar mais é... questão como assim? Questão pessoal?

Entrevistadora: Eu vou ler de novo a pergunta. O fato de você ter desenvolvido esse tipo de atividade, se no caso..

R: Sim, sim.

Entrevistadora: De atendimento à mulher vítima de violência, na pandemia, contribuiu para alguma alteração comportamental pessoal sua? Mexeu com você de alguma forma? Eu queria mais nesse sentido.

R: Sim, sim, sim. Porque o momento estava muito.. é, estávamos muito sensíveis, com muito medo, então me deixou realmente surpresa a questão de ainda estarmos vivendo essa crise mundial e ainda esse fenômeno da violência ocorrendo, então era aquela sensação de muito medo mesmo, de muita coisa ao mesmo tempo, né. Então eu fiquei um pouco receosa, eu fiquei um pouco.. como eu acho que todo mundo né, ficou um pouco ansioso, desenvolvi alguns distúrbios de ansiedade né, é.. passei a ter mais cuidado né, questão dos cuidados que a OMS exigia, então foi um longo tempo essa coisa de chegado, de passar o dia todinho na rua e chegar e ter que tomar banho logo, ter que deixar as coisa tudo.. os sapatos, bolsas, tudo do lado de fora pra poder acessar em casa justamente por ter idoso dentro de casa, pessoa que poderia, tinha doença que era de alto risco, que poderia ser contaminado, a questão da

	ansiedade, eu fiquei muito.. é.. também muito surpresa com a situação né que a gente tava vivenciando e como o aumento da violência também tinha é.. foi possível nesse período porque tava muita gente dentro de casa né, tava/estou vivenciando uma situação parecidas então muitas emoções foram afloradas aí num espaço, num contexto da mulher vítima de violência não foi diferente. Então era aquela sensação mesmo de que muita coisa tava acontecendo e a gente precisava ser resiliente, precisava respirar, precisava entender pra poder entender.. lidar, com a situação.
JÚLIA	A contribuição do CRM foi riquíssima, né, meu olhar pra esse tema ficou totalmente diferente, então não sei se devido a pandemia, né, mas devido o trabalho específico com mulheres vítimas de violência doméstica. Você consegue ter um olhar diferente para o sofrimento nesse sentido, né, porque não envolve somente a mulher em si, ela se preocupa com ela, com os filhos, com o que as pessoas vão falar, é um conjunto que amplia o seu olhar também para essa pessoa. Porque é fácil para quem tá de fora dizer aquela frase conhecida: vive assim porque gosta, mulher gosta de apanhar. Mas não é assim, não é. A experiência na prática de quem ouviu as pessoas, as mulheres, se abrirem profundamente, o sofrimento que elas sentem e não conseguem, muitas vezes, sair daquela situação porque não tem apoio mesmo, porque o próprio agressor faz com que ela fique só, e não tem como a gente passar por isso e continuar com o mesmo olhar para a situação, né, muda muito. Foi uma experiência riquíssima.
MARGARIDA	Bom, assim, como eu nunca tinha tido nenhum contato com essa temática e tipo, é a minha primeira, foi o meu primeiro contato. Naturalmente, eu passei a enxergar nas minhas relações pessoais, nas minhas relações pessoais a questão de violência doméstica né, e aí eu conseguia identificar que aquilo ali não era simplesmente uma situação chata e não sei o que, e sim uma violência. E aí tanto com as mulheres ao meu redor quanto comigo mesma, enfim, são

	várias questões que abrem os nossos olhos pra entender, de fato, o que é uma violência e o que não é. Nesse sentido aí foi a minha questão pessoal que mudou, a minha visão realmente sobre as coisas.
ISMENE	Bom, acho que sim porque de uma certa forma a pandemia ela interfere no seu psicológico como pessoa é.. com relação a você se adaptar a costumes que você não tinha, de está distantes das pessoas, não consegui tocar e.. essas questões mais.. até de você pensar que você tá num isolamento e tá tendo esse problema mundial e isso impactar de certa forma no seu psicológico como pessoa e talvez isso passar também, você como profissional, por você ter medo de está nessa situação por achar que não vai acabar, então em alguns momentos eu me encontrei aflita com a possibilidade de se agravar ou de isso não acabar. Então eu acho que sim, isso foi algo que influenciou um pouco do meu psicológico, talvez eu não estava tão 100% assim né na pandemia, durante o período pandêmico, é.. mas também eu acredito que eu tenha desempenhado a minha função sem deixar que isso que a pandemia me causou assim ela interferisse. Então eu acredito que tenha exercido o meu trabalho da mesma forma que exerceria se não fosse o período pandêmico, não deixei as coisas misturarem apesar de que eu como pessoa eu acredito que sim, eu estava afetada pelas questões que envolviam o isolamento social, não sabia se ia acabar, não sei, enfim, todas as questões que a gente sabe sobre a pandemia em si.

9. NO QUESITO PROFISSIONAL, COMO FOI DESENVOLVER ATIVIDADES DITAS COMO ESSENCIAIS DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO E COMO VOCÊ ENXERGA ESSA ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO DESENVOLVIMENTO PELO EQUIPAMENTO?

ELVIRA	É um grande questionamento né assim, a essencialidade foi questionada pelas próprias profissionais, pela coordenação, de um modo geral assim todos questionamos muito sobre essa essencialidade porque também somos pessoas, seres humanos, e também estávamos sob risco né?! Porém diante do número de atendimentos né, a gente tem isso nos dados que você teve acesso, os que terá ainda né, você pode perceber que a gente continuou com contatissimo altíssimo de atendimentos. Então por um lado houve esse profissional, de se questionar essa necessidade da presença né dos atendimentos, mas os números apresentam realmente pra gente o quanto é.. o quão de fato é essencial esse serviço, né. Não seria de outra forma porque hoje a gente atua na praticamente 24 horas né com os plantões, então se antes a gente não via essa necessidade porque realmente quase não surgia demandas, hoje a realidade é completamente diferente. Então foi muito desafiador, questionei muitas vezes isso internamente, externei também, mas há né uma necessidade, porém acredito que, espero que não obviamente, mas passando por momento semelhante, exista uma organização, uma forma de estruturar os serviços de um modo geral pra receber esse tipo de.. porque assim, a gente não espera, nem deseja que aconteça uma pandemia, mas que a gente obviamente possa a partir de agora pensar como que isso funcionaria no momento seguinte. Porque eu acho que naquele momento ficou tudo muito.. é.. muito preocupado, muito afobado, e isso pode ter né reverberado na no profissionalismo mesmo, eu acho.
ALMERINDA	Ele é um trabalho muito delicado, né, a gente trabalhar com a violência e com vulnerabilidade emocional, principalmente, da outra pessoa, ela é bem delicada e isso, eu acredito que o nosso trabalho ele é fundamental de que dentro da pandemia e durante a pandemia ele foi essencial para muitas situação que aconteceu, mesmo com a dificuldade, mesmo com as limitações, né, porque a gente não podia ir até a casa e a mulher não poderia vir até a gente, mas

	dentro do que era permitido ali, do que foi possível a gente conseguiu fazer um trabalho fundamental, eu acredito que esse nosso trabalho é essencial na vida das mulheres, antes da pandemia, durante a pandemia, hoje, ele é fundamental.
LAUDELINA	É.. eu me senti, uma técnica profissional, eu acho que foi uma experiência rica apesar da situação né, nunca tinha trabalhado num serviço essencial, então o próprio nome essencial foi autoexplicativo, foi essencial, então eu senti que apesar do medo, apesar da ansiedade que eu desenvolvi eu me sentia muito.. como é que eu posso dizer.. motivada já que o nome essencial me motivava muito, se era essencial eu estar lá, se era essencial está onde essa mulher, acolher essa mulher, é.. está junto no sentido de fortalece-la. Então.. foi um crescimento, foi uma experiência de, em todos os sentidos, experiências boas ou ruins, a gente só tem que adquirir o aprendizado, então foi.. foi um marco assim na na (inint) [00:16:19] profissional. Está nesse equipamento que.. desenvolve o serviço essencial.
JÚLIA	É realmente um serviço essencial, porque a gente tá falando de vida, né, mesmo tratando como se fosse hospital, a gente não podia fechar. Eu entendo que o serviço é essencial e realmente teria que funcionar como funcionou, a gente só não funcionou o que não podia mesmo, o que tava proibido, mas a essencialidade do serviço é isso, é tratar de vidas, é cuidar do emocional daquelas mulheres enquanto ela não tem, como eu falei, a rede de apoio fica muito reduzida, porque todo mundo percebe e diz a mesma coisa: você não termina com ele porque não quer, você gosta de apanhar, você gosta de sofrer. E elas não tem mais com quem contar e lá enquanto profissional esse não é o nosso papel, o nosso papel é tentar não se envolver emocionalmente, porque se não a gente adoce também, a gente precisa tá forte para poder ajudar, então enquanto profissional é isso, escutar, é acolher, e orientar tentar fazer com que elas, através de perguntas, reflita sobre a própria vida e a

	importância que ela dá a esse relacionamento. Tem mulheres que sustentam a casa financeiramente, mas acham que se romper o relacionamento não vai ter condições de manter a casa, sendo que elas que mantem, né. Tem mulheres que acham que os filhos vão ficar sem pai, sendo que a presença dele em casa é mais prejudicial que a ausência, o pai já não existe, o papel de pai já não existe. Então enquanto profissional o nosso papel é esse, é lançar perguntas que possam esclarecer a situação que elas vivem e pra que elas percebem que não é da forma que elas pensam, os pensamentos são enganosos, são distorcidos, não são contextualizados com a realidade e elas estão sofrendo por uma situação imaginária, uma prisão imaginária, não é do jeito que elas pensam, se eles forem embora, os filhos vão ficar sem pai, sendo que os filhos já não tem um pai pra contar, se ele for embora. Elas trabalham e sustentam a casa e muitas vezes eles gastam todo o dinheiro com bebidas, drogas e mulheres e tudo que não contribui pra o sustento da casa, se ele for embora eu vou ficar sozinha, mas elas já estão sozinhas, porque ele não é um companheiro verdadeiro, é muito uma prisão psicológica que elas estão como se fosse de olhos fechados e eles não enxergam a verdade, a realidade. Então o nosso papel, além de acolher, de mostrar que não tá só, é fazer perguntas, questionamentos que façam com que elas vejam e enxerguem a realidade.
MARGARIDA	Bom, sendo bem sincera, na época, a gente não conse... eu particularmente, não conseguia aceitar de boa que eu estava me expondo num momento em que todo mundo estava recluso em casa, que todo mundo tava é... com medo, mas eu tinha que ir colocar a cara a tapa e ir pro mundo e trabalhar em prol de outras mulheres que eu nem conhecia, enfim, mas era o meu trabalho. No início, foi bem espontâneo, porque tava todo mundo em casa e eu tinha que trabalhar, aí aquele medo que a gente não sabia com lidar com covid né, sempre assim, aumentava, intensificava os sentimentos né. Então foi bem difícil. Inicialmente eu, no início eu

	não aceitei de boa, mas tinha que ir porque tinha compromisso com o meu trabalho, eu tinha acabado de assumir um compromisso com o meu trabalho e aí depois, só depois que eu fui conseguindo entender realmente que aquele serviço não tinha como deixar de existir e que era, fazia parte da minha missão naquele momento participar daquele serviço. Então, são questões que como realmente as atividades ditas essenciais na pandemia, pra mim, de fato, eram essenciais. Hoje eu não vejo nenhuma que poderia ter sido retirada dessa lista e aí o serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência não foi diferente, até porque na pandemia foi onde mais se viu a necessidade desse serviço né, como a gente já sabe que houve o aumento de atendimentos mesmo, a gente tem isso registrado lá no CRM, que aumentou bastante é... tanto estudos mundiais realmente que comprovam que a violência doméstica aumentou durante a pandemia, sobretudo, pela questão de convivência entre os parceiros dentro de casa, e como aumentou também aumenta a incidência da violência e aí não tinha como... eram situações que não tinham como esperar, então, de fato, assim, atividade pra mim presencial era essencial, mas assim, enquanto profissional, a gente também tem nosso lado né pessoal, de pensar em nós, e aí no início não foi fácil, mas aos poucos, a gente conseguiu entender de fato, eu consegui entender né que realmente era necessário estar exercendo aquele trabalho ali, mas não foi fácil, não foi fácil.
ISMENE	Eu acredito que a essencialidade ela tem uma justificativa plausível porque o trabalho que a gente exercia era algo que realmente não podia parar, principalmente porque alguns dados inclusive constatavam que no período da pandemia aumentaram os casos de violência porque as pessoas estavam dentro de casa, então.. as mulheres que antes ficavam só um período com o agressor dentro de casa tavam passando, sei lá, o dia todo, então a possibilidade de violência era ainda muito maior, então em decorrência disso era realmente um serviço que não podia parar. Então era necessário

	que fosse encarado como uma um atendimento que fosse essencial porque realmente era essencial, a violência ela não tinha cessado, inclusive alguns dados relatam que até aumentou durante a pandemia.
--	---

10. A ATUAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER PODERIA TER SE DADO DE FORMA DIVERSA DA QUE FOI REALIZADA DURANTE A PANDEMIA?

ELVIRA	Eu acredito que não, porque na verdade a gente, eu acho que nós tivemos, acho que com a nossa atuação.. ela.. foi tudo o que a gente pôde entregar. Eu acho que com o que tínhamos, é o que falei, como, vivemos é.. uma pandemia mundial, um cenário que transformou completamente a nossa sociedade, inclusive né, eu acho que com o que tínhamos, fizemos o que pudíamos fazer. Então eu penso que talvez.. como disse, numa experiência que não esperamos ter futura, talvez tenha outros resultados ou conduza de uma outra forma. Mas porque teremos experiência né. Então eu acho que com o que a gente tinha eu acredito que aprendemos ainda.
ALMERINDA	Eu acredito que foi como deveria ser, porque, como eu disse, a questão da gente ter ficado em casa e foram logo dois dias depois, a gente nem terminou nossa formação e a gente precisou ficar em casa, então eu acredito que realmente aconteceu como tinha que ter acontecido.
LAUDELINA	Não, eu acho que aconteceu como deveria ter acontecido. Né, eu acho que a gente não tinha opção e aí a gente trabalhou com o que a gente tinha, né. Então.. acho que não podia ter sido diferente não. Podia.. acho que era pra ter sido assim. E funcionou, né?!
JÚLIA	Eu acredito que não, eu acredito que a gente fez o que tinha que fazer, do jeito que dava assim. A gente não fechou nenhum dia, trabalhou nos fins de semana, se tivesse atendimento a noite era feito também, em casos de abrigamento a gente ficava

	acompanhando essas mulheres até a hora que terminasse, então 10, 11h da noite. Eu mesma já estive no CRM nesse horário, esperando o pessoal do abrigo levar. Nos fins de semana na delegacia, enfim, a gente acompanhava de todas as formas, não acredito que poderia ser melhor não. Um trabalho em equipe muito bem feito, uma equipe maravilhosa, que se doava muito, foi muito bom.
MARGARIDA	Essa é uma questão que eu nunca cheguei a pensar sobre, mas falando assim sobre a nossa... sobre a minha experiência enquanto profissional mesmo, eu acho que a maior dificuldade que a gente tinha era um pouco de humanização dos gestores que a gente tinha na época, não da coordenadora (risos), mas é... assim, da hierarquia que a gente tinha, assim às vezes, a gente não tinha tanta compreensão que a gente também era ser humano, que também éramos mulheres e aí, às vezes, se priorizava as mulheres de fora, que eram as mulheres que a gente atendia, as vezes uma área de CRM e esquecia-se da equipe que estava ali para servir, o que eu acho que deveria ser diferente, até porque se você tem uma equipe que trabalha feliz, que trabalha leve, que trabalha tranquila, naturalmente o serviço que essa equipe vai passar, vai ser um serviço de qualidade, um serviço de excelência e não era o que a gente via. A gente passava por muitas situações assim que eu não consigo descrever exatamente assim a situação específica, mas é... até porque também por questões de ética, mas assim, a gente sentia isso né, se sentia um pouco pressionado, se sentia um pouco incompreendidas, e não tinha realmente essa compreensão, esse acolhimento pras mulheres da casa. Eu lembro que era um sentimento que eu tinha de que os direitos das mulheres só valiam pras mulheres que a gente tava atendendo e pras mulheres que estavam em casa, ow, pras mulheres que estavam atendendo, no caso nós, enquanto profissionais esses direitos basicamente não existiam. Então, era meio que uma certa hipocrisia da parte da equipe gestora nesse sentido porque se falavam muito em empatia,

	em sororidade, mas só para as mulheres que a gente atendia, e pras mulheres que estavam lá, as funcionárias, esse sentimento não existia mesmo, a gente não sentia um pouco disso. E aí, essa com certeza foi a maior dificuldade que a gente encontrou durante esse período de pandemia e eu acredito que se tivesse sido conduzido o serviço de uma maneira diferente, com certeza os resultados poderiam ter sido até melhores, não que a gente deixasse de fazer o nosso serviço para as mulheres por essas questões, pelo contrário, todas as meninas que a gente trabalhava eram muito profissionais e conseguiam fazer esse atendimento, mas lógico que pra gente teria sido muito melhor ter trabalhado num ambiente mais tranquilo, num ambiente mais leve, que realmente a gente se sentisse mais segura pra fazer o nosso trabalho de maneira mais tranquila pras mulheres que a gente atendia e não foi o que aconteceu.
ISMENE	Eu acredito que não, assim. Eu acho que as questões que envolveram o nosso psicológico e está em um mundo pandêmico, talvez é.. meio que cegaram um pouco.. sei lá, por exemplo, pelo medo de se contaminar com a doença porque as pessoas estão morrendo você realmente ficava naquela dualidade de poxa, eu preciso exercer a minha profissão porque ela é muito importante e ao mesmo tempo eu estou com medo de me infectar, de talvez até morrer porque as pessoas estavam morrendo né. Mas eu acredito que a forma como foi adaptado o serviço, na pandemia tinha que ser feito, a gente até fez alguns rodízios é pra num.. todo mundo não trabalha assim todos os dias né, ter uma questão de equiparação de dias, pra ter essa divisão, não ficar muita gente dentro da casa. Então acho que a forma como foi feita era o que tinha de possibilidade no momento considerando que era um momento atípico e que a gente nunca tinha vivido, então tava todo mundo ainda aprendendo como continuar com um serviço que era um serviço essencial, que realmente não podia parar, porque a

	violência e ela não se cessa só porque é pandemia. Então eu acredito que sim.
--	---

11. CONSIDERANDO QUE O TRABALHO DESENVOLVIDO É DE CUIDADO PARA COM AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, VOCÊ, ENQUANTO MULHER E PROFISSIONAL ESSENCIAL NESSE ENFRENTAMENTO, CONSEGUE DESTACAR ALGUMA ESPÉCIE DE CUIDADO QUE FOI PRESTADO A VOCÊ, ENQUANTO PROFISSIONAL?

ELVIRA	No momento da crise da pandemia, eu desenvolvi processos de ansiedade questão de saúde mental também, então uma estratégia que foi utilizada na época foi, inclusive eu era residente de uma outra cidade, não morava na cidade de Caruaru, nesse período também tinha uma filhinha pequena, e aí nesse contexto, por algum tempo eu atuei remotamente os atendimentos que a gente iniciou né remoto, de casa. Então acho que isso não deixou né de ser um cuidado com essa questão de saúde mental e atenção a dinâmica que eu vinha vivendo, que vínhamos vivendo. Então acho que, por exemplo, essa foi uma conduta que me ajudou pra que naquele momento eu pudesse conduzir de alguma forma né, foi o que eu pude fazer naquele momento, até retomar e a gente conseguir fazer os esquemas né de escalas e vir pra rotina presencial.
ALMERINDA	Havia as questões que eu acredito que até hoje, não me recordo não, mas a questão do cuidado de quem cuida, de ter esse olhar, porque querendo ou não a gente teve, a gente tinha medo de como as coisa iam se conduzir no quesito da pandemia, da doença. Por mais que a gente precisasse cuidar da mulher, mas a gente também precisava se olhar e se perceber, né, de ter cuidado com a saúde, enfim, nesse contexto todo e mais, a questão de buscar realmente uma questão de saúde mental, porque foi tudo novo, né, a gente foi pego de surpresa e precisava se cuidar nesse sentido.

LAUDELINA	Da pandemia? Pela gestão e tal? Houve. A partir do momento que a gente passou a a dividir as equipes, a ter esse.. esse cuidado de tá sempre em cima, de de tá monitorando a questão.. física, emocional, eu me senti cuidada sim, né, eu também passei a me cuidar um pouco mais e também tentar transmitir esse cuidado pras colegas né, eu também me preocupava com elas, tava sempre ligando, monitorando uma tosse, uma gripe, então eu já ficava apreensiva né, mas eu tentava não transparecer, tentava realmente ficar tranquila pra que a colega ficasse tranquila também. Então eu acho que foi feito o que a gente tinha né, era o que a gente tinha naquele momento, eu acho acredito que teve né.. como serviço essencial, a questão de dividir os horários mesmo pra não ter tanta gente na casa foi ruim porque quebrou um pouco o contato né, então tinha pessoas que eu não via, não tive a oportunidade de conhecer, mas porque não estava na mesma escala mas eu entendia que era uma questão de cuidado, entendia que era pra que o serviço funcionasse e cuidasse da pessoa, da mulher, da profissional, de mim, eu entendia dessa forma, né. Mas também entendia assim, já que eu estou nesse serviço essencial, eu preciso ir, né.
JÚLIA	Não vejo não. Na verdade nós, enquanto psicólogas, a equipe de psicólogas lá do CRM, a gente tinha sempre que tá cuidando. Tinha um trabalho desenvolvido pelas psicólogas, semanalmente a gente fazia uma reunião pelo zoom com o CRM e a Secretaria da Mulher, pra que a gente trouxesse temas de ansiedade, medo, frustração, tristeza, sentimento de luto, perdas, a gente tinha sempre que tá criando assuntos pra trabalhar com essas mulheres. O CRM e a SPM tinha esse cuidado com essas mulheres funcionárias de lá, mas a gente enquanto psicóloga tinha que elaborar esse material pra trazer esse conteúdo, mas outra coisa não. A gente tinha que tá disponível pra quem precisasse, na hora que precisasse, meu telefone já tocou no plantão de madrugada e já acordou meu filho e

	tive que pedi meu marido levantar pra ficar com ele e eu atender o celular e entender o que era, o que a gente pode fazer, não lembro de nenhum tipo de cuidado não.
MARGARIDA	Bom, a gente tinha muitos momentos, alguns momentos que chamava até “cuidar de quem cuida”, era o nosso momento ali que teoricamente seria para que a equipe se sentisse um pouco mais leve, conseguisse passar isso pras mulheres que a gente tava atendendo. Eu lembro que a gente teve alguns encontros especiais, eu lembro dum específico que a gente teve de massagem terapêutica, de meditação pra gente assim liberar mesmo os pontos de tensão até porque é uma atividade muito tensa, mas eu lembro que foi dito que a gente teria direito de atendimento psicológico e foi uma das coisas que eu mais senti falta, que eu precisei e não achei que foi tão fácil de conseguir acessar. Na verdade, eu nunca consegui acessar né e eu acho que é uma das das faltas assim realmente pra mim, pras profissionais que atuam nisso porque eu me lembro que quando a gente entrou, diziam pra gente assim: “não, mas vocês vão precisar sim de atendimento psicológico e não sei o que” e eu não entendia, eu dizia: oxe, isso é falácia, que isso, não vou precisar disso não. E aí chegou um momento que eu realmente precisei, só que aí, no meu caso, eu não sei, fica a dúvida se foi por conta do serviço que eu exercia ou se foi pelas condições que me eram dadas no serviço. Então, a questão da insegurança, a questão do da forma como a equipe era conduzida também. Não sei se era isso que afetava o meu psicológico ou se era o trabalho ou se era uma junção de tudo. Eu também tenho um ponto pra destacar que era a questão do salário realmente que a gente recebia, que eu acho que era uma das questões mais assim pontuais, de que eu acho que deve haver sim uma valorização da equipe que atua nesse sentido, até porque são formados por pessoas que tem uma graduação, uma formação, muitas delas pós graduação, mestrado, ou seja, são pessoas qualificadas que não recebem o retorno financeiro que seria mínimo e digno pra uma

pessoa. Então, tipo, pra mim, era uma das questões que mais me incomodava de fato, a questão do retorno financeiro que a gente tinha que era muito pouco, pouco mais de um salário mínimo, então, assim, a gente se dedicava, a gente era profissionais formados, qualificados, fazia um trabalho de excelência, mas a gente não tinha esse retorno tanto na questão de... não éramos, como é que posso dizer, não éramos hã, não tínhamos retorno financeiro e não tínhamos retorno emocional porque para a equipe que estava gerindo a gente, a gente não tava fazendo mais do que a nossa obrigação, apesar de que a gente não tinha retorno pelo trabalho que a gente exercia, assim, o que a gente recebia era muito pouco. Então isso, querendo ou não, pesava psicologicamente e era uma das questões que pra equipe, era assim, a equipe não queria permanecer exercendo esse trabalho justamente porque você não vai querer ficar num local que você não tem como realizar seus sonhos, que você não se sente bem paga pelo que está fazendo, não que seja necessário um salário altíssimo, mas assim, pelo menos um salário digno, e a gente via em comparação com outros profissionais, muitas vezes assim, era melhor tá fazendo outra coisa que tinha uma carga emocional e psicológica menor, mas que exercia que tinha o mesmo salário, então assim, pra gente não fazia muito sentido na questão financeira permanecer lá. E aí isso com certeza foi uma das coisas mais que pesou durante a minha passagem pelo serviço de atendimento às mulheres e eu acho que isso poderia ter sido uma coisa que tivesse mudado. Foi essa a pergunta né?

Entrevistadora: Foi.

R: Que fosse diferente durante esse período a questão do retorno financeiro, a questão da equipe mesmo ser reconhecida porque a gente fazia um trabalho, mas a gente não era reconhecida pelo que falei anteriormente, a gente não era bem tratados quanto as mulheres de fora da casa. Então, isso de fato realmente faltou hã...

repete de novo a pergunta só pra eu lembrar se eu tô fugindo um pouco do foco.

Entrevistadora: Vou repetir. Considerando que o trabalho desenvolvido é de cuidado para com as mulheres vítimas de violência, você, enquanto mulher e profissional essencial nesse enfrentamento consegue destacar alguma espécie de cuidado que foi prestado a você enquanto profissional?

R: Ah sim sim. Não! Teve esse momento né de cuidar de quem cuida, mas assim, era bom, não vou mentir não, era bom. Pelo menos a gente mudava um pouquinho a mente, espirecia um pouco, mas eu acho que o principal a gente não tinha que era uma profissional de psicologia pra cuidar de nós. Com certeza não seria uma das meninas que estão atendendo, até porque não faz nenhum sentido, mas é eu acho que deveria ter assim por parte dos órgãos que... dos órgãos públicos que cuidam dessa questão, direcionado um profissional de psicologia pra cuidar mesmo da equipe e há de ser uma coisa implantada na rotina, não ser uma coisa assim esporádica não, uma coisa implantada na rotina porque é muito necessário, e aí voltando pra o ponto que eu falei, não tem como a profissional por si só arcar com esse custo enquanto seu salário é baixo, então já que o salário é baixo, seria uma coisa que deveria ser implantada pela própria equipe pra poder fazer com que as profissionais dessem um trabalho melhor para as mulheres que fossem atendidas e também pra gente, porque assim, a questão psicológica é uma questão que afeta muito e que me afetou um pouco, eu chegava a sonhar trabalhando, então, era todas as noites sonhando com situações de violência doméstica, então quando eu procurei ajuda psicológica é... assim foi essencial pra mim, mas eu não tive também um retorno muito bom porque eu fui atendida foi pelo SUS, então não foi legal a minha experiência, a profissional também não entendia muito bem o que eu tava querendo buscar, então eu senti muita falta disso, muita falta mesmo, mas assim, s poucos cuidados também que a gente teve também foram bons

	assim pra gente enquanto equipe mesmo, pra gente criar vínculos umas com as outras que graças a deus eu tenho até hoje. Então são coisas que eu vou levar pro resto da minha vida, acho que foi isso.
ISMENE	É.. algo que eu me lembro durante o serviço que eu tava prestando no Centro de Referência, é o momento de cuidado que a gente tinha que era o “cuidar de quem cuida” que era um encontro que, acho que antes eram semanais, mas a gente tirava meio que um dia pra fazer esses diálogos é.. em relação ao cuidado realmente com a equipe. Então.. acredito que isso era algo assim muito positivo porque saia todo mundo mais leve considerando que nossa rotina e as nossas vivências em relação a escuta ativa realmente das usuárias e você tá ouvindo ali violência o tempo todo, esses eram momentos realmente de cuidados que eu me sentia acolhida, eu acredito que todo mundo que trabalhava comigo também se sentia, então.. eram diálogos assim normalmente com psicólogos, inclusive (inint) [00:15:10] equipe e tal, que a gente falava e fazia algumas dinâmicas pra realmente cuidar de quem cuida.

12. SE, HIPOTETICAMENTE, FÔSSEMOS SURPREENDIDAS COM UMA NOVA PANDEMIA E VOCÊ AINDA ESTIVESSE COMO TÉCNICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA, O QUE SUGERIA PARA QUE FOSSE FEITO DE DIFERENTE?

ELVIRA	Que desafio! Essa era a pergunta! É.. eu acredito que agora, nesse primeiro momento, a gente precisaria sentar e ouvir todas, né. Porque.. diante de uma dinâmica obviamente nesses processos hierárquicos a gente precisa, existe quem conduz realmente, quem está na frente ali na liderança, mas nesse segundo momento eu acho que eu podendo estar lá ia sinalizar pra essa gestão que a gente se ouvisse, todo mundo né, antes de qualquer coisa pra gente pensar na melhor estratégia. Eu acho que hoje a gente consegue hoje muito ouvindo umas as outras e a partir disso a gente tem resultados muitos positivos. Acho que seria uma primeira coisa, a
---------------	---

	gente se ouvir mais, né pra a partir disso pensar. É.. até porque, por exemplo, tem estratégias, tem atuações que quando a colega não tá confortável em realizar, vai dar tudo errado, ela vai ficar mal e isso vai impactar também no trabalho. Então acho que uma das coisas seria a gente se ouvir mais, se munir muito mais de informação, é.. hoje tentar se informar cada vez mais sobre o próprio processo pandêmico que tá acontecendo. Naquele momento não sei se era possível porque a gente não tinha muitas informações, então a gente não sabia até que ponto nós podíamos ou não ter contato. Acho que foi a partir de um certo tempo. Eu acho que permanece a segurança a partir das EPIs, se a gente tiver falando do processo de saúde né, a própria segurança é dos EPIs, hoje a gente conta com uma equipe maior lá do Centro de Referência então eu acho que a gente consegue organizar isso de modo que de fato as equipes vão se encontrar, se a gente pensou isso nesse outro momento, mas não foi 100%, a gente não conseguiu realizar 100% então teria ter que ter uma garantia maior com relação a isso. E é isso. Não sei se mais alguma coisa.. acho que eu me lembro agora não.
ALMERINDA	Foi como eu disse, eu acredito que realmente as coisas se conduziram como tinham de ser feitas mesmo. Eu acredito que só, seria algo muito, não sei se acima do permitido, a questão dos telefones da gente ligar confidencial ou uma maior divulgação de como os serviços iam funcionar, né, ou então de como maior divulgação de como o serviço está funcionando, pra que as mulheres pudessem ter esse conhecimento. Porque quando aconteceu logo no início, em 2020 e como eu já falei, a questão da gente ligar confidencial dificultou muito, então se por acaso isso acontecesse, tentar fazer, tentar trabalhar de uma forma maior divulgação de como os serviços estavam funcionando naquele momento.
LAUDELINA	Rapaz.. eu acho que.. não sei assim de diferente.. a gente teria que ter intensificado mais o cuidado, né.. acho que ouvir mais, né..

	perceber já que a gente passou por essa outra então vai ficar algum aprendizado porque eu particularmente nunca tinha vivido uma pandemia, acredito que nem todo mundo que tava comigo tinha convivido, teve uma.. desde 1907, é muito tempo. É, hipoteticamente talvez a gente poderia.. sentar, se ouvir mais, ouvir o que cada um poderia sugerir e.. eu acho que a gente fez, era, talvez, poderia fazer melhor né, acho que a gente não iria demorar tanto porque teve aquele momento da gente processar a informação que tava passando, talvez por já estarmos preparados entre aspas, a gente iria agir mais rápido. Não sei se te respondeu, mas acho que seria isso, a gente.. seria mais.. ágil. Tava tentando pegar essa palavra, nesse sentido.
JÚLIA	Eu sugeriria que a gente entendesse que não cabe a nós tomar decisão pelas mulheres. Muitas vezes era esperado que as mulheres denunciasses, registrasse o boletim de ocorrência, solicitasse a prisão, o processo todo até que ele fosse preso, sem que elas quisessem, né e isso não depende da gente. A gente tem um papel, como eu já descrevi, de orientar, de alertar, de fazer com que a mulher se perceba dessa relação, mas a gente não pode fazer por ela e eu entendo que esse era, é importante que a gente dê autonomia sobre a própria vida, muitas vezes essas mulheres são conduzidas pelo marido, elas tem uma personalidade dependente, então você substitui o marido dela dizendo o que ela tem que fazer e isso não é bom, a gente precisa fazer com que essas pessoas cresçam e assumam as responsabilidades da sua própria vida, se não tiver no momento ainda de fazer essa denuncia, não adianta outra pessoa fazer por ela, depois qualquer coisa der errado ela vai culpa o CRM e a SPM. Então eu acredito que o que deveria ser feito diferente era isso, não ter essa obrigação de ter que forçar essa mulher a fazer aquilo que a secretaria entendia que era o melhor pra ela, precisa dar o tempo pra ela, precisa respeitar o processo, ela vai chegar nesse tempo. Teve muitas que terminava, tava super decidida e parava de vir, a gente não sabia e

	voltou, né. A gente não pode interferir nisso, não pode, é a vida dela, por mais que a gente veja tudo, a gente tem que alertar, orientar, tem que falar, mas não pode fazer por ela aquilo que só o que ela pode fazer. Eu entendo que ela tem que tá consciente do processo, tem que querer, tem que decidir, porque se não ela vai trocar a transferência, ela vai ficar totalmente dependente do CRM pra tudo que ela precisar, ela não vai saber decidir nada. Tinham pessoas que chegavam lá e queriam que a gente pedisse Uber pra elas, queria que a gente comprasse almoço, que a gente fizesse tudo, no final de semana queria ligar para conversar quando ele mandava alguma mensagem. Então assim, às vezes misturava um pouquinho o papel, né, a gente precisa aprender o nosso lugar e o lugar delas com bastante empatia, com carinho, com amor, mas sem se misturar demais. É difícil, né, mas é importante porque se não a personalidade de dependente nunca vai evoluir, quando ela se afastar do CRM e resolver o problema, ela vai achar outra pessoa pra ela ter essa dependência, né.
MARGARIDA	Não, eu acho que eu passei a entrevista toda falando, basicamente, sobre isso, mas vamo lá se eu consigo resumir pra gente fazer uma conclusão. Deixa eu ver. Eu acho que primeiro a gente tinha que ter um olhar mais delicado para as profissionais em criar um ambiente, de fato, de relações interpessoais bem agradável com o profissionalismo, claro, porque não estamos como amigas lá, somos colegas de trabalho, mas que a gente pode sim fazer com que esse ambiente de trabalho seja um pouco mais leve e que realmente traga de fato as palavras que são tão ditas naquele tão ditas naquele ambiente. Quem trabalha sabe, “ah, acho que eu queria ficar aqui, aqui tem sororidade, aquela mulher...”, são coisas do universo assim feminista que são ditas lá e que eu acho que deveriam ser colocadas em prática com a equipe, não só com as mulheres que a gente atende. Então, isso é um dos pontos essenciais, olhar, de fato, a profissional também como uma mulher que está ali, que tem os seus direitos, que também tem suas

vivências fora do trabalho que precisa de apoio emocional, que precisa de apoio psicológico, tudo isso e, que assim, ela dá condições pra equipe trabalhar em um ambiente mais leve, pra que a equipe passe isso para as mulheres que elas vão atender também. É... outra questão seria dar mais condições de trabalho no sentido de que a gente trabalhou muito, tivemos assim, uma grande quantidade de trabalho e aí a gente não tinha assim, nem sempre a gente teve o quadro completo. Por que? Porque justamente por conta dessas questões. Muitas das profissionais durante a pandemia saíram porque encontraram oportunidades de emprego melhores com condições melhores tanto financeiras quanto condições de jornada de trabalho também que era um ponto assim que pra mim pegava muito a questão de plantões. Então assim, tentar pensar estrategicamente como seria melhor a jornada de trabalho pra equipe. Essa questão dos plantões em finais de semana pra mim foi uma das questões muito marcantes porque eu era de outra cidade, eu tinha que ficar disponível em Caruaru pra o final de semana inteiro sem ver a minha família, sem estar com a minha família. Então assim, tentar pensar estrategicamente como seria melhor distribuir essa questão dos plantões pra que também não sobrecarregasse a profissional que estava ali. Então, tipo assim, pensar como é que a área de saúde atua? A questão dos plantões. Eu sei que a limitação de equipe é muito difícil pra poder pensar nisso, então aí seria um dos pontos, ver como é que pode aumentar a equipe ou então ter a equipe só de plantonistas, a equipe de diaristas que trabalhariam mais na semana e outra equipe que trabalharia durante os finais de semana, feriados, enfim, tentar pensar em uma forma de melhorar, de fato, a jornada e, sem dúvidas, eu acho que o mais importante de tudo isso, não, mais outro ponto que é a questão da valorização financeira que eu acho que precisa ser melhor estudado, até porque grande parte dos profissionais, eu não sei como está hoje a realidade, mas acredito que não tenha mudado muito, porém, na minha época a gente

	recebia muito abaixo do piso salarial do que a gente receberia se estivesse exercendo a nossa profissão de advogada, de psicóloga, de assistente social em outros locais, então essa é uma questão que pesava muito. Eu acredito que deveria ser implantado pelo menos o mínimo, o piso salarial pelo menos. Então assim a questão da valorização financeira da equipe é uma questão muito importante e o mais importante também seria a questão de disponibilizar, de fato, profissionais, uma profissional ou duas de psicologia para atender regularmente a equipe que está participando dos atendimentos. Então assim, sendo uma rotina implantada né, toda semana a fulana, a assistente social, a assessora jurídica vai ter atendimento tal hora com a psicóloga. Talvez dentro da jornada ou fora da jornada, eu não sei, mas tentar encaixar nessa rotina uma forma de... um atendimento psicológico porquê é muito importante porque a gente querendo ou não mexe com essas questões e a questão da pandemia mesmo, como a gente já passou, basicamente, a gente tem meio que uma experiência assim, a gente ia saber mais ou menos se proteger, a forma como que iria se proteger. Então eu não consigo pensar num cenário novo, não consigo e eu espero, de fato, que a gente não passe por um cenário novo porque foi muito muito ruim, mas em relação à equipe, era isso que eu consigo pensar, e é isso, eu acho.
ISMENE	Bom, na minha experiência teve o “cuidar de quem cuida” que era algo positivo, mas eu acredito que.. dá ênfase no atendimento psicológico individualizado pra cada profissional seria algo muito positivo realmente de você entender o que cada pessoa tá passando pra você conhecer sua equipe e a partir disso conseguir entender quais são as dificuldades, é.. as necessidades, porque só conhecendo essas pessoas que tão cuidando de outras pessoas é que você consegue traçar realmente alguns objetivos que vai acrescentar inclusive no trabalho, então eu acho que esse atendimento especializado também com as profissionais né

	principalmente em relação a questão psicológica é.. muito importante se case a gente vier a sofrer outro período pandêmico.
--	---

ANEXO A – Dados de atendimentos obtidos por solicitação via e-SIC

19/06/2023, 21:42

Prefeitura de Caruaru



Pedido de e-SIC 068/2023

Situação em 19/06/2023 21:42: Finalizado | Código nº 246.516.835.375.687.521



Milvia Thamiris Anjos de Lima

milviaanjos@gmail.com - 81 9838-44566
CPF: 103.XXX.XXX-00

Para

CGM - OUV - Ouvi...

CGM - OUV - Ouvidoria Geral, -

Em 08/05/2023 às 06:19

Pedido

À Ilma. Secretária de Políticas para Mulheres do município de Caruaru
Luana Marabuco

Prezada,

Venho, por meio deste, solicitar os dados de atendimento do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, referente aos anos de 2019, 2020 e 2021.

Oportunamente informo que, este pedido tem por fundamentação corroborar com os estudos desenvolvidos na minha dissertação de mestrado, na qual estou desenvolvendo perante o Programa de Pós graduação em Direitos Humanos da UFPE.

Desde já agradeço a atenção dispensada e me coloco à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente, Milvia Anjos.

Transparência — Quem já visualizou

<https://caruaru.1doc.com.br/b.php?pg=wp/vp&ss=2&consulta=1&id=8&origem=email&codigo=246516835375687521&s=caruaru>

1/5

19/06/2023, 21:42

Prefeitura de Caruaru

Milvia Thamiris Anjos de Lima - Gerente Geral	SPM » SPM - GG	1 mês 11 dias atrás - 10/05/2023 às 08:49
Elizabete Cristina Oliveira Alves Ribeiro Marques - Gerente de Enfrentamento à Violência contra Mulher	SPM - GG » SPM - GPEVM	1 mês 13 dias atrás - 08/05/2023 às 15:30
Milvia Thamiris Anjos de Lima - Gerente Geral	CGM » CGM - OUV » SPM - OUV	1 mês 13 dias atrás - 08/05/2023 às 15:27
Consulta externa por código		1 mês 13 dias atrás - 08/05/2023 às 09:10
Ana Carolina Freitas de Barros Marques - Ouvidora-Geral do Município	CGM » CGM - OUV	1 mês 13 dias atrás - 08/05/2023 às 08:08

Despacho 1- 068/2023

08/05/2023 às 08:10

Encaminhado



CGM » CGM - OUV

Ana Carolina Freitas de Barros Marques - Ouvidora-Geral do Município



CGM » CGM - OUV » SPM - OUV

Prezados,

Segue pedido de acesso à informação para resposta.

Como se trata de um pedido de acesso à informação, o trâmite deve seguir de acordo com o que preleciona a **Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011)**, bem como a **Lei Municipal n.º 5.282/2013**, que regulamenta o acesso às informações no município de Caruaru.

De acordo com o art. 11, § 1º, da LAI, não sendo possível o acesso imediato à informação disponível no prazo de **20 (vinte) dias**, o órgão deverá comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação, e indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

Caso haja necessidade, o prazo poderá ser prorrogado por **10 (dez) dias** corridos e a prorrogação deve ser requerida ainda dentro do prazo, mediante justificativa, que deve ser cientificada ao usuário.

Atenciosamente,

<https://caruaru.1doc.com.br/b.php?pg=wp/vp&ss=2&consulta=1&id=8&origem=email&codigo=246516835375687521&s=caruaru>

2/5

19/06/2023, 21:42

Prefeitura de Caruaru

Despacho 2- 068/2023
08/05/2023 às 15:28

Encaminhado



CGM » CGM - OUV
» **SPM - OUV**
Milwía Thamiris Anjos de Lima - *Gerente Geral*



SPM - GG » **SPM - GPEVM**

Prezada,

para adoção de providências.

At.te.,

...

Despacho 3- 068/2023
08/05/2023 às 16:16

Respondido



SPM - GG » **SPM - GPEVM**
Elizabete Cristina Oliveira Alves Ribeiro Marques - *Gerente de Enfrentamento à Violência contra Mulher*



CGM » CGM - OUV
» **SPM - OUV**

Boa tarde,

Conforme solicitado, seguem os dados referentes aos atendimentos do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita.

Att.,

...

[emissao_FAF7396D656E21B6C8AF3286_memorand](#)
o_23_780_2023_assinado_versaoImpressao.pdf
(76,24 KB)

2
downl
oads

Despacho 4- 068/2023
09/05/2023 às 15:46

Respondido

Prezada,

Cumprimentando-a inicialmente, em atenção ao presente pedido de acesso à informação realizado, vimos por meio deste esclarecer que de acordo com o art. 15 da Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e o art. 14 da Lei

https://caruaru.1doc.com.br/b.php?pg=wp/vp&ss=2&consulta=1&id=8&origem=email&codigo=246516835375687521&s=caruaru

3/5

19/06/2023, 21:42

Prefeitura de Caruaru



CGM » **CGM - OUV**
Ana Carolina Freitas de Barros Marques - *Ouvidora-Geral do Município*



Milwía Thamiris Anjos de Lima

Municipal n.º 5.282/2013, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de **10 (dez) dias** a contar da sua ciência.

Agradecemos por utilizar o e-SIC e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

...

Despacho 5- 068/2023
14/06/2023 às 11:18

Respondido



SPM - GG » **SPM - GPEVM**
Elizabete Cristina Oliveira Alves Ribeiro Marques - *Gerente de Enfrentamento à Violência contra Mulher*



CGM » **CGM - OUV**

Prezada Ouvidora,

A título de retificação, informo que os dados referentes aos atendimentos do Centro de Referência da Mulher Maria Neuma da Silva Lira, de fato são:

2019: 871
2020: 2022
2021: **3048**
2022: 4023.

att.,

...

Situação atual: Finalizado

Identificado como:
Milwía - Gerência Geral SPM

https://caruaru.1doc.com.br/b.php?pg=wp/vp&ss=2&consulta=1&id=8&origem=email&codigo=246516835375687521&s=caruaru

4/5

[Voltar ao acesso interno »](#)
